



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

“ A QUESTÃO DE OLIVENÇA “

Um caso de politica externa portuguesa

Autor: Eduardo Augusto Pereira Antunes

Orientadora : Professora Doutora Raquel de Caria Patrício



Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lisboa
Abril 2013



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

“ A QUESTÃO DE OLIVENÇA ”

Um caso de politica externa portuguesa

Autor: Eduardo Augusto Pereira Antunes

Orientadora : Professora Doutora Raquel de Caria Patrício

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lisboa

Abril 2013

Agradecimentos:

À

Professora Doutora **Raquel de Caria Patrício**

Pela disponibilidade e pela colaboração,
que permitiram a realização deste estudo.

Ao

Eduardo Luís (meu filho)

Pela colaboração no trabalho
gráfico, de apresentação e paginação.

Índice

Índice	I
Índice de mapas, figuras e fotografias	III
Abstract	V
Abstract	VI
Prefácio	VII
Introdução	X
1.A Diplomacia e a Política Externa	1
1.1.A Diplomacia e a sua História	1
1.2.Política Externa	3
1.2.1.Política Externa Portuguesa	5
1.2.2. Política Externa Portuguesa e Olivença	5
2.Contexto Político Ibérico - Olivença	7
2.1.- Antecedentes	7
2.1.1.Amizade entre as coroas de Portugal e da Espanha	7
2.1.2.Colaboração de Portugal na guerra franco-espanhola	8
2.1.3.Encontro entre as coroas Ibéricas e as relações frias	10
2.1.4.Pressão franco-espanhola sobre Portugal	14
2.1.5.Declaração de guerra da Espanha à Inglaterra	15
2.1.6.Portugal procura soluções para a crise	17
2.1.7. Declaração de Guerra a Portugal	18
2.2.A Queda de Olivença	20
2.2.1.A preparação militar para a guerra do exercito português	20
2.2.2.–O ataque do Generalíssimo Godoy e a rendição de Olivença	21
3.Acordo de Paz – Tratados de Badajoz	30
3.1.Reuniões tripartidas e as exigências franco-espanholas	30
3.2.Aceitação das propostas franco-espanholas	34
3.3.Exigências francesas – O Tratado franco-português	38
4.Diligências para reaver Olivença	42
4.1.Invasão das forças militares da França e da Espanha - anulação do Tratado de Badajoz	42
4.2.A queda de Napoleão e os Tratados de Paris e Viena	43
4.3.A Revolta dos Liberais – 1820 – 1821	45
4.4.O retorno de Olivença – o papel importante do Duque de Palmela	47

5.Olivença versos Gibraltar	53
5.1.Abreviando a história de Gibraltar	53
5.2.Olivença versus Gibraltar – semelhanças e diferenças	54
5.3.O Futuro de Gibraltar	56
5.4.Ceuta, Melilla e Sahara – territórios espanhóis em Africa	60
6.O Futuro de Olivença	63
Conclusão	68
B I B L I O G R A F I A	71
ANEXOS	74
ANEXO I	75
Referente ao Anexo	76
ANEXO II	79
A.OLIVENÇA – Origem e desenvolvimento de Olivença	80
A.1.De D. Afonso Henriques ao Tratado de Alcanizes	80
A.2.Do rei D. Dinis ao rei D. Manuel I	84
A.3.A perda da Independência – 1580	89
B.Preocupações com a perda de Olivença	96
B.1.O que dizem os espanhóis sobre Olivença	96
B.2.O G.A.O - “Grupo de Amigos de Olivença	115
B.2.1.O aparecimento do G.A.O. e os seus objectivos	115
B.2.2.Os momentos difíceis no G.A.O. e os seus objectivos	119
B.2.2.1.O 25 de Abril de 1974	119
B.2.2.2.O Almirante Pinheiro de Azevedo	119
B.2.2.3.A nova geração de dirigentes – depois de 1994	120
B.3.O alheamento da população portuguesa	121
B.4.O G.A.O. e a situação presente de Olivença	123
B.5.G.A.O. e o Almirante Pinheiro de Azevedo	125
B.5.1.O Presidente do G.A.O.	125
B.5.2.O papel importante da Inglaterra no conflito de Olivença	131
B.6.A reconquista de Olivença. e a intervenção inglesa	133
B.7. O Ministério dos Negócios Estrangeiros	137
B.7.1. A Comissão Internacional de Limites – Tratado de Limites	137
B.8. O silêncio dos meios de comunicação	140

Índice Mapas ,Figuras,Imagens e Fotografias

Mapas

Mapa 1 – Mapa de Portugal com Olivença	VIII
Mapa 2 – Mapa do distrito de Évora com Olivença	IX
Mapa 3 – Mapa de Olivença	IX

Figuras

Figura 1 – Templários ligados ao aparecimento e crescimento de Olivença	XIII
Figura 2 – Templários ligados ao aparecimento e crescimento de Olivença	XIII
Figura 3 – “A guerra das laranjas”	24
Figura 4 – Tratado de paz, final da guerra de 1801	28
Figura 5 – Revolta dos liberais 1820/21, organigrama	46
Figura 6 – Cardeal Rei D. Henrique	94
Figura 7 – Felipe II de Espanha	94
Figura 8a – Quem trata a Questão de Olivença?	109
Figura 8b – Quem trata a Questão de Olivença?	110
Figura 9 – Ministério dos Negócios Estrangeiros	127
Figura 10 – Almirante Pinheiro de Azevedo	130

Imagens

Imagem 1 – Rainha Carlota Joaquina	11
Imagem 2 – D. João (o regente)	11
Imagem 3 – Manuel Gogoy	11
Imagem 4 – Ministro português Luís Pires de Sousa	13
Imagem 5 – Luciano Bonaparte	13
Imagem 6 – Napoleão Bonaparte	37
Imagem 7 – Rei de Espanha D. Carlos IV	41
Imagem 8 – General Bedford	44
Imagem 9 – Revolta dos liberais 1820/21	46
Imagem 10 – Retrato de Manuel Fernando Tomás chefe da Revolução	46
Imagem 11 – Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa e Holstein	49

Fotografias

Fotografia 1 – Interior de igreja Stª Madalena	66
Fotografia 2 – Praça Lisboa em Olivença	66
Fotografia 3 – Porta lateral da igreja Stª Madalena	67
Fotografia 4 – Porta da igreja Stª Maria do Castelo	67
Fotografia 5 – Igreja de Nossa Senhora do Castelo	86

Fotografia 6 – Igreja de Nossa Senhora do Castelo	86
Fotografia 7 – Ponte da Ajuda	92
Fotografia 8 – Ponte da Ajuda	92
Fotografia 9 – Ponte da Ajuda	92
Fotografia 10 – Vistas de Olivença	99
Fotografia 11 – Vistas de Olivença	99
Fotografia 12 – Vistas de Olivença	100
Fotografia 13 – Interior da Igreja de St ^a . Madalena	100
Fotografia 14 – Pedra de calçada	107
Fotografia 15 – Pedra de calçada	107
Fotografia 16 – Pedra de calçada	107
Fotografia 17 – Pedra de calçada	108

ABSTRACT

Palavras chave: Convenções, Tratados, Guerras (das laranjas), Usurpação, Retorno e Impasse.

A reconquista de Olivença pelos portugueses, no século XII, fez parte de um vasto plano militar e político com o objetivo de fazer cerco para a reconquista da cidade de Badajoz. Embora os portugueses quase tenham alcançado esse objetivo, nunca possuíram o controlo da cidade de Odiana, mas conservaram sempre Olivença que, a par de Elvas formavam um dispositivo de praças ofensivas que sistematicamente colocavam Badajoz em perigo iminente, sob a pressão de uma tenaz.

Impedidos de se expandirem a nascente pela existência do reino de Castela, a reconquista de Badajoz significava, para os portugueses, o acesso às vastas planícies da Estremadura espanhola, ao caminho que conduzia ao enfraquecimento e reconquista de Sevilha e ao controlo da Andaluzia e, ao mesmo tempo, facilitaria mais tarde o encontro com o Mar Mediterrâneo.

Olivença e Elvas foram, ao longo de séculos, uma pressão constante para Badajoz e em 1801, na conjuntura das campanhas napoleónicas na Península, a vila de Olivença, com o seu território, acabou por ser anexada pela Espanha. Anexação que no presente se mantém.

O trabalho propõe, no âmbito da política externa portuguesa, uma análise crítica do percurso histórico de Olivença e dos acontecimentos ocorridos anteriormente à sua anexação, estudando igualmente o processo político e diplomático posterior e que marcou nos últimos duzentos anos a agenda portuguesa para a sua restituição.

No presente, à luz dos tratados e do Direito Internacional, Olivença é de facto um território anexado, tanto mais que não existe consenso entre as partes, não sendo conclusivo o desfecho deste longo processo que para uns se apresenta como facto consumado e para outros constitui uma premissa ética no sentido de repor a legalidade que cabe à nação portuguesa, na soberania de administrar essa parte do seu território.

ABSTRACT

Key words : Conventions, Treaties, war (of oranges), usurpation and deadlock.

The conquest of Olivença by the Portuguese in the XII century is part of a vast military and diplomatic plan with the aim of encircling and conquering the city of Badajoz. Although, the Portuguese almost reached this goal they never controlled the city of Odiana, but kept always Olivença that paired with Elvas formed one device square offensive that systematically put Badajoz in imminent danger under pressure like a pincer .

Impaired from expanding to the east due to the existence of the kingdom of Castella the reconquest of Badajoz meant the access to the vast plain of Spanish Estremadura and the path leading to the weakening and the control of Andalusia and Seville that gave an opening to the Mediterranean Sea.

Olivença and Elvas were for centuries a constant pressure to Badajoz, and in 1801 at the conjuncture of the Napoleonic campaigns in the Peninsula territory, Olivença was annexed by Spain; an arrangement that lasts until today.

The purpose of this work is in the Portuguese Agenda demanding its restitution, a critical analyses of the historical route of Olivença and the events prior to this annexation by studying also the political and diplomatic process which was emphasized in the context of the Portuguese foreign policy for the last two hundred years

At present, in the light of treaties and international law, Olivença is in fact an annexed territory, since there is no consensus between the two parties, not having a conclusive outcome of this long process that for some represented a *fait accompli*, while to others is an ethical promise, in order to restore the legality so that is the Portuguese nation, has the sovereignty to manage this as a part of its territory.

PREFÁCIO

Quando se referencia Olivença (ou Olivenza), notamos que não se domina convenientemente a questão. Por um lado, pessoas isoladamente ou em grupo continuam a procurar demonstrar que aquela, hoje cidade, é tão portuguesa como qualquer outra cidade de Portugal; por seu lado, os espanhóis afirmam que Olivença e vilas situadas no seu território são espanholas, apresentando o Tratado da Convenção de Badajoz de 1801 como prova séria, importante e assinada por responsáveis dos dois países ibéricos.

O governo português, numa posição incompreendida, responde às perguntas sobre o assunto de uma forma vaga, derivando as conversas para o facto de que as relações entre os dois países nunca foram tão boas como agora e que convém mantê-las e se possível melhorá-las.

Até hoje, nunca nos surgiu a oportunidade de aprofundar esta questão, apesar de se encontrar literatura interessante, que procura desenvolver determinados e isolados assuntos da História de Olivença.

Coloca-se-nos a situação de saber se “A Questão de Olivença” se enquadra no campo disciplinar das Relações Internacionais. De facto, a primeira unidade curricular desta disciplina surgiu na Inglaterra por volta de 1920, com o objetivo de compreender as causas das guerras, e assim preveni-las ou alcançar a paz, isto é, estudar as formas como os Estados se deviam relacionar entre si para evitar as ameaças e os conflitos.

Desde logo, notaram os estudiosos, que as Relações Internacionais assentavam em questões de segurança e de cooperação, mas rapidamente concluíram que estas sempre existiram, só que estudadas separadamente em áreas distintas, como em Política, Direito, Economia e História.

Concluíram os estudiosos de Relações Internacionais que não era possível desenvolver esta disciplina sem conhecer e teorizar os tempos passados, que referenciaram como sendo a sua “pré-história”. Estudaram-se sobretudo os grandes clássicos como Maquiavel, Hobbes, Kant e Tucídides (471 aC – 400 aC), tendo este último relatado o que se passou na Guerra do Peloponeso, entre os Estados de Atenas e Esparta dando-nos a conhecer elementos de relações, que bem podíamos considerar informações modernas, referenciando não só factos de guerra, mas situações adjacentes relacionadas com o comércio, as negociações políticas, o desenvolvimento das tecnologias, alianças e mesmo assuntos religiosos, sem esquecer os relacionamentos internos e externos de índole social, o que fez com que os seu trabalho literário seja uma obra ímpar no estudo das Relações Internacionais de hoje.

Mapa de Portugal com Olivença



Mapa 1

Fonte: http://teotonio.ipv.pt/maillinglists/esi_gsr/msg00668.html

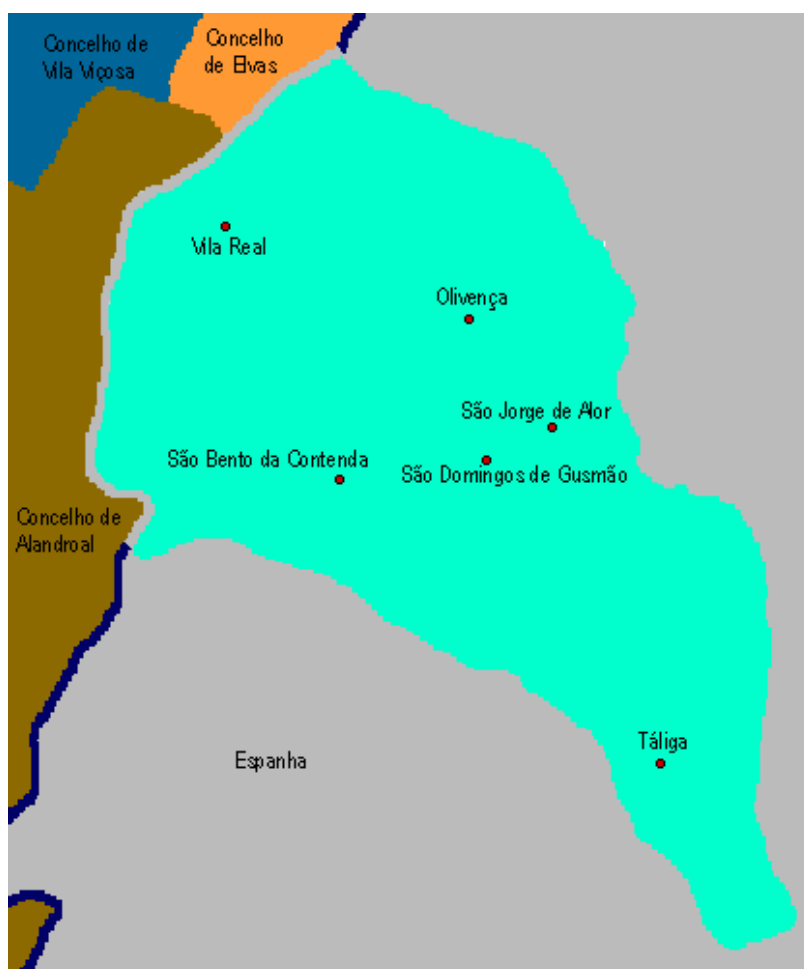
Mapa do distrito de Évora com Olivença



Mapa 2

Fonte: http://teotonio.ipv.pt/maillinglists/esi_gsr/msg00668.html

Mapa de Olivença



Mapa 3

Fonte: <http://porolivenca.blogs.sapo.pt/2005/08/INTRODUÇÃO>

Introdução

Será que “A Questão de Olivença” é um problema de política externa portuguesa? Será o caso de Olivença um fenómeno passível de estudo pelas Relações Internacionais? Estamos certos de que se trata de uma situação ou caso que pode ser estudado por esta disciplina, já que coloca Portugal e Espanha dentro de um conflito real, apesar de tanto o governo de um Estado como do outro parecerem não dar importância a uma situação que praticamente se arrasta desde 1801.

Coloca-se desde logo a questão de saber se a Questão se enquadra no campo de estudo da disciplina de Relações Internacionais. Sabendo que um dos pilares desta disciplina assenta designadamente do ponto de vista da Escola Realista, em questões de segurança e conflitos, conclui-se que esta demanda trata de desavenças, um longo conflito entre os dois países vizinhos que repartem entre si a Península Ibérica. Hoje, o conflito subsiste e continua real, mas nenhum dos governos parece dar grande importância à situação, que se arrasta desde 1801 – data da conquista espanhola, ou pelo menos a partir das Conferências de Paris e Viena, que, respetivamente de 1814 e 1815 ditaram que a Espanha tinha o dever de devolver rapidamente a Portugal, o território anexado de Olivença.

Neste sentido, colocam-se importantes questões de partida.

O facto de não se descortinar uma solução definitiva, e se continuar a manter a conjuntura, cria ou pode criar situações ou controvérsias que se desenvolvam negativamente e se transformem num grave conflito; não existe fronteira entre os dois países na zona de Elvas e Olivença – entre os rios Caia e Guadiana – e existem grupos civis que continuam preocupados com a recuperação da cidade e do seu território, não se sabendo até onde podem ir.

Assim, pelo interesse desta questão, que é pouco estudada e/ou com estudos muito antigos, pretende-se agora dar um novo enfoque sobre esta temática, aprofundando os conhecimentos sobre a história de Olivença e sobre as consequências da Guerra das Laranjeiras, bem como as razões ou causas que levaram os espanhóis a invadir Portugal, quando não havia aparentemente qualquer litígio ou desentendimento entre os dois povos ibéricos. Não se compreende o procedimento dos responsáveis portugueses por não reivindicarem o que os Congressos de Paris e de Viena decidiram sobre Olivença, ou seja, que a cidade e o seu território fossem entregues aos seus verdadeiros proprietários, a Portugal.

Por que razão a região de Olivença e outras praças alentejanas foram atacadas pelos espanhóis em 1801? Ao estudar o desenvolvimento desta, hoje cidade, conclui-se que não é um trabalho simples, não pode ser descrito em poucas linhas, nem tão pouco em alguns parágrafos.

Como nasceu este conflito? Porque não teve, até hoje, uma solução de consenso ou não se apelou a um Tribunal Internacional para obter a resposta ou decisão para todas as questões

que se têm vindo a colocar ao longo de mais de duzentos anos, tempo que dura a anexação?

Uma primeira análise, empírica, dá a entender que os mais altos responsáveis pelos dois países estão deixando o tempo correr para que a situação se resolva por si, mas há fatores não controláveis que podem criar um tipo de desconfiança, que hoje não se nota, mas que pode vir a prejudicar o bom relacionamento, que se diz existir, entre os dois Estados, sobretudo na área da política bilateral. Tudo isso porque não se foi capaz de encontrar a solução definitiva que satisfizesse ambas as partes.

Procuraremos na nossa dissertação estudar e desenvolver esta questão de forma a entender melhor as causas que têm levado a pensar que, talvez, com o passar do tempo, a questão se resolva por si. Os espanhóis dizem que não há nada para resolver acerca de Olivença. Quem tem razão?

Desde que, pela primeira vez, foram conquistados pelos portugueses aos árabes, os campos de Olivença tornaram-se um centro problemático, ou mesmo um centro de cobiça por parte dos reis de Castela e mais tarde pelo reino de Espanha, que reclamaram continuamente que era a eles que se devia o seu aparecimento. Os portugueses também reivindicam que foram eles que solicitaram à Ordem dos Templários¹ que ali se fixassem para evitar as investidas dos árabes, que por sua vez diziam serem as terras suas, afirmando serem eles os primeiros donos. Com a cristianização de Olivença, permitiu-se que se instalassem principalmente pastores e lavradores, que encontraram ali terrenos excelentes e férteis para as suas atividades e profissões. (vide Anexo II, parte A).

Depois disso, Afonso XII de Castela, sentindo que Portugal passava por uma fraqueza militar, usurpou o território, mas, mais tarde, D. Dinis, aproveitando um certo cansaço das tropas de Castela, que se encontravam em lutas, com os árabes e com outros estados cristãos, apressou-se a recuperar as posições que tinham sido ilegalmente tomadas².

Olivença continuou a estar na ordem do dia no final da 1ª. Dinastia, bem como na 3ª., quando os reis Filipes de Espanha foram também reis de Portugal. De novo com a independência, em 1640, os países Ibéricos voltaram à guerra e Olivença continuou a ser um centro de conflito, mas foi recuperada da usurpação espanhola.

No início do século XIX, a Espanha, devido ao seu poderio militar ajudado pelos exércitos de Napoleão Bonaparte, conquistou várias cidades portuguesas, junto à fronteira. Todas elas, no final do conflito, voltaram à posse de Portugal, com exceção de Olivença e todos os seus centros populacionais, como São Jorge de Sor, VillaReal e Taliga, que fazem parte do seu território.

¹ Doado por D. Sancho II de Portugal, pelos serviços prestados no cerco demorado à cidade de Elvas. Os Templários apoderam-se imediatamente dos campos de Alconchel, Barcarrota e dos campos de Olivença, na margem esquerda do rio Guadiana: Cfr. ALBERTY, Ricardo Rosa y; *Conferencia proferida em Macau*, Edição do Centro Informação de Macau, pg. 5.

² - Tratado de Alcanizes de 1297. Cfr. RIBEIRO, Ângelo, coordenação de José Hermano Saraiva; in *História de Portugal*, 2º. Volume; Editado por Edição e Conteúdos, Lda. pg. 38 a 41

Para se entender a questão da perda de Olivença em 1801, torna-se necessário rever, com certo cuidado, as relações havidas, por vezes amistosas, mas principalmente de conflito, e de guerra, entre Portugal e Espanha para se compreender a quem pertence a soberania. .

Porque é que a Espanha não seguiu as diretrizes dos Tratados referenciados? E porquê Portugal não obrigou, por meios políticos, ou em Tribunais Internacionais, que se cumprisse o que foi determinado, isto é, que se fizesse a entrega de Olivença?

Várias foram, sem dúvida, as razões ou causas, de uma parte e de outra, que levaram a Espanha a não respeitar as diretrizes das Convenções e Portugal a não ter sido mais exigente e dar a importância que a questão precisava e merecia.

Com base nos estudos realizados em Relações Internacionais, casos como “A Questão de Olivença” estão relacionados com o poder militar que um país tem sobre o rival e não assente na razão ou na verdade dos factos.

Hoje, nenhum governante português ou espanhol refere abertamente que não há conflito. Os historiadores espanhóis afirmam categoricamente que Olivença é espanhola, o que é confirmado pelos seus professores de Direito que, com base no Tratado de Badajoz, se esforçam por demonstrar que a cidade é deles, por direito. Os responsáveis portugueses nada fazem, referem apenas que Olivença é portuguesa e que se mantém, por razões históricas, sob administração espanhola. Contudo, permitem a existência de certos grupos de iniciativa privada, como o Grupo de Amigos de Olivença, que publicam determinada propaganda e se manifestam em favor do regresso de Olivença à posse de Portugal.

Este estudo leva-nos a procurar esclarecimentos e respostas e, desde logo, surge a hipótese central deste trabalho, segundo a qual Olivença continuará espanhola. Fica também apontada uma hipótese secundária, a de que houve usurpação do território, por várias razões. Os factos serão desenvolvidos e referenciados nos elementos textuais deste trabalho

Hoje, os analistas destas situações opinam que devido ao facto de Portugal e Espanha fazerem parte da União Europeia, não faz sentido uma disputa Ibérica, para se dar uma nova alteração de nacionalidade. Um outro fator importante diz respeito à vontade dos oliventinos, que não se cansam de dizer não a outra alteração de nacionalidade, porque eles nasceram espanhóis e assim querem continuar. Para eles, “... *Olivença é uma cidade aberta e espanhola, com duas culturas...*”³.

³ LIMPO, Luís Alfonso , *Olivença Ciudad Aberta*, Editora Regional da Estremadura. – 1985, pp.34



Desde el castillo de Miraflores, en Alconchel, los caballeros templarios trataron de extender sus dominios a costa de las tierras del concejo de Badajoz. Sabemos que fueron ellos quienes repoblaron Olivenza dejando algunas huellas de su paso por nuestro municipio. Pero... ¿Serían los templarios los auténticos fundadores de nuestra localidad o se limitarían a repoblar una aldea ya preexistente?

Figura 1

Templários ligados ao aparecimento e crescimento de Olivença



Tras apoderarse de Olivenza, y a pesar de que la parroquia continuó dependiendo del obispado de Badajoz, la corona portuguesa cedió una parte de las rentas eclesiásticas recaudadas en la localidad a la Orden de Avis. Esta orden ganó en importancia tras la extinción de los templarios, al apoderarse de buena parte de sus territorios, privilegios y riquezas. La lámina reproducida muestra la imagen de un caballero de Avis.

Figura 2

Fonte: Oferta da biblioteca de Olivença

1. A Diplomacia e a Política Externa

Convém considerar que as Relações Internacionais, a Política Externa e a Diplomacia compreendem formas de relacionamento entre os Estados, sendo distintas nos seus trabalhos profundamente interligados, o mesmo é dizer que os seus conceitos estão perfeitamente conectados, pertencendo, no entanto às Relações Internacionais uma conceção mais alargada, enquanto que a Política Externa tem uma definição mais justa, mas mais reduzida, digamos, uma parte mais restrita, mas que, por sua vez, agrega ainda, em si, a diplomacia que conjuntamente com a guerra, dão instrumentos, por excelência da política externa de qualquer Estado ¹.

A política externa pode ainda ser entendida como um conjunto das decisões e ações de um Estado em relação ao domínio externo, mas Victor Marques dos Santos define-a “... *como sendo o conjunto de linhas de ação política desenvolvida fora das fronteiras territoriais de um Estado e que tem como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses através da concretização dos objetivos definidos num programa do governo inserindo-se no âmbito da política geral do Estado...*”².

1.1. A Diplomacia e a sua História

Em 1961, na convenção de Viena, no seu artigo 3º., define-se as reais funções da missão diplomática que eram “... *representar o Estado acreditado, perante o Estado acreditador; proteger o Estado acreditador dos interesses do Estado acreditado e dos seus nacionais, dentro do limite estabelecidos pelo direito internacional; negociar com o governo do Estado acreditador; inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar a esse respeito o governo do Estado acreditado; promover relações amistosas e desenvolver as relações económicas, culturais e científicas entre o Estado acreditado e o Estado acreditador ...*” A diplomacia é utilizada ainda para defender e realizar os interesses do Estado utilizando técnicas de contato e de aproximação que compreendem os bons ofícios, a mediação, a conciliação e o inquérito, procurando sempre serem instrumentos de resolução pacífica.

Parece não ser difícil definir e restringir o campo onde a diplomacia se movimenta, mas isso não impede de ser um estudo recente e pertencer a um mar onde navegam outras disciplinas com ela relacionadas.

¹ CERVO, Amado Luiz, *Inserção Internacional – Formação de Conceitos*, Editora Saraiva, São Paulo, 2008

² dos SANTOS, Victor Marques, *Reflexões sobre a problemática da avaliação de resultados em análise de política externa*, In *Discursos*, 3ª. Série, Universidade Aberta, Lisboa 2000.

É de ressaltar que apesar de se referenciar o final da I Grande Guerra com o aparecimento da História Diplomática, ela tem uma formação mais antiga porque o seu espaço, os seus temas eram tratados em outras disciplinas, não só na História da Relações Internacionais, como na História Militar, História dos Conflitos, nas Ciências Políticas e na Geopolítica. A sua formação é antiga, só que o seu campo foi tratado, pesquisado e desenvolvido em outras disciplinas sociais.

A História Diplomática não é pois recente, como pode parecer. De facto, Pedro Soares Martins indica na sua obra a “História Diplomática de Portugal” que, “ ... no sentido da prática ou estudo das relações internacionais o emprego da palavra “diplomacia” foi usada com tal significado por Edmundo Burke em 1796 e tornada corrente depois do Congresso de Viena de 1815 ...”³.

António Marques Bessa refere no seu trabalho “O Olhar de Leviathan” que surgiram ensaístas que afirmam que esta disciplina está hoje isolada, mesmo esgotada e que aqueles que se dedicam a este estudo arriscam-se a ser objeto de um olhar distanciado, porque “ ...a História Diplomática e os estudiosos de relações internacionais estão na mesma ilha, porém em diferentes promontórios, mas esta ilha está a afastar-se da disciplina académica da História, deixando os historiadores da diplomacia numa posição frágil e alienada em relação à sua própria disciplina (...) e insinuam que a diacronia é cada vez menos necessária ao entendimento das relações internacionais e por isso a disciplina encontra-se condenada pelos ventos do tempo ...”⁴. Torna-se necessário não esquecer os ensaístas Stephen Haber e Stephen Krasner, entre outros, que são os responsáveis por tal desiderato por serem de nacionalidade americana e se referirem, sem dúvida, à sua História Diplomática...”.

Ensaístas e autores de obras e compêndios da História Diplomática Europeia, que estudam e escrevem sobre um passado fabuloso, não pensam de igual modo. A História da Europa é longa, compreende vários séculos, permitindo especializações como a que se pretende aqui definir.

Sobre a História Diplomática, outro autor conhecido, Pierre Renouvin definia-a como sendo, “ ... um estudo às iniciativas ou gestos dos governos, às suas decisões e às suas intenções”⁵.

³ MARTINS, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*. Editorial Verbo, Lisboa. 1992, p. 16

⁴ BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan, Edição do ISCSP, Lisboa 2001, p.45*

⁵ Cfr RENOUVIN, Pierre e DUROSELE, *Introduction à Histoire Internationale* e referenciado por BESSA, António Marques, *O olhar de Leviathan*, Edição ISCSP, UTL, Lisboa. 2001, p. 54

Eduardo Brazão, um estudioso e investigador dos meados do século passado referenciava que a História Diplomática “...estudava a ‘ação externa’ do país e que, sem esse conhecimento não seria possível o estudo da História de Portugal ...”⁶, e também criticava o afastamento dos responsáveis pelo estudo desta matéria, bem como o facto de não haver na Faculdade de Letras de Lisboa uma cadeira de História Diplomática, porque o seu estudo teria um forte impacto na política externa, nos destinos da Nação e mesmo na política interna.

Pela mesma altura, Pedro Soares Martinez fez uma forte crítica ao estado em que se encontrava, a nível universitário, o estudo da História Diplomática, afirmando que, “... tem a Historiografia portuguesa pecado por hipertrofiar os acontecimentos militares e nos últimos tempos os de ordem económica, com frequente esquecimento, ou falta de hierarquização dos aspetos respeitante à política externa ...”⁷. Exemplificando, o autor refere casos importantes do passado da história portuguesa que se encontram desligados da História Internacional, como são os casos da independência de Portugal de 1640, que foi ganha pelos portugueses, mas aprovada por outros países que procuravam relançar um certo equilíbrio internacional na Europa. O mesmo tinha já acontecido com o início da 3ª. Dinastia.

A verdade é que os historiadores da diplomacia não podem fazer desta disciplina algo isolado, não se pode estudar apenas o que se passou em Olivença, tem que se saber das causas e o que se passava na Europa que teve relação direta ou indireta.

Vários são os historiadores que dedicam grande parte do seu tempo às pesquisas e à composição dos seus trabalhos, como sejam os professores Pedro Soares Martinez e António Marques Bessa, bem como Luís Teixeira e J. Veríssimo Serrão, que têm os seus trabalhos fortemente ligados à História de Portugal e à História Diplomática.

O estudo sobre a cidade de Olivença, que é a base deste trabalho, irá procurar não só referenciar a sua história geral, mas procurar compreender e relatar o trabalho diplomático da política portuguesa na tentativa de recuperação de Olivença e do seu território.

1.2. Política Externa

A política externa é um elemento das relações internacionais, constitui um conjunto de iniciativas do ator estatal que tem em vista mobilizar para o seu serviço o máximo de fatores disponíveis tanto internacionais como nacionais.

⁶ BESSA, António Marques, *O olhar de Leviathan*, Edição ISCSP, Lisboa, 2001, p. 55

⁷ MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Edição Almedina, 3ª. Edição, revista, Setembro 2010, pp. 10 e 11

A política externa de um Estado é formada por um conjunto de objetivos e opções que ele pretende obter ou alcançar, quando está conectado com outros Estados. A política externa começa a ser projetada pelo Estado que procura proteger não só a sua segurança contra ataques ou guerras vindas do exterior, mas também, procura o desenvolvimento da sua economia que pode ser obtida utilizando meios pacíficos e a cooperação com outros Estados, ou optando por meios violentos, quando utiliza a opressão ou mesmo a guerra, necessitando para isso, de uma força militar forte e superior, para obter o que realmente pretende.

As políticas do Estado, quando dependem, em parte ou no todo, do exterior podem ser consideradas como fazendo parte integrante da política externa, como por exemplo, quando se pretende obter um equilíbrio da balança de pagamentos e/ou balança comercial. Torna-se necessário tomar medidas de proteção nos vários sectores da economia e combater a concorrência exterior quando ela é forte, perturbante e prejudica esse Estado colocando-o em dificuldades.

Para que a política externa portuguesa possa alcançar os seus objetivos terá que confirmar e atuar conforme previamente determinado, tendo sempre em atenção que os outros Estados põem em prática, quase sempre, os mesmos princípios e têm os mesmos objetivos.

É de salientar que as políticas externas são desenhadas e postas em prática pelo governo desse Estado, que procura delinear o que mais lhe interessa, tendo em conta as alterações da conjuntura nacional e internacional. António Marques Bessa já referenciado diz que “... *atribui aos Estados os seus interesses e assume que o poder político os tenta levar de forma racional e ponderada nas conjunturas que vão passando. Não existe ordem internacional propriamente dita, mas relações preferenciais para benefício mútuo. A sociedade internacional está concebida como uma sociedade próxima da natureza, de modo que cada ator busca maximizar os seus interesses. As relações entre poderes são sobretudo relações de força ...*”⁸.

O papel do governo e dos seus ministros não é por isso fácil no campo da política externa; as relações entre os centros de decisão internacionais criam desafios que têm que ser devidamente apreciados e por isso os órgãos do governo são solicitados a tomar conhecimento do que se passa com as políticas externas e concordar ou não, com as propostas apresentadas, fazendo por vezes pressão, para que as solicitações externas possam ser alteradas e de novo formuladas de forma a salvaguardar os verdadeiros interesses e o bem estar do país e da sua população.

⁸ Idem, pp.74

1.2.1. Política Externa Portuguesa

A política externa portuguesa é definida pelo Primeiro Ministro com o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, que têm assessores, funcionários e técnicos mais ou menos especializados para os assuntos e objetivos que são de sua responsabilidade. Tem o Ministro dos Negócios Estrangeiros uma certa autonomia para encontrar soluções e caminhos para as questões do seu governo e dar continuidade aos assuntos iniciados anteriormente, procurando sempre os melhores resultados para Portugal.

Não se garante que os objetivos e o trabalho do Ministério sejam como descrito. António Marques Bessa relata um exemplo negativo “... *Temos um exemplo concreto na adesão de Portugal à CEE. Os governos anteriores até 1974, bem ou mal evitaram essa integração, limitando-se a uma participação na EFTA. Depois da revolução de 1974, uma minoria governamental, sozinha, sem escutar a opinião popular, numa consulta eleitoral decidem e comprometendo todo o país no projeto da Comunidade, minimizando os principais efeitos a médio e longo prazo, e mais grave ainda, sem um projeto detalhado da ação estratégica para o futuro ...*”⁹.

Com a situação de Olivença, passada no início do século XIX, não se pode dizer que houve sucessos para Portugal, bem pelo contrário, Portugal sofreu algumas derrotas que enfraqueceram ainda mais o país, mas a política externa foi seguida com muito cuidado, rigor e atenção, para evitar fortes prejuízos, procurando sempre retardar a entrada dos exércitos espanhol e francês.

1.2.2. Política Externa Portuguesa e Olivença

Não existe, hoje, na política externa portuguesa qualquer preocupação referente a Olivença. Procurou-se saber, junto dos serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros (M.N.E.) qual era a política oficial ou não oficial referente a Olivença, mas as respostas foram evasivas, e ficou-se com a ideia de que a situação atual é para se manter. O serviço de fronteiras do M.N.E. refere que o assunto está pendente, mas confirma que aquelas terras são portuguesas, mas de facto, elas encontram-se sob administração espanhola, e como exemplo disso foi referenciado o caso da reparação e conservação da Ponte da Ajuda sobre o Guadiana.

Olivença não faz parte das prioridades da política externa portuguesa, nem tão pouco figura ou tem figurado nos programas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao longo de vários governos. Esta situação pode-se explicar por duas ordens de motivos. Primeiro,

⁹ Idem p. 81

porque Portugal vem considerando que os momentos não são adequados para levantar a questão, para não criar inimizades com a Espanha; em segundo lugar, porque são passados mais de duzentos anos sobre a usurpação e agora é um pouco tarde para recuperar Olivença. A população oliventina sente-se hoje espanhola e se lhes fosse proposta uma integração em Portugal, a resposta seria sem qualquer dúvida negativa.

2. Contexto Político Ibérico - Olivença

2.1. - Antecedentes

2.1.1. Amizade entre as coroas de Portugal e da Espanha

Novos acontecimentos e grandes alterações a nível político, económico, militar, cultural e outras se dão na Europa nos últimos anos, ao fechar do século XVIII, que levaram ou contribuíram para que a Espanha, mais uma vez, tentasse anexar Olivença, desta vez com a ajuda da França Republicana, aproveitando o facto de se encontrar Portugal numa fase de conflito interno e de fraqueza militar, e a Inglaterra, sua aliada, em luta acesa com a França e outros países europeus, não lhe podendo oferecer, a sua colaboração e ajuda militar.

Para se compreender a guerra de 1801 entre Portugal e Espanha é necessário recuar ao tempo em que se deu a Revolução Francesa¹⁰, a morte do rei Luís XVI e a implantação da República.

A Família Real Espanhola era aparentada com as famílias de Luís XVI, o que provocou hostilidades e preocupações, e levou o seu governo a colaborar com a Inglaterra, que já se encontrava em guerra aberta com a França.

Criaram-se assim alianças de soberanos contra a República Francesa. Em finais de 1793 foi assinado pelas duas potências reais, um tratado em que os dois reinos prometeram juntar forças. O tratado foi assinado pelo então Ministro espanhol, o duque de Alcudia e pelo Embaixador britânico, o Barão de Saint-Helens, tendo sido Portugal convidado para fazer parte desta Aliança.

Entretanto Portugal assinou uma Convenção com a Espanha, à qual a Inglaterra deu a sua adesão, em Setembro desse mesmo ano. Tal convenção de auxílio mútuo, parece não ter sido de grande valor ou interesse para Portugal, porque de imediato, os revolucionários franceses ordenaram aos seus corsários que assaltassem e saqueassem todos os navios portugueses que se encontrassem no Oceano Atlântico, tendo em vista, liquidar o comércio que se fazia entre o Brasil e Portugal.

Para fazer face à nova situação, Portugal preparou alguns navios de guerra destinados a se juntarem à esquadra inglesa e a cooperar na guerra que se desenrolava no Mar da Mancha.

¹⁰ Cfr. PEREIRA, António Manuel – *A Terra Portuguesa de Olivença*. Edição do Autor. 1971, pp. 12 – *A Revolução Francesa iniciou-se em 14 de Julho de 1789, data em que o povo de Paris tomou a Bastilha, que ficou assim relacionada com a Revolução. A Bastilha é uma fortaleza mandada construir em 1370, pelo Rei Carlos V – O Sábio e concluída no tempo do Rei Carlos VI – O Bem Amado, tendo sido construída em 12 anos. A Bastilha até à revolução era uma prisão de presos acusados de delitos comuns, passou a prisão de alta segurança política e por ela passaram Robespierre, Walter, Duque de Orleans e muitas outras pessoas famosas.*

2.1.2. Colaboração de Portugal na guerra franco-espanhola

Pretendendo vivamente colaborar, dentro das suas possibilidades, Portugal preparou e organizou seis regimentos de infantaria, um dos quais pertencia á guarnição de Olivença. Este corpo expedicionário chegou ao Porto Catalão de Ceret, onde se juntou às tropas espanholas do General Ricardos, que comandadas pelo Marechal Escocês Forbes Escallatter, de imediato entraram em combate realizando conquistas de diversas povoações, vilas e posições militares importantes no campo do inimigo.

Entretanto chegou o Inverno frio e gelado, com fortíssimos temporais que impossibilitaram a continuação da guerra. Neste interregno, os nossos aliados espanhóis, secretamente, em Basileia (Suíça), realizam um Tratado com os franceses, o que os levou a abandonar os militares portugueses em pleno território de guerra, já que Portugal a partir da assinatura daquele Tratado, passou a ser considerado inimigo da França.

Num relatório realizado pelo já referenciado Marechal escocês Forbes Escallatter – que era o responsável pelos soldados portugueses – podia-se ler: “ *O General espanhol Ricardos, comandante-chefe deixou-se dominar inteiramente pelo Marechal de campo, D. Tomás de Morla, o qual além de possuir o mais grosseiro moral que haja, tem uma enorme aversão a tudo que pertença ao Exercito Português. “... Ainda que conquistássemos toda a França a favor dos espanhóis, ainda assim, procurariam ofuscar a conduta louvável da tropa portuguesa ...”*¹¹.

Tal procedimento espanhol, foi fortemente criticado pelo governo português que não compreendia o que se tinha passado, nem encontrava explicação para tão vil ato. As respostas vieram do embaixador português em Madrid que informava o governo português de que tudo assentava nas mudanças realizadas pela nova governação espanhola; o trono era ocupado por Carlos IV, homem inteiramente dominado por sua mulher, a Rainha Maria Luísa, pessoa pouco respeitadora dos princípios de fidelidade conjugal, mas sendo ela que, de facto governava, por intermédio de D. Manuel Godoy, que era o seu homem predileto¹².

¹¹ Cfr. PEREIRA, António Manuel,, *A Terra Portuguesa de Olivença* – 1971 – Edição do Autor. pp. 15

¹² Cfr. VELOSO, Queirós, *Como perdemos Olivença* – Edição da Casa Ventura Abrantes – Olivença. 1932.

pp. 14 e 15 - “... D. Manuel Godoy, que tão importante papel desempenhou na política espanhola desde 1792 a 1808, cujo o nome está ligado à perda de Olivença, nasceu em Badajoz em 1767, pertencia a uma família da Estremadura, nobre, mas de escassos meios de fortuna. A mãe, D. Maria António Alvarez de Faria, era também natural de Badajoz, mas de origem portuguesa, provavelmente de Olivença. Deram-lhe os pais uma educação, a quem se destina à carreira militar e aos 17 anos viaja para Madrid e entra para o corpo da guarda real, onde já servia o seu irmão mais velho Luís Godoy.

Reinava ainda Carlos III. Dois anos mais tarde começou a corte a notar que a princesa das Astúrias se enamorava desse soldado esbelto e gracioso, cuja simpatia insinuante encobria uma ambição desmedida. Maria Luísa de Parma tinha então trinta e cinco anos, pouco devia à formosura e os partos repetidos haviam-na envelhecido prematuramente.

Mas o que realmente aconteceu foi que depois de algumas conquistas feitas pelos espanhóis e portugueses para lá dos Pirenéus, os franceses iniciaram a reconquista das praças e vilas perdidas e invadiram a Catalunha em Março de 1795, avançando rapidamente sobre Tolosa.

Esta invasão da França cria graves problemas na corte de D. Carlos IV, é então que D. Manuel Godoy propõe secretamente a paz aos generais franceses que a rejeitam, mas a insistência junto do poder em Paris, consegue que a paz fosse assinada em Basileia a 22 de Julho de 1795, em grande sigilo, escondendo o ato dos portugueses e dos ingleses, que continuaram por alguns dias a combater os franceses.

Carlos IV na presença de tais acontecimentos, deixou de ter preocupações da guerra com a França e resolve conferir a Manuel Godoy – já Duque de Alcúdia – o título de “Príncipe da Paz”, o que lhe deu mais poder governativo. Ainda para tornar mais solene os momentos de paz com a França, o Rei espanhol decretou para o governo três dias de gala, com varias festas oficiais.

E enquanto duravam estas festas, a divisão portuguesa, reduzida a menos de três mil e oitocentos homens embarcavam em navios que os transportariam a Lisboa, tendo a maioria das despesas marítimas sido pagas pelo governo português.

A situação era pois de expectativa, com a reviravolta da Espanha, monarquia, fazendo amizades com a França republicana, era algo que parecia ser politicamente impossível.

Em Dezembro de 1788, com quarenta anos de idade subia ao trono o príncipe das Astúrias, sob o nome de Carlos IV; alto, robusto com alardes de força, que a esgrima, a caça e a luta tinham desenvolvido consideravelmente, mas a sua energia moral não correspondia ao seu vigor físico. A mulher, cuja inteligência admirava, dominava-o completamente, tanto assim que logo no primeiro despacho real que foi dado com os seus ministros a rainha esteve presente, tendo ficado estabelecido que sempre despachariam em conjunto.

A constante preocupação de Maria Luísa, já que assim participava do poder foi elevar Manuel Godoy aquelas culminâncias, que então dependiam do simples capricho de um rei absoluto. Isto diz D. António Ballesteros na sua “História de Espanha y su influencia in la História Universal” – tomo V, capítulo III – que o bondoso monarca era de “índole mansa y candoroso carácter”; tão manso, e de tão confiante candura, que fez do favorito predilecto da esposa o seu maior amigo, não podendo dispensar a companhia de Manuel, como sempre lhe chamava.

As relações de Godoy com a rainha haviam-se tornado tão públicas, que a correspondência dos embaixadores estrangeiros está cheia de picantes anedotas com vergonhosos pormenores.

A ascensão de Godoy foi vertiginosa. De soldado saltou para ajudante da sua companhia; num curto espaço de três anos atingiu sucessivamente os postos de ajudante-general, sargento-mor, brigadeiro, marechal de campo e tenente-general. No foro civil, com o apoio régio, não o acumulou menos favores: comendador-mor de Santiago, secretário da rainha, conselheiro do estado, duque de Acudia e outros títulos.

O empenho da rainha era fazê-lo primeiro ministro; com engenhoso artifício, começou por admiti-lo ao despacho na qualidade de conselheiro de Estado, introduzindo-o no manejo dos negócios públicos; e preparou depois a queda do primeiro ministro em exercício, o Conde de Aranda.

Mas o ter chegado a chefe do governo não tirava a Godoy o apetite de novas honras e proveitos (acumulava um grande numero de cargos retributivos, num total de 803 170 reais, quando a remuneração de um primeiro ministro, não chegava aos 380 000 reais; devolvido mais alguns meses Godoy era nomeado Cavaleiro do Tosão de Ouro e promovido a capitão-general, o mais alto posto do exercito espanhol.

O artigo 15º. do tratado assinado em Basileia contém uma clausula, em que a República Francesa faz referencia a Portugal, “... *A República Francesa querendo dar testemunho de amizade a Sua Majestade Católica aceita a sua mediação em favor da Rainha de Portugal* ...”, mas nem o Rei, nem o seu Ministro nada fizeram ou disseram, pelo contrario, reconheceram que Portugal estava em guerra com a França e nesse período uma esquadra francesa apressou entre as Ilhas Berlengas e o Cabo da Roca, doze embarcações portuguesas, que logo ali, foram destruídas com a exceção de um navio que regressava do Brasil carregado de algodão, arroz e couros, que foi levado para o porto espanhol de Cádiz.

Tal facto, levou à troca de correspondência entre os dois governos ibéricos, mas as respostas obtidas pelo governo português foram sempre vagas, duvidosas e hostis aconselhando que as negociações fossem feitas diretamente com a França, já que ela tinha motivos para considerar Portugal um país beligerante.

2.1.3. Encontro entre as coroas Ibéricas e as relações frias

Mesmo assim D. Manuel Godoy, para deslumbrar os seus patrícios com a mais evidente prova do favor real, em 1796 promove reuniões entre as cortes portuguesa e espanhola. Em Badajoz, a corte espanhola hospedar-se-ia na sua casa entre 18 de Janeiro e 15 de Fevereiro. Entretanto, a princesa Carlota Joaquina e o príncipe D. João, governador do reino português,¹³ hospedar-se-iam em Elvas.

Entretanto, a 18 e 19 Janeiro, datas dos encontros reais já confirmadas, tiveram de ser desmarcadas, porque Carlota Joaquina esteve indisposta durante alguns dias.

Sentindo-se refeita das suas indisposições, Carlota Joaquina mandou marcar novas datas para os encontros reais.

¹³ Ao tempo a rainha de Portugal era D. Maria, que tinha enlouquecido.

Rainha Carlota Joaquina, D. João (o Regente) e Manuel Gogoy



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carlota-joaquina.jpg>

<http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.pt/2010/04/d-joao-vi-um-imperador-visionario.html>

<http://www.myartprints.co.uk/a/francisco-jose-de-goya-1/manuel-godoy-1767-1851-du.html>

As reuniões das duas famílias reais ocorreram com cordialidade, familiaridade e grande amizade, não se supondo que Carlos IV e do seu primeiro ministro escondiam a preparação de uma situação de traição; por seu lado os representantes da coroa portuguesa numa situação “naïf” procuravam cativar a amizade dos responsáveis reais espanhóis, concedendo em nome do Governo Português, a Grã-Cruz da Ordem de Cristo a D. Manuel Godoy¹⁴.

O balanço destes dois encontros, para a família real portuguesa foi considerado como não podia ter sido melhor para os interesses de Portugal, tudo indicava que o relacionamento entre ambos os reinos continuaria a ser cordial e amistoso, do qual se esperavam grandes entendimentos, embora não se saiba quais foram os assuntos que foram tratados, mas tendo em conta o que de grave se estava a passar na Europa, não deixaram de ser referenciados os conflitos entre a França e a Inglaterra e outros países.

Devido a estes factos as relações entre Portugal e a Espanha estavam a tornar-se frias, apesar das casas reais e os respetivos governos procurassem que tudo corresse bem. O Rei espanhol, em reuniões com o embaixador português e outras altas individualidades não se cansava de referenciar os encontros reais realizados em Badajoz e Elvas, durante o mês de Janeiro, referenciando não só a forma amável e gentil como foram recebidos, como lamentando o facto de não ter sido possível realizar-se a caçada na Tapada do Palácio de Vila Viçosa, devido ao rigor do Inverno..

Entretanto a Espanha celebra com a França um novo Tratado – o Tratado de Santo Ildefonso em 18 de Agosto de 1796 e sobre o seu conteúdo o embaixador português, em Madrid, Diogo de Carvalho e Sampaio informa que, “... *não há coisa alguma claramente estipulada contra Portugal ...*”.

¹⁴ Cfr. VELLOSO, Queiros, *Como perdemos Olivença* – Livreiros Oliventinos. 1932, pps. 32 e seguintes.

A carta que acompanhava a entrega da grã-cruz da Ordem de Cristo, dizia: “... A D. Manuel Godoy, Príncipe da Paz. Eu, D. Maria, por graça de Deus, Rainha de Portugal e dos Algarves ... envio muito saudar. Tomando em consideração as vossas qualidades e talentos que tão dignamente vos distinguem ao serviço de El-Rei Católico, meu muito prezado primo, que de vós, com justiça e experiência confia a direcção dos mais importantes negócios e dependências da monarquia, me propus dar-vos um sinal da minha estima e da particular satisfação, com que prezo as vossas ditas qualidades, merecimentos e serviços, gratos ao vosso rei, a monarquia e a mim ... pelo que a Lei e por bem cabe promover-vos à dignidade da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, criando para vós, sem exemplo, uma extraordinária, por não haver vaga e dispensando assim na falta de idade, como nas outras circunstâncias requeridas em regra pela fundação das dignidades. E para que tenhaes entendido e possaes usar das insígnias que vos envio e vos pertencem, vos mando esta, e Deus Nosso Senhor vos tenha na sua santa guarda. Palácio de Queluz, em 21 de Março de 1796.

Ministro Português Luís Pires de Sousa e Luciano Bonaparte



Imagem 4



Imagem 5

Fonte: <http://www.cyber-corredora.de/panoles/Panol-45.htm>
<http://www.arqnet.pt/dicionario/balsemao1visc.html>

Mas em Setembro, criado não se sabe por quem, apareceu um boato, que correu por toda a Corte e cidade de Madrid, em que Portugal planeava um ataque ao Norte, sobre a Galiza, com o auxílio de 20.000 soldados ingleses – infantaria e cavalaria – o que levou o embaixador a escrever ao governo de Portugal, na pessoa de D. Luís Pinto de Sousa, a aconselhar que, “... *convinha que a Corte Portuguesa desmentisse tal boato...*”.¹⁵

*De facto, D. Luís Pinto de Sousa escreve ao Príncipe da Paz, Manuel Godoy a desmentir, dizendo que tais boatos não passavam disso mesmo,” ... devo segurar a V.Exa. que o Exército de Portugal se não chegou a pôr no estado de guerra; que esta Monarquia jamais solicitou os vinte mil ingleses que se lhe atribuem e que se lançou as suas vistas sobre oficiais alemães. (...) Do mesmo modo devo protestar a V.Exa. que jamais veio desta Corte de formar acampamento no Alentejo, mas tão somente sobre as costas marítimas e que o pretendido ataque de Galiza é uma das imposturas mais solenes que os inimigos desta Coroa podiam inventar para a comprometerem...”*¹⁶.

2.1.4. Pressão franco-espanhola sobre Portugal

O mau estar mantinha-se, porque a França fazia uma certa pressão sobre a Espanha para que Portugal fechasse os portos marítimos a tudo que fosse navio inglês. Nesta situação e em convergência com os republicanos franceses, Manuel Godoy mandou que uma parte dos seu exercito – 120 000 homens – se dirigisse para a província da Estremadura, para a região de Badajoz e fronteira com Olivença..

Entre o Ministério dos Estrangeiros e o embaixador em Madrid a troca de correspondência passou a ser quase diária. Sentia-se que a invasão espanhola estava para breve e procurava-se por todos os meios evitá-la. Portugal não tinha exércitos nem navios de guerra suficientes para entrar em tal aventura.

Numa das cartas do embaixador português em Madrid aconselhava: “... *Aqui não querem guerra a Portugal. Portugal também não quer a guerra. Haja pois explicações claras e evite-se o mal que pode resultar de qualquer equívoco. ...*”¹⁷

Mais uma vez, Luís Pinto de Sousa escreve a Manuel Godoy desmentindo. A situação era de aflição, o Governo português procura uma saída que evitasse o confronto anunciado. Na realidade não possuía um exército capaz de fazer frente ao exército espanhol, que tinha o apoio do exército francês que estava disposto a conquistar os portos da costa marítima

¹⁵ Carta particular. Correspondência da Legação de Madrid, 1796. MNE, Caixa 642.

¹⁶ Carta de Luís Pinto de Sousa para Manuel Godoy. MNE, Caixa 642.

¹⁷ Carta particular de 6.9.1796, para Luís Pinto de Sousa. Correspondência da Legação de Madrid. Caixa 642.

portuguesa, para assim evitarem a presença dos ingleses; por outro, a declaração de guerra que a Espanha fez à Inglaterra a 7 de Outubro de 1796 agravou as relações Portugal/Espanha, o que levou Manuel Godoy, já em Agosto daquele ano, a dizer ao embaixador português que seria muito difícil evitar uma guerra ibérica, mesmo que o governo de Lisboa decretasse uma posição de neutralidade, pois as suas Alianças com a Inglaterra tornam nula aquela posição. Para evitar o confronto ibérico, Portugal só tinha que fechar os seus portos marítimos à esquadra inglesa e assim evitar que a Inglaterra se servisse do território português para atacar a Espanha.

Escreveu-se ao embaixador português em Londres para dar conhecimento da situação na Península Ibérica, sobretudo a posição frágil e dramática na qual Portugal se encontrava e as desvantagens que a Inglaterra teria, se deixasse de ter o apoio logístico que vinha a ter nos portos marítimos e no território português. “... *Informe o Governo inglês da impossibilidade em que nos achamos de nos poder defender contra as forças unidas da França e da Espanha se não formos socorridos validamente, e a tempo, logo que formos atacados e neste caso ou os auxílios devem ser direitos, ou por meio de uma poderosa diversão na província da Galiza. Para este projeto se poder pôr em prática é preciso consertá-lo de antemão e executá-lo sem perda de tempo, apenas Portugal for atacado. O porto de Vigo é mal defendido e de uma entrada fácil e segura. Dez mil homens desembarcados naquele porto nos seguram a conquista da Galiza (...) Se este projeto parecer adaptável, assim como eu o julgo possível, V. Senhoria me comunicará logo as intenções do Ministério Britânico, visto que não há tempo a perder ...*”¹⁸.

2.1.5. Declaração de guerra da Espanha à Inglaterra

A declaração de guerra da Espanha à Inglaterra deu-se a 7 de Outubro de 1796 e a data do decreto da neutralidade Portugal/Espanha é de 17 de Setembro anterior e sobre este caso Manuel Godoy esclareceu o embaixador português em Madrid, que tal neutralidade não se aplicava à França, mas apenas à Espanha, que também não a respeitaria, já que os navios ingleses tinham total liberdade e impunidade, usavam e abusavam de neutralidade dos portos marítimos portugueses, o que o decreto de neutralidade proibia tal frequência e deu vários exemplos, como os casos de uma fragata inglesa apresar um corsário espanhol em Caminha, bem como, uma nau de guerra portuguesa com 74 canhões e 700 homens de tripulação atacar uma corveta francesa de nome Buena-Ventura. Quanto ao facto da corte Portuguesa condenar que as tropas espanholas estejam cada vez mais perto de Badajoz e Olivença era uma realidade, iam de facto aumentar, porque sendo Badajoz uma cidade de

¹⁸ António Ventura – A Guerra das Laranjas – 1796-1801. Editora Presença. 1970, pp 17

fronteira estava desguarnecida e sem defesa e porque Portugal à muito que guarneceu as suas tropas das suas cidades e castelos fronteiriços, portanto a medida espanhola limitava-se a salvaguardar e a defender qualquer iniciativa militar portuguesa.

Quando a esquadra espanhola comandada pelo Tenente General D. José de Córdova, composta de 24 navios e 12 fragatas se encontrou, com a esquadra inglesa comandada pelo Almirante Jerves e composta por 15 navios e nove fragatas, perto do Cabo S. Vicente, a 14 de Fevereiro de 1797, precipitaram um combate em que a derrota espanhola foi completa, tendo regressado a Espanha apenas um navio em péssimas condições, com mais de 500 mortos a bordo; por seu lado a esquadra inglesa aportou a vários portos portugueses, onde restaurou os seus navios, bem como quatro navios espanhóis que foram apresados, sendo a tripulação espanhola enviada para Espanha.

Este facto, de pura colaboração portuguesa motivou novas reclamações e ameaças dos espanhóis, que considerava que Portugal estava a colaborar com os ingleses, o que era contrário ao acordo que tinha sido proposto – o de proceder com neutralidade neste conflito espano-inglês.

O Governo português aproveitando esta ocasião, deu a conhecer ao Governo inglês a situação de perigo que corria de ser atacado pelos espanhóis devido à colaboração prestada ao Almirante John Jervis e á sua armada.

Por fim, os responsáveis pela política inglesa tomaram consciência da situação portuguesa e de imediato enviaram armas, munições, salitre, navios, baionetas, pistolas, espadas de cavalaria, pólvora, ferro, aço e cobre, peças de artilharia para a Marinha e muitos outros apetrechos militares. Prometeram ainda os ingleses que seriam enviados para Portugal seis mil homens.

O Governo português considerou que era diminuto o que tinham acabado de receber e lembraram que tinham solicitado pelo menos vinte mil militares e os meios de os alimentar.

.Em finais de 1797, o embaixador português em Madrid solicita uma reunião com Godoy, já que tinha uma proposta para apresentar que visava acabar com o conflito Portugal e Espanha; o governo de Portugal propunha para terminar com a desconfiança, que a Espanha desistisse de atacar Portugal, e em consequência retirasse de imediato as suas tropas colocadas na fronteira, e impedisse o avanço das tropas francesas, em contrapartida, Portugal compromete-se a retirar também as suas tropas e a fazer sair do seu território as tropas inglesas.

Manuel Godoy respondeu de imediato: “... *que bem desejava que as coisas pudessem reduzir a estes termos, mas por ora se não podiam remover todas a tropas da Estremadura, para não desafiar uma nova guerra com a França*”....¹⁹.

Estas palavras do Príncipe da Paz deram algum descanso à Corte e ao governo, houve uma pausa e o princípio de algumas negociações para que se realiza-se um tratado de paz entre Portugal e a França, mediados pela Espanha.

O embaixador português na Bélgica foi o representante mas ao procurar comprar o favor de alguns políticos franceses, levou aquele governo a expulsá-lo de Paris, o que pôs em causa o processo em curso.

O Governo português procurou outras possibilidades que permitissem ganhar a paz e a nova alternativa era a de participar num congresso onde seria discutida a paz na Europa. Realizado o congresso no qual devia ser discutida a situação de Portugal, debaterem-se os problemas da França e da Inglaterra, mas não se encontrou uma solução para a situação portuguesa, que foi representada pela Inglaterra

Voltou-se então ao projeto de criar um bom entendimento entre Portugal e a França, tendo Manuel Godoy solicitado que fosse ratificado o anterior contrato, sem reservas, mas surgiram dois novos fatores que alteraram a situação; por outro lado a República francesa concluiu a paz com a Áustria o que deu maior liberdade de atuar noutras frentes; por outro lado, Portugal não cumpriu os prazos estabelecidos para se retificar o Tratado em curso e este foi anulado e posto fim às negociações com a França. a considerar que o estado de guerra com Portugal se mantinha. Portugal não desiste de encontrar uma solução para o renascer da crise.

2.1.6. Portugal procura soluções para a crise

Em Lisboa, novos boatos relacionados com os movimentos de militares franceses dizem que mais de 30 000 homens atravessaram os Pirenéus, alguns dos quais já se encontravam em Andaluzia às portas de Olivença

A 28 de Julho de 1798, inesperadamente, Manuel Godoy apresentou a sua demissão de todos os cargos, inclusive o de Ministro de Estado, sendo substituído por D. Francisco de Saavedra, facto que não trouxe qualquer alteração nas relações entre Portugal e a Espanha ou mesmo com a França. Manuel Godoy tinha feito alguns inimigos influentes na Corte que deterioraram a sua imagem perante o Rei Carlos IV.

¹⁹ Idem, pp. 27

Em caso de uma declaração de Guerra, e uma invasão da Espanha e/ou da França, as possibilidades de vencer ou de responder com êxito eram pois diminutas, caso não se contasse com a colaboração efetiva da Inglaterra que já se encontrava em guerra aberta com a Espanha e a França, não podendo desviar contingentes para o seu velho aliado. .

As tropas francesas aperceberam-se que havia navios portugueses junto dos navios de guerra ingleses, o que veio criar dificuldades nas relações franco-espanholas; Portugal era acusado, mais uma vez, de ser desleal, traidor, falso e de não cumprir com o que se tinha proposto.

Sendo clara a cumplicidade de Portugal com a Inglaterra e vendo que a coligação Espanha França corre alguns riscos, até o próprio Carlos IV se sente ofendido com as palavras do governo português e deu ordens para que corpos militares e milícias marchassem para a zona de Badajoz e sobretudo Olivença, que seria a porta de entrada em Portugal, bem como para o norte da Espanha para evitar qualquer veleidade dos portugueses em tentarem conquistar Galiza, como retaliação.

O embaixador em Madrid escreve ao Ministro do Estrangeiro contando o que lhe foi transmitido por um elemento do governo de Madrid: “ ... *El-Rei Católico sente muito ver-se obrigado a romper com Portugal; o Ministro de Estado também conhece as funestas consequências que pode ter um semelhante rompimento, mas ambos preferem tudo a verem-se em guerra com a França à qual se evitará apesar de todos os riscos e sacrifícios* ...”²⁰.

2.1.7. Declaração de Guerra a Portugal

Em fins de 1799, Napoleão Bonaparte toma o poder em França, o que leva os políticos portugueses a pensar que melhores tempos iam chegar, por isso novos contactos se fizeram, já que se acreditava que o cansaço da guerra e tanta miséria criada, podia levar à Paz.

Mas, aconteceu o contrário, a tensão da guerra intensificou-se e alastrou por toda a Europa. Franceses e espanhóis cansados de tantas manobras dos portugueses, que procuram manter um bom relacionamento e assim evitar a guerra; mas a França não está disposta a manter e a aceitar o adormecimento de Portugal e torna a exigir que aceitem as suas condições.

²⁰ Cfr. Do embaixador em Madrid Carvalho e Sampaio para Luís Pinto de Sousa, Ministro do Estrangeiro – Ofício nº. 154 de 24.11.1798. MNE Correspondência da Legação de Madrid – Caixa 644

Por fim, os governos francês e espanhol decidiram e decretaram a guerra a Portugal, e Madrid escreve à Corte e ao governo portugueses informando que os governos espanhol e francês tinham decidido e decretado invadir militarmente Portugal, a não ser que num breve espaço de tempo, Portugal fizesse as pazes com a França nas condições conhecidas, porque já bastava de discussões e encontros.

O regresso de D. Manuel Godoy à ribalta política acontece, agora elevado ao mais alto grau da hierarquia militar, sendo nomeado Generalíssimo dos Exércitos de Espanha, a quem o Rei deu poderes absolutos e ilimitados para fazer a guerra contra Portugal.

Ao saber desta nomeação o embaixador português em Madrid contacta Godoy, com a intenção deste interceder por Portugal. A resposta é dada por escrito: “... os *argumentos e as razões eram atendíveis, mas mais uma vez o Governo francês obriga-nos a permitir a entrada das suas tropas em Espanha – vinte e cinco mil homens – e a declarar a guerra, o que deverá obrigar Portugal a abraçar a paz, que será muito menos vantajosa que a anterior proposta, o que levaria este país a aceita-la, já que era preferível à guerra ...*”²¹.

A entrada das tropas francesas em Espanha, em marcha forçada e comandadas pelo General Bernardotte é uma realidade e marcham em direção a Portugal. As tropas espanholas, por sua vez, mobilizam-se e dirigem-se apressadamente para Badajoz e Olivença, Ciudad Rodrigo e para Norte da Península. O ataque estava iminente.

A 27 de Fevereiro de 1801, era feita a declaração de guerra a Portugal, sendo retificada em 1 de Março pelo Conselho de Castela. A partir daquele momento não era mais possível a Portugal fazer de rato e gato. Os dois países, Espanha e França não admitiriam mais adiantamentos e reuniões que nada resolviam, principalmente porque os representantes portugueses nada traziam de novo, não tinham poder de deliberação e procuravam sempre adiar a tomada de decisão, não concordando, fundamentalmente com as condições de indemnização exigida, que eram exageradamente pesadas.

Portugal conseguiu que durante quatro anos não entrar diretamente na guerra; conseguiu, de uma forma paliativa adiar as invasões e/ou a realização de uma Aliança, que não queria com a França. A Espanha mostrou uma forte paciência principalmente com o embaixador de Portugal em Madrid e com o Ministro dos Estrangeiros, que sempre encontraram respostas, desculpas e argumentos para os atos que cometiam.

²¹ Cfr. Do embaixador em Madrid, D. Diogo de Carvalho e Sampaio para o Ministro Luís Pinto de Sousa, ofício nº. 8 de 17.01.1801, MNE. *Correspondência da Legação de Madrid*. Caixa 647

A Espanha faz os últimos preparativos para a invasão. Portugal espera pela ajuda militar de Inglaterra e da Rússia, mas ela demora a chegar. Os exércitos inimigos entram pela região de Olivença, que será a primeira cidade a sentir peso da guerra.

2.2. A Queda de Olivença

2.2.1. A preparação militar para a guerra do exército português

O Ministro da Guerra, o Duque de Lafões, homem já de certa idade, fez os últimos preparativos, movimentando equipamento e homens, e recruta mais alguns em Lisboa, o que faz com que disponha consigo, cerca de 40 000 militares e caminha para Portalegre, onde tinha mandado realizar obras de fundo e instala ali o seu Quartel General.

Manuel Godoy, pelo contrário apresentava-se em melhores condições, com um exército moderno, capaz de grandes feitos nos campos de batalha. Do exército de Godoy faziam parte os militares que Napoleão tinha enviado para Espanha, com destino ao ataque a Portugal.

O exército espanhol encontrava-se devidamente organizado em homens, armas e equipamento, o que dava a Godoy a certeza de uma invasão sem resistência, de uma guerra rápida. .

Mas qual era a realidade do exército português, em homens e equipamento no princípio do ano de 1801?

As necessidades eram muitas. Os regimentos tinham metade dos soldados de que necessitavam, para empreender a luta e ter um determinado sucesso militar no confronto com a Espanha ²², que estava melhor preparada em homens e material. A realidade era negativa e antevia-se um desastre militar.

Tudo levava a crer que os espanhóis começariam o seu ataque pela região alentejana, já que o Generalíssimo se encontrava na sua cidade natal, – Badajoz – e por isso, houve uma maior concentração naquela zona, principalmente junto a Portalegre e depois distribuídos pelos centros populacionais, com melhores condições de defesa. O Marechal de campo, Gomes Freire de Andrade, era o principal comandante das tropas da região.

Na altura, Olivença era governada por Júlio César Augusto Hércules de Chermont, Marechal de campo, que comandava também a defesa de outros centros populacionais, como Vila Viçosa, Castelo de Vide, Serpa e Mourão, de onde tinham sido retirados os militares por ordem do Brigadeiro Luís Cândido Pinheiro Furtado, que na altura chefiava uma inspeção

²² Cfr. VENTURA ,António , *A Guerra das Laranjas 1796-1801*, pp.51.

aos centros populacionais e aos meios de defesa, acabando por ordenar a retirada de artilharia ainda em condições de entrar em combate, para outras cidades, castelos ou fortalezas que tinham mais condições de resistir aos previstos ataques espanhóis. Vila Viçosa, Castelo de Vide e outros centros apresentavam ruínas nas suas fortalezas e aquele equipamento retirado não ia proporcionar qualquer tipo de defesa.

De referenciar, a situação de Estremoz, que noutros tempos, não muito distantes, era considerada um forte centro de desenvolvimento e crescimento acentuado, apresentava agora um abandono completo, não merecendo dos responsáveis militares, qualquer tipo de obras ou apoio militar de defesa.

Tinha-se a noção de que não havia um responsável principal, que ordenasse ou tivesse uma linha de conduta ou mesmo um plano sobre o que se devia fazer e como fazer. Em resumo, tudo, incluindo a aplicação dos métodos de defesa que se deviam aplicar na respetiva altura, eram deixados à responsabilidade dos chefes militares dos centros habitacionais locais. Tudo e todos pareciam preparados para a guerra, que agora era inevitável, mas os dias passavam e as tropas espanholas não atacavam, o que criava, não só nos soldados, mas também nos oficiais responsáveis, um certo estado de impaciência e de nervosismo.

2.2.2. –O ataque do Generalíssimo Godoy e a rendição de Olivença

O dia chegou. A 20 de Maio de 1801 o Generalíssimo Manuel Godoy mandou avançar as tropas e o ataque direto a Olivença. As suas tropas, estacionadas junto a Badajoz, entraram em Olivença sem se disparar um único tiro, o que levou os assaltantes a continuar a marcha até Évora e Campo Maior, cidades que rodearam e sitiaram.

Neste mesmo dia, o Generalíssimo escreve ao Rei Carlos IV anunciando a conquista de Olivença e outros êxitos das suas tropas e envia à Rainha um ramo de laranjas apanhado numa horta a caminho de Elvas, onde tinha aquartelado o seu exército.

O envio do ramo de laranjas à Rainha de Espanha criou várias histórias jocosas, mas também serviu aos historiadores para dar um nome de referência a esta guerra: “A Guerra das Laranjas”.

De imediato, como a resistência dos portugueses praticamente não existia, o exército espanhol continuou o seu avanço assenhoreando-se da fortaleza de Juromenha e das aldeias de S. Vicente, Santa Eulália e Monforte, capturando toda a qualidade de gado, que foi enviado para a província espanhola da Estremadura.

As tropas, por fim, pararam para descanso dos soldados e para os oficiais de maior patente prepararem novos planos para novos ataques e sobretudo o assalto a Campo Maior, uma Praça com muralhas fortificadas recentemente e portanto de difícil conquista, mas durante

dez dias foi fortemente bombardeada, precisamente com a pólvora, bombas e granadas capturadas aquando da conquista de Olivença.

Tal bombardeamento desmoronou não só as muralhas, como grande parte das torres, portas de entrada, casas e edifícios públicos, matando e ferindo os seus moradores. Quando do ataque da cavalaria espanhola se fez sentir, mais de oitenta soldados e civis, que quiseram fazer-lhes frente morreram; os restantes foram feitos prisioneiros. Do lado espanhol, morreram nos confrontos, não mais trinta soldados.

O Duque de Lafões deixou Portalegre com as suas tropas, ao ter conhecimento do desastre militar em Arronches, Praça onde tinha posto todas as suas esperanças em travar a marcha das tropas inimigas.

Portalegre, sem tropas suficientes, foi fácil ao exército espanhol conquista-la, porque na realidade, não mostrou qualquer resistência. Dali o exército de Godoy seguiu para Castelo de Vide, que caiu nas suas mãos a 2 de Julho e mandou apenas uma coluna para conquistar a povoação do Crato.

O movimento das tropas espanholas continuou e rapidamente tomaram posse das vilas Ouguela, Alpalhão, Borba e Vila Viçosa, que não chegaram a ser saqueadas pelos conquistadores, porque as populações se comprometeram a pagar uma contribuição.

São vários os episódios que se contam desta guerra relâmpago, como é o caso, de que bastou um desfile das tropas espanholas do Marques de Castelar à frente das muralhas de Olivença, para que a cidade se rendesse, não sendo por isso necessário disparar um único tiro.

Em Olivença, como em todo o Alentejo, a cavalaria espanhola mostrou-se muito superior à portuguesa, daí o sucesso nos combates que tiveram principalmente em Arronches e em encontros em que os portugueses atuando de surpresa, pensavam criar baixas no exército espanhol, o que não sucedeu.

Olivença voltava assim ao poder de Espanha, e com a sua queda, a maioria das tropas seguiu para Juromenha onde o cerco não durou vinte e quatro horas; os responsáveis militares, ao saberem que Olivença tinha caído, tomaram a decisão de também se renderem.

Outra praça que não mostrou qualquer resistência foi Valverde, para isso bastou que os espanhóis colocassem a sua artilharia numa primeira linha e em seguida mostrassem a força da sua infantaria e cavalaria, para que, os responsáveis portugueses tomassem consciência de que não valia a pena qualquer iniciativa de defesa.

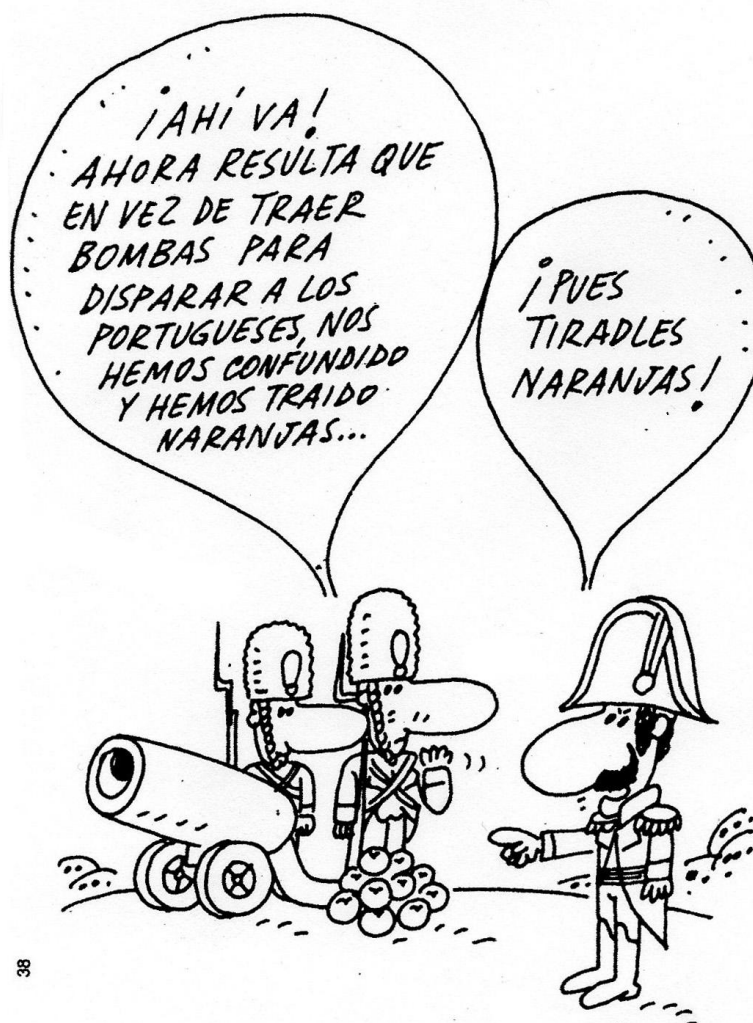
O ajudante de campo espanhol informou o responsável militar português, que se Villaverde se rendesse, como contrapartida o Marques de Castelar comprometia-se a respeitar os bens da população e a dar liberdade a todos os soldados e oficiais que ali se encontravam, desde que jurassem que não pegariam em armas contra o exército espanhol, caso contrário, a vila seria bombardeada e não deixariam pedra sobre pedra.

Ações, como as que se relatam, passaram-se em várias cidades, vilas, aldeias e mesmo em fortalezas. O facto de ter havido rendição, sem qualquer tipo de resistência, às forças inimigas, levou a que se fizessem severas críticas, principalmente aos militares mais responsáveis. O próprio governador de Olivença foi severamente censurado, porque nem sequer deu a sua capitulação negociada, porque o que ele assinou foi uma capitulação incondicional. Mas será que o governador tinha outra alternativa? A maioria dos historiadores baseados nos estudos e documentos da época, acham que não havia recursos - homens e armamento disponíveis para realizar qualquer tipo de resistência, - já que, aos primeiros tiros dos portugueses o exército espanhol responderia com a sua forte artilharia, que faria, sem dúvida, danos nas muralhas, mas também, causaria muitos mortos entre a população sitiada.

O Barão de Wiederhold, que esteve ao serviço de Portugal, escreveu nas suas memórias, o que aconteceu na campanha do Alentejo em 1801 e sobre Olivença diz : *“... desde 1796 se tinha trabalhado, achava-se unicamente com uma linha marginal acabada; a sua demasia extensão pedia uma grande guarnição, o que lhe faltava, e por isso nem a sua numerosa população, nem algumas Companhias de Milícias - 200 homens, - como com as munições e artilharia, não podiam prestar ao seu Governador meios de defesa...”*²³.

²³ António Ventura – *A Guerra das Laranjeiras 1796-1801*, pp. 63

A Guerra das Laranjas



La historiografía española ha recurrido con frecuencia al humor y a la sátira para encubrir retrospectivos sentimientos de culpabilidad acerca de la conquista de Olivenza.

"Manolito Godoy, que era muy extremeño, estaba preocupado en hacer algo por su tierra, y viendo que ya llevábamos algún tiempo sin pelearnos con los portugueses, pensó que como los de Olivenza estaban muy aburridos sin hacer otra cosa que jugar al tute y a la ronda, pues bueno sería hacerles una guerra chiquetita para que se entretuvieran, y así organizó la "Guerra de las Naranjas". El asunto fue un éxito, más que por nada porque se daba el caso de que era el tiempo de las naranjas y de esta forma pudo ofrecer un ramillete de dicho fruto a la reina cogido en el campo enemigo de Elvas, cosa que hubiera perdido su brillantez caso de haber sucedido en otras fechas y verse en el evento de tener que entregar a su regia señora una talega de bellotas, por ejemplo."

Figura 3

Fonte: LARREY, José – Historia de Extremadura: de las cavernas a la Discoteca. . Badajoz 2007, pp 107

Historiadores e cronistas concordam e/ou são unânimes em afirmar que se o Governador não tivesse capitulado, a mortandade entre os portugueses teria sido enorme. O Major Neves da Costa que também fazia parte do exército português, depois de analisar a situação e a presença dos militares espanhóis no cerco de Olivença diz que “... a tomada de Olivença não espantou, esta praça se achava apenas com 200 milicianos de guarnição e apenas com alguma artilharia e portanto, ou se considerava abandonada, ou então tinham-se tomado mais medidas achadas necessárias para retirar as 500 arrobas de pólvora, granadas de canhão e outros apetrechos de guerra, algum do qual, ninguém sabia utilizar. O Governador Chermont, era um homem que para os entendidos na arte da guerra, não passava de um estúpido pedante, era Marechal de campo, tinha servido na artilharia e quem o nomeou governador não conhecia, em pormenor, a vida militar que tinha tido e por consequência, se Olivença se entregou vergonhosamente, sem qualquer tipo de resistência, é porque naquele momento difícil, ficou aterrado e procedeu com baixeza...”²⁴.

A rendição de Juromenha foi aceite pelo Governador, Coronel de Artilharia Veríssimo António da Gama Lobo. Foi também uma situação que fez correr muita tinta e sobre a qual se fez todo o tipo de considerações. Juromenha estava fortemente preparada para resistir aos avanços do exército espanhol, já que a sua guarnição era composta por uma Companhia de Caçadores, pela 6ª. Companhia do Regimento de Castelo de Vide e cinco Companhias completas de Milícias do Crato e ainda por um forte destacamento de Artilharia, que no dizer de vários historiadores, cronistas e militares portugueses e espanhóis, era uma força militar que não tinha qualquer comparação com aquela que existia em Olivença, o que levou o Barão de Wiederhold a afirmar que aquela (a fortaleza de Juromenha), poderia ter resistido bastante tempo, já que tinha todos aqueles meios de defesa.²⁵

António Ventura também refere no seu já citado trabalho o que Henriques José da Silva escreveu sobre a capitulação de Juromenha, “ ... três mil homens daquela Divisão espanhola, comandados pelo Marechal de Campo D. João Carrafa, italiano de nascimento, se achavam próximos da Praça da Juromenha, para onde se tinham encaminhado pela ponte de Badajoz e não pelas barcas do Guadiana; e tanto foi o ardor e atrevimento destas tropas, que avançaram até às muralhas de maneira que o Governador da Praça, Veríssimo da Gama Lobo (indigno de tão honrado apelido), que se quisera aproveitar desta

²⁴ Gazeta extraordinária de Madrid nº. 47 de 3 de Junho de 1801, pp. 547.

Gazeta extraordinária de Madrid nº. 47 de 3 de Junho de 1801, pps. 548 e 549, publicou os artigos da capitulação de Olivença, assinados pelo ex-Governador César Augusto Chermont por Portugal e pelo Primeiro Ajudante General da 3ª. Divisão, Marques de Coupigni, pela Espanha.

²⁵ Autor citado em Memórias da Campanha do Alentejo, em 1801, pp.15.

temeridade, poucos escapariam com vida aos estragos da nossa artilharia, se contra eles a mandasse disparar; o que não somente deixou de praticar, mas entregou a Praça sem que fosse disparado um só tiro nos inimigos; podendo sofrer um sítio de muitas semanas, não só por ter uma boa fortificação, como pela sua natureza e inconquistável para a parte do Guadiana, mas ainda, pela abundante guarnição de viveres e material de guerra...”

Esta foi sem dúvida a situação que mais deu que falar, quer entre a população, quer na Corte ou no governo que achavam que tal procedimento de Veríssimo da Gama Lobo era humilhante e indigno, não respondendo ao que dele se esperava, - defender a Praça até onde fosse humanamente possível.

O caso de Juromenha foi escandaloso, até os próprios espanhóis se sentiram confortados, porque, por um lado, não houve resistência o que evitou fazer-se entre as suas tropas, mortos e feridos, por outro lado, toda a alimentação, equipamento, armas e munições passaram para o seu lado.

Quem conhece Juromenha, sabe que a resistência por longo tempo é possível, devido à sua posição no terreno e aos caminhos a percorrer para a ela chegar.

Por tal facto, o Governador Veríssimo da Gama Lobo foi levado a Conselho de Guerra e depois de um julgamento rápido, foi condenado à morte pelos motivos apontados, mas por decreto de 23 de Janeiro de 1802, a sentença foi comutada, passando a sua pena para prisão perpétua e a ser cumprida na fortaleza de S. Filipe de Benguela. Em ato público, em pleno Rossio, em Lisboa, foi-lhe despida a farda e exautorado das honras militares, passando a ser menos que um cidadão comum, um prisioneiro com uma pena de degredo para cumprir.

Voltando ainda ao ataque a Olivença o Governador estava tenso e nervoso e pediu ao representante espanhol que se realizasse um Conselho de Guerra, com representantes de ambas as partes, para se discutir a forma como devia ser feita a rendição; o representante o capitão Copenhi limitou-se a dizer que as ordens que tinha foram aquelas que deu, a rendição pura e simples. Caso não serem aceites, isto era; caso não fosse feita a rendição, o ataque seria de imediato efetuado.

Charmont, vendo que não tinha alternativa, aceitou a rendição, solicitando que o Marechal de Campo espanhol desse condições honrosas para os seus militares e para si. Pedido que foi aceite.

Depois de se fazer a entrega de Olivença e as partes terem parlamentarado, assinou-se a respetiva declaração pelos representantes de ambas as partes. Um facto curioso, foi que este documento não ser assinado por portugueses e espanhóis, mas sim por um francês e por um belga, respetivamente em representação de Portugal e da Espanha.

Na realidade, pouco ou nada havia a fazer para salvar Olivença, apesar de ter excelentes muralhas. O problema que se punha era a falta de uma guarnição completa, para resistir ao ataque espanhol, mas regimentos que estavam adstritos a Olivença foram transferidos para Portalegre, por ordem do Duque de Lafões, deixando assim a Praça bastante débil, sem qualquer hipótese de suportar um cerco por muito tempo, a não ser que se pretendesse sacrificar 200 homens que faziam parte de milícias e a população civil.

Wiederhold afirma nas suas memórias que “...*Olivença se não tem assinado o acordo e se o ataque espanhol se tivesse efetuado, a Praça teria resistido não mais que seis dias e isto tendo em conta o material bélico, que existia nos seus depósitos de guerra e que compreendia entre outros, trinta e nove canhões de bronze, dez de ferro, mil armas de fogo, duas mil e duzentas granadas, dezassete mil quilos de pólvora, diversos apetrechos e uma grande quantidade de provisões...*”.

Após a assinatura do documento da rendição e a entrega da Praça deu-se a entrada do exército espanhol que tomou conta dos pontos estratégicos da Praça. Quanto aos soldados portugueses foram inicialmente feitos prisioneiros, depois de entregarem as suas armas, foi-lhes permitido atravessarem o Guadiana e que ficassem em Portugal, mas com a promessa de que não voltariam a pegar em armas contra a Espanha.

Quanto ao governador Júlio César Chermont, também foi libertado e autorizado a sua saída para Portugal, onde foi detido e enviado para Lisboa, sendo levado a Conselho de Guerra, cuja principal acusação era a de ser traidor, mas, foi absolvido de todas as acusações feitas por aquele tribunal.

A data de 21 de Março de 1801, jamais se esquecerá, Portugal perdeu Olivença, a bandeira portuguesa deixou de ser içada, tendo sido substituída pela espanhola. No fim do dia, estava tudo consumado, o Marechal de Campo espanhol deixou ali apenas uma força para garantir a defesa e a ordem; o grosso do seu exército, saindo pela Porta do Calvário dirigiu-se a Juromenha, tendo pernoitado em Villareal.

Tratado de Paz, Final da Guerra de 1801



— “Por amor de Dios, detenga esta efusión de sangre! ¿Acaso no le basta la destrucción de tres ciudades? Sabemos que es el Príncipe de la Paz.

— Venga, firmad rápidamente o destruiré todo el país, hombres, mujeres y niños... No olviden que soy el Príncipe de la Paz”.

Caricatura inglesa alusiva a la firma del Tratado de Badajoz de 1801. Una muestra exquisita del cínico humor británico.

Figura 4

Fonte: Oferta da biblioteca de Olivença

A 14 de Junho desse mesmo ano, Manuel Godoy volta a Olivença e faz publicar um edital, em que agradece a compreensão tida por toda a população e reafirma a todos os habitantes da Praça e das aldeias vizinhas que devem continuar os seus trabalhos e demais obrigações, estando presentes representantes espanhóis que iriam vigiar para que houvesse paz e todos se sentissem protegidos.

A 01 de Julho, Olivença é visitada pelos Reis de Espanha, Carlos IV e Maria Luísa, com o Generalíssimo Manuel Godoy e todo o seu séquito.²⁶ Olivença e o seu território é assim, oficialmente anexada à Espanha.

²⁶ A História de Olivença – Gregório Torres Gallego – 3ª. edição – pps. 71, 75-.

3. *Acordo de Paz – Tratados de Badajoz*

3.1. *Reuniões tripartidas e as exigências franco-espanholas*

Com a guerra a decorrer. Portugal continua a fazer diligências para por fim ao conflito obter a paz e ao mesmo tempo reduzir as condições sobretudo impostas pela França que pretendia uma indemnização exagerada – 20 milhões de libras – além de procurar impor outras também pesadas obrigações.

Na procura de uma solução satisfatória foi indigitado o Ministro D. António de Araújo Azevedo para se deslocar a Paris e procurar negociar um tratado que fosse menos prejudicial para Portugal. Como se pretendia não dar conhecimento desta tentativa às autoridades espanholas, o emissário português viajou, por mar, na fragata *Tétis*, tendo chegado a Paris a 11 de Maio.

Reuniu-se D. António Araújo de Azevedo com Napoleão Bonaparte ao qual expôs as razões e a vontade de Portugal em resolver este conflito, porque estavam a criar dificuldades e problemas graves na vida social, comercial e política.

Napoleão ouviu com a atenção o que achou conveniente e necessário, não fazendo grandes referências, quase se limitando a apresentar de novo, as condições já conhecidas, concluindo que não estavam sujeitas a qualquer negociação.

As condições que Napoleão assentavam sobretudo em proibir que os navios ingleses utilizassem os portos marítimos portugueses até à paz geral; que as tropas francesas e espanholas ocupassem as províncias do Douro, Minho e Trás-os-Montes; que fossem entregues à França os navios portugueses que tinham estado no ataque a Malta e ao Egipto; Portugal devia pagar à França 25 milhões de libras como indemnização e que as cláusulas apresentadas deviam apenas serem consideradas como preliminares até ao fim do conflito.

Quem respondeu às exigências de Napoleão foi o Duque de Lafões que informou que a Corte e o governo estavam de acordo fechar os portos marítimos à Inglaterra (o que espantou o Plenipotenciário Luís Pinto); quanto ao valor da indemnização, que foi considerada elevada, informava que o máximo que se poderia pagar seriam quinze milhões de libras e em prestações; considerava ser positivo a garantia de que Portugal terá sempre as suas possessões; e quanto à entrega à França de quatro navios de guerra e quatro fragatas, considerou este pedido inadmissível, porque o Príncipe Regente não aceitaria de nenhuma maneira; a finalizar o Duque escrevia que não se estava de acordo com a compra de panos e de outros artigos manufaturados em França, porque tal procedimento iria piorar o pagamento da indemnização de guerra.

Por seu lado Luís Pinto de Sousa recebeu notícias do Príncipe da Paz, a carta referenciava também as condições definitivas impostas pela Espanha a Portugal.

As condições para resolver o conflito tornava necessário que Portugal fundamentalmente acabasse com os depósitos de mercadorias, pelos menos a dez léguas da fronteira, bem como não permitir o contrabando a partir da nova fronteira a criar, que considerava já as cidades de Campo Maior, Elvas, Juromenha e todo o território a leste do rio Guadiana como fazendo parte do território espanhol; indemnizar os danos e os prejuízos tidos com a guerra e retificar as fronteiras na América Latina.

Desde logo, Luís Pinto de Sousa contestou e autorizado pela Regência respondeu de imediato informando que seriam considerados as distancias solicitadas quanto aos referidos depósitos; mas jamais aceitaria qualquer mudança de fronteira ou cedência de território; e, quanto ao ressarcimento dos prejuízos devido à guerra, Portugal estará de acordo em satisfazer as reivindicações, desde que sejam provadas, mas esse valor será deduzido do valor que a Corte e o governo acharem devidos pelos prejuízos causados pelas forças estrangeiras.

As condições propostas pelos dois países – Espanha e França – como vemos, criaram a Portugal uma posição crítica, para a qual seria necessário desenvolver não só um novo processo político económico em Portugal, e nas suas colónias de forma a poder fazer fase às exigências e ao mesmo tempo progredir, ganhar força e poder, para fazer frente a novas impertinências daqueles dois países, ou de outros que venham com intenções semelhantes.

Luís Pinto de Sousa sentiu que as negociações podiam-se romper a qualquer momento, o que seria para Portugal bastante incomodo e perigoso. No princípio do mês de Junho decorreu mais um encontro, porque Luís Pinto de Sousa tinha instruções do seu Príncipe Regente para apresentar. Assim o Plenipotenciário português informou que os portos portugueses seriam fechados, com algumas exceções, como no caso da ajuda marítima que se manteria também para os barcos ingleses em más condições de navegabilidade. O irmão de Bonaparte explodiu, dizendo não, e que aquele ponto estava definitivamente terminado e encerrado. Ficava como estava, nem mais um navio inglês nos portos portugueses.

Luís Pinto de Sousa era um homem calmo e soube serenar o seu interlocutor, acabando por lhe pedir mais sessenta horas, para obter uma nova resposta da Corte de Lisboa. Luciano começou por colocar entraves, mas a oferta de dois milhões de libras extras, acabou por aceitar o pedido.

Depois de muita discussão parecia que Luciano Bonaparte tinha conseguido o que queria. Agora só faltava a assinatura dos intervenientes, mas mais uma vez o Plenipotenciário

português procurou criar situações que levassem o processo a ser adiado e propôs que fossem eles, a assinar o Acordo de Paz e Amizade, para depois serem assinados pelos responsáveis supremos, isto era, no que dizia respeito ao tratado com a França, deviam ser assinados pelos plenipotenciários Francês e Português, respetivamente, pelo irmão de Napoleão e pelo português Luís Pinto de Sousa.

Desde o princípio das conversações que Manuel Godoy exigiu, que os tratados tinham de ser separados, um entre Portugal e a Espanha e outro entre Portugal e França, como veio a acontecer, mas desde logo ficou registado, que aqueles tratados seriam ali assinados, mas teriam que ser ratificados pelo Príncipe Regente português.

O Plenipotenciário português conseguia assim um novo adiantamento do Acordo que foi referenciado como um Acordo de Paz e Amizade. Sentia-se nesta reunião a três que não havia concordância ou consenso entre o Embaixador da França e Manuel Godoy, de facto, o francês fazia algumas exigências em nome da Espanha que esta não estava interessada, como foi o caso da Fortaleza de Sagres e do território adjacente ao Cabo de S. Vicente, que nas exigências do Embaixador, este pedia para serem entregues por Portugal à Espanha, o que parecia ter uma certa lógica, porque era preciso que Madrid tivesse um apoio que anulasse a importância do rochedo militar inglês de Gibraltar.

Depois de uma acérrima discussão o representante francês deixou cair a proposta, mas ficou no ar que Manuel Godoy tinha algo diferente e para si mais importante do que a fortaleza de Sagres.

Esta sessão do dia 29 de Abril terminou sem qualquer avanço nos pontos das propostas em discussão, mas os intervenientes, sobretudo o espanhol e o francês mostravam evidente desassossego e contrariados, deram os trabalhos do dia por terminados, mas antes o representante português solicitou que se suspendessem as ações de guerra, fundamentalmente durante aquele período, que se pretendia que fosse proveitoso e que rapidamente se chegasse à paz. Luciano Bonaparte, talvez bem intencionado, aceitou e enviou ao seu comandante supremo, no terreno uma mensagem, com a indicação para se deter em Ciudad Rodrigo, até nova ordem. Já Manuel Godoy não parecia estar de acordo com o cessar fogo e disse a Manuel Pinto de Sousa que não podia satisfazer o seu pedido, porque as ordens que tinha diretas do seu Rei, era de só terminar a guerra quando estivessem resolvidos todos os pontos de discórdia e aplanadas todas as dificuldades..

Em reunião privada Manuel Godoy informou Luís Pinto de Sousa de que tinha desistido do Forte de Sagres e do Cabo de S. Vicente e desistia também das cidades, vilas e outras Praças que foram conquistadas em terras alentejanas e que ficava apenas com as Praças

na margem esquerda do Guadiana, passando este Rio a ser a fronteira entre os dois países ibéricos.

De imediato o Plenipotenciário português contestou o desejo do Príncipe da Paz, replicando o que já várias vezes tinha informado, que a ordem que vinha diretamente do seu Príncipe era a de que estava proibido ceder fosse o que fosse, da terra portuguesa.

Luís Pinto Sousa foi de facto perentório ao afirmar que o Príncipe Regente não queria nem autorizaria a cedência de um palmo de terra portuguesa, o que levou Manuel Godoy a apresentar uma nova proposta, ligada ao pagamento de despesas motivadas pela guerra; agora Godoy exigia um pagamento de dez milhões de libras, o que levou o Plenipotenciário português, desta vez a escrever ao Duque de Lafões, “ ... pelo que me toca as pretensões da Espanha, o Príncipe da Paz me apresentou ontem a nota de que remeto cópia, com a minha resposta à margem. Hoje, tivemos um grande debate e finalmente cedeu nas suas extravagantes pretensões, insistindo unicamente na cessão de Olivença e seu território; porém achando-me imutável nesse ponto, concluiu requerendo-me uma indemnização de dez milhões de libras tornesas ²⁷, para despesas ocasionadas pela guerra, prometendo passar logo às ordens para suspensão das hostilidades, no caso que a sua requisição fosse admitida. A minha resposta foi negativa ...” ²⁸.

A resposta a esta e a outras missivas foram recebidas por Luís de Sousa a 9 de Junho, que continha entre outros assuntos as indicações para serem negociadas com os representantes dos países invasores, como fossem o pagamento de mais dois milhões de libras aos franceses; e quanto à Guina consentia-se que o limite não fosse o rio Araguari, como desejavam os franceses, nem tão pouco como era desejo dos portugueses, mas condescendia-se que se seguissem os limites naturais até encontrar as possessões francesas e holandesas; o Regente indicava ao Plenipotenciário que devia oferecer a Ilha do Príncipe, em troca da desistência francesa dos terrenos junto ao rio Araguari;

Luís Pinto de Sousa procurou de imediato Manuel Godoy pedindo-lhe, mais uma vez, a sua colaboração em fazer aceitar por Luciano Bonaparte as condições propostas pelo Príncipe Regente. Como era natural o Príncipe da Paz não deu importância, nem procurou ser gentil, limitou-se a dizer que em Portalegre, depois de uma luta renhida, as forças espanholas acabaram por vencer, o que não era verdade, pois não se tinha combatido, não houve sequer um pequeno foco de luta.

²⁷ Libras tornesas- antiga moeda de prata usada em grandes negócios ou transacções entre países.

²⁸ António Ventura – *A Guerra das Laranjas*, retirado de Júdice Biker, obra citada, pp.251.

Novas reuniões entre os três protagonistas deram-se a 3 de Junho, e Luciano Bonaparte enfureceu-se, mais uma vez, afirmando que não aceitava qualquer outra alteração à proposta, pois já tinha condescendido mais do que seria de esperar.

A mensagem de Godoy foi a apresentação de uma carta do Rei Carlos IV, em que este afirmava não pretender qualquer dinheiro de Portugal e voltava à proposta inicial, isto é, requeria a Praça e o Território de Olivença, como compensação dos gastos de guerra.

Quanto à proposta da Espanha e a cedência da Praça de Olivença, o Príncipe Regente propõe, caso a França continue a não se interessar pela Ilha do Príncipe, oferece-la à Espanha, para que desistisse da maldita lembrança de Olivença.²⁹

Da longa carta do Príncipe Regente é de todo o interesse salientar o que ele diz sobre Olivença, “ ... *O ceder a Praça de Olivença, não seria grande perda; e o mau estado da defesa em que se encontra a Praça, faz ver que a não julgava de grande importância...* ...

³⁰.

Manuel Godoy continuou a insistir na cedência de Olivença, e desta vez nada parecia poder mudar de atitude, mesmo a troca pela Ilha do Príncipe foi rejeitada categoricamente, respondendo como o já tinha feito anteriormente, dizendo que tinha ordens rígidas da sua Corte para não alterar, confirmando com a apresentação da carta do Rei Carlos IV lhe tinha escrito, onde se podia ler que de facto lhe era proibido desistir da posse definitiva de Olivença e seus territórios, não sendo possível admitir qualquer outra compensação, por mais tentadora que fosse.

3.2. Aceitação das propostas franco-espanholas

Luís Pinto de Sousa parecia que ia entrar em pânico. A notícia de que a Praça de Campo Maior tinha caído nas mãos do exército espanhol piorou o seu estado de saúde, mas procurando ganhar tempo, solicitou que lhe fosse concedido mais algum, pois esperava notícias do Príncipe Regente.

Mas, desta vez, a resposta foi negativa, sendo informado de que não era possível dar qualquer prorrogação, porque não só o tempo tinha expirado e porque já nada havia a acrescentar. Luciano Bonaparte partiu para Madrid e Godoy escreveu ao seu Rei informando que só voltaria a dar notícias de Lisboa, o que dava a entender que ia intensificar a luta e as suas conquistas terminariam em Lisboa, destino que também seguiram as tropas francesas estacionadas em Ciudad Rodrigo.

²⁹ Carta do príncipe Regente para Luís Pinto de Sousa em 5-6-1801. *Correspondência MNE* – da Legação de Portugal em Madrid – Caixa nº. 647.

³⁰ Idem – Caixa nº. 647.

Luís Pinto de Sousa estava só em Badajoz e ao passear-se pela cidade, sentiu uma forte e dolorosa agitação interior, os prisioneiros de guerra não deixavam de chegar, o que confirmava as sucessivas derrotas das tropas portuguesas, e ao encontrar-se com um grupo de prisioneiros que tinham estado em Arronches – além dos portugueses havia um regimento inglês, composto por soldados franceses dissidentes ao serviço deste país – tomou conhecimento que os mortos e feridos graves entre as tropas portuguesas era diminuto, devido ao facto de na maioria dos encontros não ter havido luta, porque as tropas se tinham rendido.

Sem notícias de Lisboa, o Plenipotenciário sentiu que tinha que tomar uma decisão, tinha que aceitar as condições propostas pela França e pela Espanha, para assim evitar um maior descalabro, uma maior vergonha para as tropas portuguesas em combate e para Portugal.

Então, sem ter qualquer informação ou instrução sobre a questão de Olivença aceitou perante os antagonistas as condições propostas, indicações de última hora, sobre o Acordo a assinar com Portugal.

Luciano Bonaparte estava condicionado pela vontade do irmão e sabia das suas limitações, mostrando-se preocupado e condicionado pelas notícias que se iniciavam com a pergunta, porque o Acordo não estava ainda assinado e terminava afirmando que a proposta inicial não podia, não devia ser sujeita a qualquer alteração.

Luís Pinto ao assinar os Acordos escreve “ ... o *infra inscrito Plenipotenciário declara, que consente unicamente pelo bem da paz, em firmar o artigo 3º. da cessão da Praça de Olivença e seu território, para o que se não achava expressamente autorizado, salva contudo, a ratificação de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, seu amo, ou a sua absoluta denegação ...* ”³¹.

No dia 9, os tratados foram finalmente assinados e são enviados para Lisboa, para a Corte, para serem ratificados pelo Príncipe Regente. Estes Tratados são acompanhados por uma longa carta de Luís Pinto de Sousa, da qual apresentamos algumas passagens por as acharmos interessantes: “ ... *refletindo em que a negociação se rompia, sem remédio, que a guerra continuava com o maior vigor e sem aparência alguma de sucesso, muito principalmente depois da conquista de Campo Maior, cuja notícia havia chegado naquela noite; e vendo finalmente que a passagem do Tejo podia ser praticável, e a sagrada pessoa de Vossa Alteza muito exposta; que as tropas portuguesas se achavam desanimadas, segundo a confissão de todos os oficiais prisioneiros, e mal assistidas de mantimentos e de transportes; que a Província do Alentejo seria completamente devastada, que a sua colheita*

³¹ Idem, Judice Biker, ob. Cit. pp. 260.

viria a ser inútil para o provimento da capital, a qual ficaria exposta a uma fome quase inevitável e vendo em conclusão o mau espírito dos povos do Alentejo e a sua indiferença por qualquer domínio; que os recrutas do exército se diminuía, e que as rendas Reais iam experimentar um considerável abatimento; e que as condições que depois se nos oferecessem, seriam as mais exorbitantes, e cresceriam cada dia à proporção das nossas perdas; depois dos mais vivos debates, nas condições que constarão a Vossa Alteza Real à vista dos mesmos Tratados, tomando sobre mim em tão árdua conjuntura de ceder a Praça e território de Olivença, sem expressa ordem de Vossa Alteza Real . (...) A Vossa Alteza Real toca só decidir se lhe convém, ou não, cedê-la, ratificando o dito Tratado, ou recusando a ratificação ...”³².

Estava assim entregue a Praça de Olivença e os seus domínios à Espanha. Este tratado ou Acordo de Paz e Amizade ficou na História conhecido por Tratado de Badajoz de 1801.

Como não podia deixar de ser o Tratado desenha um novo compromisso de paz e uma amizade sincera futura entre os dois países ibéricos, que concordaram também em estender estes princípios aos seus territórios ultramarinos e ao mar, e seriam restituídas, de boa fé, todas as mercadorias apreendidas durante o conflito.

A Espanha comprometeu-se a restituir todos os castelos, cidades e vilas, com exceção de Olivença, que conservaria, na qualidade de conquista, para assim poder unir perpetuamente os seus domínios e vassalos, passando o Rio Guadiana a limitar os dois reinos.

Uma outra razão apresentada pelos espanhóis para a anexação de Olivença é que terminava com os depósitos proibidos junto à fronteira, bem como, com atos de contrabando efetuados e prejudiciais a ambos os reinos.

Refere-se a necessidade dos países serem ressarcidos dos prejuízos causados pela guerra em terra e no mar devendo cada país ser responsável pelos estragos que cometeram ao adversário.

³² Idem, pp. 261.

Napoleão Bonaparte



Imagem 6

Fonte: <http://knarf.english.upenn.edu/Gifs/napoleon.html>

Uma preocupação do Plenipotenciário português estava relacionada pelo tempo de permanência dos exércitos estrangeiros. Devido à fome que se fazia sentir nas regiões atacadas era necessário que os militares saíssem o mais cedo possível. Ficou assente que as tropas invasoras deixariam o território português, num prazo não superior seis dias ³³.

Procurou-se neste Tratado acautelar a saúde e a vida dos prisioneiros de ambos os lados. Os doentes e os feridos graves continuariam a ser tratados nos respetivos hospitais e seriam restituídos ao seu país logo que pudessem fazer uma caminhada segura.

Não são conhecidos quaisquer artigos secretos que estejam anexos a este tratado.

3.3. Exigências francesas – O Tratado franco-português

O problema estava agora nas mãos de Luciano Bonaparte, que teria de enfrentar o seu irmão, já que não tinha seguido à risca as instruções. Luciano tinha consciência das dificuldades que iria encontrar, quando estivesse frente a frente, calculava já que ele não iria ratificar aquele tratado, tal e qual como ele estava redigido..

Parecia que a guerra tinha acabado e tudo se preparava para voltar, pouco a pouco à normalidade, as tropas estrangeiras iam deixando Portugal e as que ficavam, esperavam apenas pela ratificação dos Tratados, por parte do Príncipe Regente.

Era certo que o Tratado de Portugal e Espanha dizia respeito apenas e só a estes países, mas a relação existente entre a França e a Espanha, não era de igual para igual; a França tinha uma certa ascensão sobre a Espanha, o que se podia notar, devido ao facto de milhares de soldados franceses deambularem pelo território espanhol à sua livre vontade, o que pesava e influenciava a Corte de Madrid. Era pois natural que Napoleão Bonaparte quisesse saber o que o Tratado de Badajoz entre Portugal e Espanha compreendia, já que inicialmente dera diretrizes para a proposta de Acordo..

O que estava em causa é que desde o início Napoleão dera ordens à Espanha, de que as ratificações estivessem ligadas e que a Espanha só aprovaria depois dele ter concordado com o conteúdo dos Tratados..

³³ É de sublinhar o artigo VII, devido à importância que havia em que as tropas espanholas e francesas saíssem o mais depressa possível, porque a sua estadia tinha paralisado o país, as populações passavam momentos infelizes e de fome, principalmente tudo lhes era roubado. Luís Pinto de Sousa recebeu variadíssimas cartas de diversos responsáveis, contando-lhe a situação degradante porque estavam a passar, como é o caso do Governador de Vila Viçosa que narra o facto de no dia 6 de Junho entrou na sua Vila uma coluna espanhola de três mil homens de cavalaria e infantaria, a teve de ceder, por não se achar o Castelo sem peças, sem tropa, nem provimentos. O exército espanhol tem consumido nestes dias quanto trigo, farinha e mais mantimentos que havia no Assento Real e da mesma forma o deste povo, que se acha reduzido à maior penúria e que tinha recebido ordens do Marechal, que eram necessárias mais provisões porque o exército espanhol ia demorar mais tempo. O povo já tinha feito uma forte contribuição inicial, aquando da chegada das tropas.

Outro exemplo foi o caso de Évora, que apesar de, não ter sido ocupada, vivia idêntica situação, faltava de tudo e a fome entre a população era generalizada.

O Plenipotenciário português vivia esta situação com uma certa apreensão, porque notou que o poder de Napoleão se fazia sentir na Corte espanhola. Godoy procurava uma saída airoso para esta crise, encontrar um certo desafogo, que lhes permitisse a liberdade completa de poder decidir livremente os destino da Nação. A situação era tal que Godoy chegou a desabafar com o Plenipotenciário português.

Entretanto o Rei de Espanha ratificou o Tratado a 10 de Junho e o Príncipe Regente apenas a 14 do mesmo mês, sendo publicado a 20, por decreto que foi expedido à Mesa do Desembargo do Paço.

No Tratado tinha ficado assente que as tropas espanholas deixariam o território português, 6 dias após as assinaturas das ratificações. Passado mais alguns dias Luís Pinto de Sousa voltou a encontrar-se com Manuel Godoy, a quem solicitou a saída das suas tropas do território português, já que tinham passado mais de seis dias assentes no Tratado. Godoy respondeu negativamente, argumentando que seria imprudência da sua parte, porque esperava notícias de Napoleão e que era preciso não esquecer que a França e a Espanha eram países aliados e que ele não podia tomar decisões isoladas.

Por seu lado, Luciano Bonaparte apôs-se não só à retirada das tropas francesas, mas também à saída das tropas espanholas, e isto, porque tinha recebido notas do Primeiro Cônsul cheias de cólera, devido ao facto do Tratado não ter seguido as diretrizes, que ele próprio tinha transmitido, sobretudo, devido à não entrega dos navios portugueses que com os ingleses tinham feito conquistas no Mar Mediterrâneo. Por outro lado, dava ainda novas instruções a Luciano para insistir junto da Coroa Espanhola, para que esta juntasse uma Divisão ao exército francês e em conjunto conquistassem o Norte de Portugal, inclusive a cidade do Porto.

Luís Pinto de Sousa ao ter conhecimento destes desmanchos, informou que não estava autorizado a aceitar negociar fosse o que fosse, mas recusou de imediato quaisquer novas condições para manter a paz.

Carlos IV, também não pareceu muito entusiasmado com a ideia de novas invasões a Portugal e por isso escreveu diretamente a Napoleão Bonaparte dizendo-lhe que não queria que a Espanha entrasse de novo em guerra com Portugal.

Um exército de franceses estava já acantonado perto das fronteiras portuguesas, o que preocupava a Corte portuguesa. Como Napoleão não quis assinar o Tratado de Badajoz, como estava, pediu à Espanha para servir de mediador neste conflito.

Manuel Godoy, Luciano Bonaparte e Cipriano Ribeiro Freire,³⁴ novo Plenipotenciário português iniciaram a 2 e terminaram a 29 de Setembro, com a assinatura de um novo Tratado, o Tratado de Madrid, que foi ratificado por Napoleão Bonaparte a 7 de Outubro e aceite e ratificado pelo Príncipe Regente em 28 do mesmo mês.

Numa clausula secreta, a quantia a pagar foi alterada de 15 milhões para 20 milhões de libras, as quais seriam pagas em dinheiro, diamantes ou em valores comerciais .

A Guerra das Laranjas como ficou conhecido este episódio entre Portugal e Espanha, com a influência da França, na qual se perdeu a Praça de Olivença e o seu território terminou, mas a paz não foi alcançada definitivamente.

A influência de Luciano Bonaparte é agora mais rígida, parece não querer cair em erros do passado, tornou-se mais exigente; por outro lado Manuel Godoy sente que tem cada vez mais opositores internos e procura sair do conflito com a França com alguns ganhos políticos e militares, mas, da parte de Napoleão Bonaparte há uma forte pressão que o obriga a novos compromissos e a novas batalhas.

Escritores, historiadores e cronistas ao referenciarem a questão de Olivença estão de acordo que ela foi o resultado da Guerra das Laranjas, que por sua vez não foi mais do que uma introdução ou origem da guerra que se lhe seguia, a Guerra da Independência ou Guerra Peninsular, que se iria prolongar até 1814, com profundos efeitos em quase todos os países europeus, inclusive Portugal, que viu a sua Corte deslocar-se para o Brasil.

Uma premissa que está subjacente a todo este processo é a extinção de Portugal como nação e a divisão do Ultramar pelos interessados, Espanha e França, que desta formas obtinham extensos territórios e recursos necessários para igualar o poder da Inglaterra.

³⁴ Cipriano Ribeiro Freire foi representante diplomático nos Estados Unidos da América e recentemente estava em Copenhaga, de onde veio para Madrid, para substituir Luís Pinto de Sousa.

Quanto a Luís Pinto de Sousa foi agraciado com título de Visconde de Balsemão em catorze de Agosto de 1801, falecendo a catorze de Abril de 1804.

Rei de Espanha D. Carlos IV



Imagem 7

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_IV_de_Espanha

4. *Diligências para reaver Olivença*

4.1. *Invasão das forças militares da França e da Espanha - anulação do*

Tratado de Badajoz

Com a invasão das forças francesas e espanholas em 1807, o Príncipe Regente viu-se obrigado, com toda a sua Corte e o Governo a partir para o Brasil, tendo chegado ao Rio de Janeiro a 1 de Maio de 1808.

Uma vez que a França e a Espanha não respeitaram os Tratados de Badajoz e de Madrid, o Príncipe Regente ainda que formalmente através de um manifesto, declarou guerra à França e informou que aqueles tratados eram agora considerados nulos, precisamente porque não foram respeitadas ou cumpridas algumas das principais cláusulas ou artigos.

Ricardo Rosa y Alberty,³⁵ refere que o Tratado de Badajoz está quatro vezes nulo: primeiro, o caso de Olivença foi um ato de pura usurpação, o que a jurisprudência internacional não admite, nem sanciona, por não reconhecer como legais os contratos forçados entre as nações; segundo, porque o Primeiro Cônsul da França nunca o ratificou forçando Portugal, mais uma vez, a um novo Tratado mais gravoso que o primeiro, - o Tratado de Madrid assinado em 29 de Outubro de 1801; terceiro, porque a Espanha o anulou, quando declarou guerra a Portugal em 1807 e o invadiu, quebrando as condições estipuladas no Tratado de Badajoz; quarto, porque o Príncipe Regente D. João, em virtude da nova invasão, no seu Manifesto do Rio de Janeiro a 1 de Maio de 1808, dirigido aos seus vassalos e a todas as Nações da Europa, repudiava inteiramente as ações de guerra, como tinha o direito de o fazer.³⁶

³⁵ - Ricardo Rosa y Alberty, *A Questão de Olivença (Por quê Olivença não pertence à Espanha)*, Lisboa 1960, Edição do “Grupo Amigos de Olivença” – Impresso nas Escolas Profissionais Salesianas - Lisboa

³⁶ Cfr. Transcrição de parte do Manifesto do Príncipe Regente D. João, realizado no Rio de Janeiro.

“... aproveitando-se até das forças da França, para se apropriar(a Espanha), de uma pequena extensão do território da Província do Alentejo – Olivença e o seu domínio, - querendo assim deixar à posterioridade um monumento eterno da triste recompensa que dava a um aliado, que apesar da antiga rivalidade das duas Nações, não tinha querido dispensar-se de cumprir as condições de um Tratado que existia entre ambos ... (...) ... Depois de uma exacta e fiel exposição feita por Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal à Europa e aos seus vassalos, de tudo quanto tinha ocorrido entre o Governo português e francês, termina: ... e finalmente, tendo-lhe declarado guerra, segundo a conta dada pelo seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, Sua Alteza Real, depois de entregar a sua causa nas mãos do Onnipotente, que tão justo direito tem de invocar, em caso tão justo, que é devido ao decoro e à dignidade da sua Coroa fazer a seguinte declaração: - Sua Alteza Real rompe toda a comunicação com a França, revoga todos os Membros da sua Embaixada, se ainda aqui houver, e autoriza os seus vassalos - para fazer a guerra por mar e por terra aos vassalos do Imperador dos franceses. ...)

In: História Universal de D. Nicolás M. Serrano.

4.2. A queda de Napoleão e os Tratados de Paris e Viena

Em 30 de Maio de 1814, com a queda do Imperador Napoleão, os novos responsáveis políticos pela França procuraram a reconciliação com todas as Nações suas inimigas, que se reúnem em Paris para acordarem uma proposta de Paz, que termina com o Tratado de Paris, com uma grande concordância e assinaturas dos representantes.

Neste Tratado, foi assinado, entre outros, o artigo adicional nº. 3, pelo Primeiro Ministro francês Talleyrand e pelo Conde do Funchal, representante português, o qual referenciava que a Espanha devia entregar a Portugal, a cidade de Olivença e o seu território, pois o Tratado de Badajoz de 1801, tinha sido anulado.

O representante espanhol ao Tratado de paz recusou-se a aceitar e assinar o artigo adicional, porque segundo afirmou, não tinha diretrizes, nem autorização do Rei de Espanha, tornando assim o acordo inviável.

Como nem todos os assuntos referentes à guerras que dominaram a Europa foram tratados em Paris, ficou assente que se reuniriam novamente, no ano seguinte em Viena. A representação portuguesa coube a D. António da Gama, Conde de Palmela, que bem antes de se iniciarem os debates, teve o cuidado de contactar as grandes potências aliadas a quem solicitou que advogassem a seu favor a causa de Olivença, que tinha sido anexada indevidamente pela Espanha, com base no já referido Tratado de Badajoz, que como era do conhecimento geral tinha sido considerado nulo e sem qualquer efeito prático.

Mais uma vez o Plenipotenciário espanhol não assinou o Ato Final do Congresso, dando mais uma vez, como desculpa, o facto de não ter recebido do seu Governo qualquer diretiva sobre o assunto. O que estava em causa, era uma contrariedade recebida no Acordo de Paris, tendo ficado ainda assente que os representantes espanhóis estavam devidamente autorizados pelo seu Governo e pelo Rei a reconhecer a justiça das reclamações de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal e do Brasil, sobre Vila de Olivença e os outros territórios cedidos à Espanha pelo Tratado de Badajoz de 1801³⁷.

³⁷ Adaptação de: Sampayo, Luiz Teixeira – *Compilação de Elementos para o Estudo da Questão de Olivença*, - Edição da Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, - 2001, pp. 12.

General Bedford



Imagem 8

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/William_Carr_Beresford

A contrariedade espanhola deve-se ao facto de pretender obter, para a sua princesa espanhola os ducados de Parma, Placência e Guastalla, o que não aconteceu, o que levou então o representante espanhol a não assinar qualquer documento, inclusive o artigo 105º., não permitindo assim que houvesse qualquer efeito, ou solução prática para a questão de Olivença.

A 10 de Junho de 1817 foi assinado em Paris um novo Acordo, em que os ducados de Parma, Placência e Guastalla passariam para a Arquiduquesa da Áustria, Maria Luísa, que foi a segunda mulher de Napoleão, e após a sua morte passariam para a posse definitiva da princesa espanhola, Maria Luísa de Bourbon, irmã do Rei D. Fernando VII, o que tornou necessária a assinatura de um representante oficial do Rei, que com todos os poderes, que ao fazê-lo validou também o artigo 105º. do Ato Final de Viena, que reconhecia assim, Olivença e o seu território como fazendo parte integrante de Portugal.

Quando tudo se preparava para dar andamento ao já referido artigo 105º., que determinava a entrega de Olivença e que devia ser realizada o mais rapidamente possível, afinal não chegou a acontecer porque o Rei espanhol tomou conhecimento de que em Janeiro de 1817, o exército português tinha tomado a cidade de Montevideu na América do Sul, que era uma possessão espanhola; assim a Espanha, por esse motivo, não se viu obrigada a entregar Olivença e apresentou um protesto internacional, declarando que por esse motivo não se via na obrigação de entregar Olivença, a não ser que Montevideu voltasse imediatamente à soberania espanhola.

4.3. A Revolta dos Liberais – 1820 – 1821

Só no ano seguinte, em Agosto é que foi criado um grupo internacional de mediadores, sobre a coordenação de uma autoridade inglesa, que foi encarregue de preparar um estudo de um projeto de um novo Tratado que previa a devolução de Olivença a Portugal e Montevideu à Espanha, mas tal documento não teve o desenvolvimento e a brevidade desejada e chegou-se ao ano de 1820 – dois anos depois – sem haver realizado qualquer avanço no trabalho de coordenação, não se tendo tirado qualquer tipo de conclusão.

Entretanto em 1820/21, com a revolta generalizada dos liberais, que afetou a Espanha e Portugal/Brasil, tudo voltou ao princípio, deixando de haver condições para se tratar e resolver, de uma vez por todas, a situação da Vila de Olivença.

Revolta dos liberais 1820/21, organigrama, Revolução, Retrato de Manuel Fernando Tomás chefe da Revolução

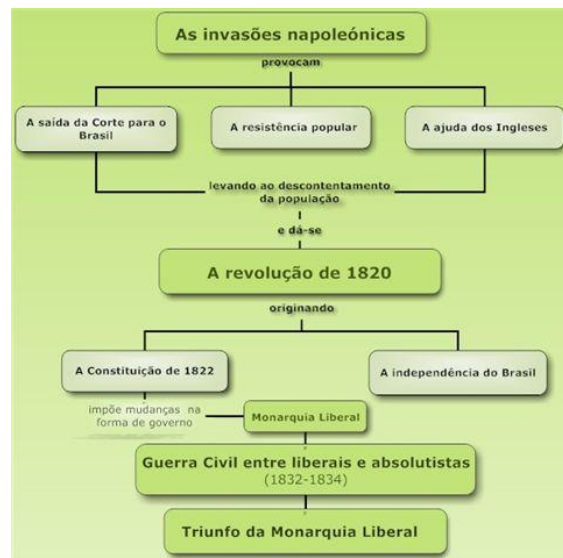


Figura 5



imagem 9



Imagem 10

Fonte: Oferta da biblioteca de Olivença

<https://geometricasnet.wordpress.com/2013/01/11/>

http://livre-e-humano.blogspot.pt/2009_03_01_archive.html

A revolta liberal chegou à América do Sul e às Províncias Unidas de Buenos Aires que declararam à Espanha, a sua independência que foi imediatamente reconhecida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil/Portugal. Por seu lado a Província de Montevideu realizou uma consulta eleitoral para que democraticamente se escolhesse o seu futuro, optando por se anexar ao Brasil tomando a designação de Província Cisplatina ou Uruguai. Com a independência do Brasil, em Setembro de 1822, esta Província do Uruguai, optou também pela sua independência, ficando Montevideu como capital.³⁸

Com toda esta evolução na América do Sul, principalmente com as independências da Argentina, do Brasil e do Uruguai, Portugal deixou de ter qualquer ligação direta e de responsabilidade para com os novos países e por consequência o problema de Montevideu deixou de existir.

4.4. O retorno de Olivença – o papel importante do Duque de Palmela

Em 1823 Portugal voltou a procurar resolver a questão de Olivença, o que levou o Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, chefe do Governo português, a contactar o governo espanhol, nessa altura composto por um Conselho de Regência e negociar um novo tratado em que os espanhóis reconheçam que Olivença não lhes pertencia, afirmando mais uma vez que o Tratado de 1801 estava anulado.

É de recordar que, na altura da realização deste novo tratado, as relações entre os países ibéricos eram satisfatórias, a Espanha tinha saído de mais um momento conturbado ao qual Portugal deu, mais uma vez, uma ótima e preciosa colaboração e tudo parecia agora mais

Rodrigues, Pires, - *Crónicas Oliventinas* – Duque de Palmela – Paladino da Restauração de Olivença – Separata da Revista “Portugal D’aquem e D’além mar,- Impresso na Bertrand (Irmãos) Lta., pps. 17 e 18, Lisboa, 1951 – Tirado de: Despachos e Correspondência do Duque de Palmela – Vol. 1º. pp. 25 – Ministério dos Negócios Estrangeiros.

“... Nestes tempos, e ainda quando o Brasil era parte integrante do Império Português, reinava uma agitação separatista na vizinha possessão espanhola do Rio da Prata e na sua capital, a própria cidade de Montevideu; e como a Espanha não dispunha ali de forças necessárias para dominar os crescentes motins do agitador José Artigas, a nossa Corte instalada no Rio de Janeiro, enviou àquela cidade, em vinte de Janeiro de 1817, uma expedição de tropas portuguesas para restabelecer a ordem e debelar, portanto, a agitação, pondo fim às incursões que constantemente assediavam aos Estados brasileiros, raianos do Rio da Prata. Isto servira de improcedente pretexto, a D. Fernando VII, para retardar a entrega de Olivença, alegando que as nossas tropas tinham ocupado territórios de uma colónia espanhola, o que levou o nosso Ministro dos Estrangeiros, Marques de Aguiar a manifestar a sua surpresa por essas inexactidões, visto o nosso Governo, em vinte e cinco de Maio de 1815, ter comunicado à Corte espanhola que, pelo facto das sublevações constantes na fronteira do Brasil, ia enviar uma divisão de cinco mil homens com o fim de defender esta nossa colónia das constantes incursões dos agitadores do Rio de Prata; expedição esta que só saiu de Lisboa em Fevereiro de 1816, com conhecimento da Corte espanhola.

simplificado. Porém as agitações e as convulsões políticas voltaram a acontecer e os problemas estenderam-se por vários Estados europeus. Em Espanha, as lutas internas e os novos pensamentos políticos não permitiram que o novo tratado visse a luz do dia, e tudo foi esquecido.

.Ao ser assinado no Rio de Janeiro um novo tratado, entre o Brasil/Portugal e a Inglaterra, em 19 de Fevereiro de 1810, a Coroa inglesa não teve qualquer dúvida em obrigar-se solenemente em ser mediador, no caso de Olivença e o seu termo, para que rapidamente fosse restituída a Portugal ³⁹.

Ao referirmos este facto, pretendemos mencionar um outro que incompreensivelmente nos leva, novamente, à perda da Olivença. O facto passa-se quando o grande exército de Napoleão inicia a demandada de Portugal e é levado de vencida pelo exército luso-britânico, que ao chegar a Olivença derrotam as tropas do General francês Soult e cercam a Praça que se entrega a 15 de Abril de 1811. Olivença foi ocupada pelas tropas portuguesas de Caçadores 7, Infantaria 11 e 13, entre outras.

Dentro da Praça de Olivença encontravam-se apenas soldados franceses, porque os espanhóis já tinham regressado aos seus quartéis, em Madrid. Olivença era agora, por direito, por todas as razões históricas, políticas e jurídicas e também militarmente portuguesa; tinha sido conquistada pela força das armas. Mas o destino continuava a ser travesso, turbulento e malicioso para Portugal,

As tropas luso-britânicas eram comandadas por um oficial inglês, de seu nome Beresford e apesar de lhe ter sido referenciado o contencioso Portugal/Espanha sobre Olivença bem como o tratado assinado no Rio de Janeiro – que comprometia o governo inglês - reconhecendo a justiça da causa portuguesa, não se sabe bem porquê, ou que ordens recebeu de Londres, tomou a decisão de entregar a Praça às entidades espanholas, o que desagradou ao povo oliventino, ao ver as tropas portuguesas abandonarem a sua terra.

³⁹ - Retirado dos artigos secretos do Tratado luso-britânico.

“ *Tratado de Comércio e Navegação entre o Príncipe Regente, o Senhor D. João de Portugal e Jorge II da Gran-Bretanha*. Assinado no Rio de Janeiro a dezoito de Fevereiro de 1810:

Artigo II - Sua Majestade Britânica desejando dar uma prova daquela amizade e consideração que jamais Sua Majestade deixou de entreter para com o Seu Antigo Aliado, o Príncipe Regente de Portugal, se obriga e promete de empregar os seus bons ofícios e interposição para obter a restituição à Coroa de Portugal, os territórios de Olivença e Juromenha.

Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holsten



Imagem 11

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_de_Sousa_Holstein,_Duque_de_Palmela

O presidente do governo português protestou com veemência e impetuosidade junto do seu congénere inglês; respondendo-lhe Wellesley friamente, que o contencioso devia ser tratado entre os governos dos dois países ibéricos, mas prometeu, que tudo faria para que Olivença fosse de novo entregue a Portugal.

Triste promessa, já que foi comentado, falado e registado nas crónicas da época que Wellesley recebeu presentes, proveitos e honras do governo espanhol.

Se pretendêssemos concluir, podia-se afirmar que tem havido da parte da Espanha e dos seus governos, falta de integridade, de carácter e sobretudo falta de respeito, não só para com *Portugal* mas também e principalmente pelas convenções e tratados que dão razão a Portugal e que são reconhecidos pelos países de toda a Europa.

Sobre Olivença podem os juízes, doutores e advogados espanhóis escrever sobre o Tratado de Badajoz de 1801, que de facto não existe, por estar nulo e de nenhum efeito. Mesmo usando a pura persuasão, a ficção e a falsidade, não conseguem convencer, porque está demonstrada e provada que a verdade é bem outra.

Em 1835, o Duque de Palmela, então ministro dos Negócios Estrangeiros toma a iniciativa e procura, mais uma vez, o regresso de Olivença a Portugal, junto do então Ministro espanhol D. João Alvarez e Mendibar procurando realizar encontros e reuniões naquele sentido, mas a má vontade dos membros do Governo espanhol não permitem que se realizem contactos oficiais..

Vários foram os governantes portugueses e outras individualidades que continuaram na segunda metade do século XIX a oferecer, pela causa de Olivença o seu tempo, e a sua vontade para convencer os espanhóis a fazer justiça e a dar voz à razão que mandava, sem dúvida, devolver a cidade e o seu território ao verdadeiro dono. Vários foram as entidades e membros do governo, que os cronistas não deixaram de enaltecer as suas lutas em prol de Olivença. De entre estas individualidades podemos citar:

O Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, que dedicou grande parte da sua vida à política, e a quem os historiadores e cronistas não deixaram de elogiar.

Em 1835, já como Ministro dos Negócios Estrangeiros deu à Espanha uma forte contribuição militar, esperando também que o Rei D. Fernando desse cumprimento ao Ato Final do Congresso de Viena – a entrega de Olivença, o que não aconteceu.⁴⁰

⁴⁰ Pires, Amadeu Rodrigues – *Crónicas Oliventinas, Duque de Palmela – Paladino da Restauração de Olivença – Separata da Revista Portugal d'aquem e d'alem mar.* – Lisboa, 1951, pps. 11 a 14.

O Conde de Bastos pelo seu trabalho infrutífero junto do oficial inglês Beresford, quando este decidiu entregar Olivença às autoridades espanholas, quando tinha sido reconquistada pelas tropas Luso-britânicas, sendo a maioria dos soldados conquistadores portugueses;

O Conde do Lavradio, que foi embaixador em Londres, aí procurou constante e assiduamente junto do Governo de Sua Majestade o apoio e colaboração nas negociações, pena foi que os governantes ingleses tivessem procurado obter certas vantagens, como receber em troca dos possíveis favores a Província da Guiné, e;

Muitas outras individualidades de destaque havia para enumerar, que também tudo fizeram para que os governantes espanhóis respeitassem os direitos de Portugal, as decisões internacionais, como Estácio da Veiga, com o seu trabalho literário “Gibraltar e Olivença”; Hermano Neves que escreveu um interessante livro “Os três dias em Olivença”; General Francisco Martins também pelos seus escritos, mas sobretudo pela sua atividade em prol da recuperação de Olivença, procurando chamar a atenção e á razão os espanhóis, demonstrando-lhes que não tinham argumentos que provassem ser Olivença espanhola..

Uma das últimas tentativas do Duque de Palmela foi quando se dirigiu ao ministro espanhol Mendizabal, em 1836, de passagem por Lisboa, e recordou a questão de Olivença e sugeriu, mais uma vez que fosse encontrada a solução através de uma arbitragem de uma potência aliada. Mendizabal responde sem recusa formal, que achando boa a solução de uma arbitragem de uma potência amiga e aliada, no caso de vir a ser negociado o retorno, mas acabou por informar que por agora, se ia dar um adiamento do assunto para recolher mais alguns dados e informações sobre Olivença.

O Duque de Palmela continuaria a receber dos responsáveis espanhóis respostas que faziam adiar a Questão; mas com a sua saída do Governo, “ ... o assunto da exigência da retrocessão de Olivença deixou-se de fazer, por se achar que ao fim e ao cabo era uma perda de tempo, porque os espanhóis não queriam qualquer tipo de negociações sobre a Questão, procuravam sempre adiar, dando uma qualquer justificação...”⁴¹.

“...Na primeira metade da década de 1840 houve no Parlamento português alusões à Questão de Olivença e o Duque de Palmela deixou afirmados os direitos portugueses à Questão de Olivença e fez a história resumida da questão na sessão de 17 de Julho daquele ano. Dada a autoridade especial do Duque para fazer a história das negociações, o

⁴¹ Embaixador Teixeira de Sampaio, - Relatório e compilação de Elementos de Estudo sobre a Questão de Olivença. Disponível no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção dos Limites.

seu discurso confirmou porque Portugal não deveria deixar de continuar a exigir o regresso de Olivença...”⁴².

A partir da década de 1860, são raras e de relativa importância, as referências à questão de Oliveira; não é mencionada quer no Parlamento, quer através do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A questão de Olivença só torna a ser referenciada quando a Comissão Internacional de Limites entre Portugal e a Espanha que em 1904, pretende reconhecer os limites entre os rios Caia e Guadiana. Os meios de comunicação social dão alguma importância ao trabalho da Comissão de Limites, mas esquecem a situação de Olivença, o que parecia preocupante para os interessados e conhecedores da situação.

⁴² Embaixador Teixeira de Sampaio – *Relatório e compilação de elementos de Estudo sobre a Questão de Olivença* que referencia os Discursos Parlamentares do Duque de Palmela, Volume I, pp. 186; volume II pp. 27, 51 e 52

5. Olivença versus Gibraltar

5.1. Abreviando a história de Gibraltar

O que os espanhóis fazem em relação à recuperação de Gibraltar, nada tem a ver com o comportamento dos portugueses face a Olivença. Em Espanha muitas vozes autorizadas referem Gibraltar e exigem o seu regresso à Nação mãe. É um brado patriótico sobre um direito que acham, que a coroa espanhola tem. Gibraltar está desde 1704 sobre a jurisdição britânica, o que faz com que esta questão se mantenha há mais de 309 anos, portanto mais antiga que Olivença, que mais de 212 anos de usurpação.

Gibraltar fica situado no extremo sul da península Ibérica e é conhecido como o Rochedo de Gibraltar, que não é mais, que um pequeno enclave de apenas seis quilómetros quadrados, que a Espanha cedeu de boa vontade em 1714 à Inglaterra.

O “Rochedo”, teve como primeira designação - Gabal – al - Tarik , - e, quando pela primeira vez foi conquistado pelos cristãos passou a ser denominado “Monte Tarik” ainda no tempo das primeiras conquistas cristãs realizadas naquela zona.

“Tarik” foi um poderoso chefe militar árabe (ano de 711) que ali reuniu um poderoso exército com destino à reconquista de parte da Península, tendo vencido nas margens do rio Guadalete, o último dos reis godos, acabando por ocupar aqueles locais com população vinda do norte de África. Só em 1309, o rei D. Fernando IV a conquistou aos árabes, mandando, de imediato, construir muralhas e criar condições para povoar de novo aquela pequena península que estrategicamente era muito útil. Tais preocupações e trabalhos realizados não evitaram que os árabes a reconquistassem de novo. Só no tempo do rei D. Henrique IV é que Gibraltar voltou para o cristianismo, mas também por pouco tempo.

Mais tarde D. Bernardino Mendonça, comandando catorze navios de guerra, destrói a armada árabe que se encontrava no porto, o que obrigou ao árabes a entregarem-se, por não poderem abandonar a pequena península.

Gibraltar manteve-se espanhola (castelhana) até à Guerra de Sucessão, mas a 1 de Agosto de 1704 foi tomada por uma esquadra anglo-neerlandesa, comandada pelo Almirante Sir George Booke que entrou no porto, não tendo sido molestado pelos defensores de Gibraltar, e nem tão pouco foi necessário usar a força militar, o que indicava que a Praça revelava uma certa fraqueza militar, e por outro lado, Sir George Booke e a sua esquadra, pertenciam, na altura, à primeira potência naval no Mundo e por isso interessada no “Rochedo”, devido à sua localização geográfica, de ligação entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, permitindo um controlo seguro dos navios que entravam e saíam daquele Mar.

No dia de chegada ou da conquista, os oficiais austríacos pretenderam içar a bandeira da Áustria; mas nestes assuntos de guerra, há máximas que têm que ser respeitadas, “ ... *Não basta conquistar, é fundamental ocupar a praça indefinidamente contra a oposição de qualquer inimigo ...*”, ora, a fraqueza da Áustria era visível, e era fundamental por isso, a colaboração dos britânicos na Guerra de Sucessão. A Dinamarca que colaborava com a Áustria, apesar de combater com valentia, também não possuía meios militares, para só ou com a colaboração da Áustria conquistar Gibraltar e mantê-la.

A verdadeira força estava nos ingleses e na sua armada e por isso, o Almirante George Booke mandou arriar a bandeira da Áustria e içar a da Grã-Bretanha, que desde aquela data não deixou o mastro real da comunidade de Gibraltar. Hoje os gibraltinos podem afirmar que a Inglaterra ocupa Gibraltar há mais tempo que os espanhóis.

Esta conquista foi uma conquista limpa, porque houve aviso prévio de guerra e toda a Europa sabia que a Inglaterra estava a favor do pretendente D. Carlos III da Áustria contra o outro pretendente francês, que era apoiado pela própria Espanha e pela França.

Há muito que a Inglaterra via com bons olhos a conquista e a posse de Gibraltar, que como já referimos é um ponto altamente estratégico, permitindo um controlo militar alongado, e esta oportunidade foi aproveitada; de facto, quem vence a batalha é o chefe militar presente; neste caso, o Almirante passou a ser o Senhor de Gibraltar, em nome da Coroa Britânica, que representava.

5.2. Olivença versus Gibraltar – semelhanças e diferenças

Na realidade, as duas situações, a de Olivença e Gibraltar não se podem igualar na importância da situação geográfica, que são bem diferentes, como são na situação política e geostratégica.

Olivença manteve-se na posse de Portugal desde a sua fundação até 1801 (durante quinhentos e treze anos); Gibraltar esteve na posse dos espanhóis até 1704 (durante duzentos e quarenta e três anos), o que nos leva a afirmar que está à mais tempo nas mãos da Inglaterra (trezentos e sete anos), do que na posse dos espanhóis.

Olivença foi construída de raiz, povoada e valorizada apenas pelos portugueses; enquanto Gibraltar, como cidade, tem um porto importante, bons acessos marítimos, uma fortaleza bem construída, escolas e hospitais, sendo tudo obra exclusiva da Inglaterra.

A cedência de Olivença, pelo Tratado de 1801, foi anulada várias vezes, como deixamos relatado e todos os juristas confirmam que tal Tratado não tem qualquer valor, por ter sido anulado em diversas ocasiões; caso que não aconteceu com Gibraltar, onde o Tratado de

Utreque (Utrecht), ⁴³ de 1713, é ainda o documento oficial, que dá definitivamente a posse à Inglaterra, não tendo até hoje, surgido qualquer dúvida, quanto à sua validade, apesar de famosos juristas espanhóis procurarem encontrar razões que o poderiam anular. Além deste Tratado, outros factos e compromissos se deram.

A Espanha comprometeu-se várias vezes restituir Olivença, mas nunca cumpriu o prometido; por seu lado a Inglaterra não tomou qualquer compromisso formal ou outro, para entregar Gibraltar.

Portugal nunca renunciou à posse de Olivença; por seu lado, a Espanha renunciou a posse de Gibraltar por mais de uma vez. Tirando o Tratado de Utrecht; é de referir o Congresso de Soissons, que foi para a Espanha um fracasso nas negociações, o que levou um conhecido historiador, na sua História de Espanha e da Civilização Espanhola a dizer, que o governo espanhol não soube conduzir as conversações, o que levou a Espanha, a sancionar a perda de Gibraltar; em 1729. No Congresso de Sevilha, a Espanha renunciou mais uma vez a Gibraltar; em 20 de Janeiro de 1783, confirmando a renúncia feita no congresso anterior, e aceitando da Inglaterra, como compensação a Ilha de Minorca e as Antilhas; o que foi confirmado ainda nesse ano, em Setembro, em que o Conde de Floridablanca declarou que a posse de Gibraltar ficava agora assegurada a favor da Inglaterra e isto em virtude do Tratado de Versailles de três de Setembro.

Hoje em dia, a pretensão espanhola mantêm-se viva e várias são os argumentos e as disputas que vão desde assuntos policiais à alta política; os espanhóis utilizam tudo o que possa levantar controvérsias. Os espanhóis criam estas situações na esperança de que a transferência se realize a seu favor, procurando vencer pela saturação, mas como se constata, estes argumentos que os espanhóis invocam para recuperar Gibraltar contrastam de forma flagrante com as posições que os responsáveis portugueses têm para com

⁴³ No Tratado de Utreque de 1713 foi decidido e aceite pelas partes do pagamento da Guerra da Sucessão Espanhola que a Espanha cedia à Inglaterra, “... a total propriedade da cidade e Castelo de Gibraltar, junto com o porto, fortificações (...) para sempre sem qualquer excepção ou impedimento ...”.

O Tratado referia ainda que nenhum comércio por terra entre Gibraltar e a Espanha devia ocorrer, excepto no caso de emergência, no caso de provisões se Gibraltar não conseguir ser abastecidas por mar (1). Uma outra condição especial no tratado refere que “... nenhuma permissão deve ser dada sob qualquer protesto tanto a judeus como a mouros, para morarem ou terem residência na cidade de Gibraltar. É evidente que esta restrição foi rapidamente ignorada e por muitos anos judeus e árabes moraram pacificamente em Gibraltar.

Numa clausula de reversão, se a Coroa britânica abandonar Gibraltar, deve oferece-la em primeiro lugar à Espanha.

Conforme: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gibraltar>

(1) – Nos tempos de Franco, a fronteira de Gibraltar, por terra, estiveram de novo encerradas, o que dificultou a vida aos seus habitantes, que na altura ultrapassavam já os 30 000. Só em 1985 a passagem de pessoas e bens voltou a ser possível.

Olivença e não só, porque o mesmo se passa com Ceuta e Melille que também continuam, indevidamente, em poder da Espanha.

Politicamente, hoje, Gibraltar é um território britânico ultramarino (ou colonial), sendo o poder executivo partilhado por um Governador indigitado pelo monarca da Inglaterra, naturalmente indicado pelo Primeiro Ministro inglês e pelo Governo autónomo presidido por um Ministro Principal. Gibraltar tem uma autonomia própria que se desenvolveu ao longo dos anos e que se baseia nas Cartas Constitucionais de 1969 e de 2006. Este aumento de autonomia é bem visível, embora os assuntos de defesa, relações externas, segurança interna e financeira sejam competências do Governador de Gibraltar.

Economicamente os gibraltinos vivem graças ao trabalho que existe nas docas e nas bases da Nato. Gibraltar não possui recursos agrícolas, nem minerais, mas tem como principais atividades económicas as reparações navais, o abastecimento de navios, indústrias alimentares e de bebidas, o turismo, o comércio e os serviços de reexportação. Até finais da Segunda Guerra os portos de Gibraltar estavam sempre completos com navios de guerra britânicos e americanos, que pouco a pouco foram dando lugar a navios de mercadorias e passageiros de diversas nacionalidades, notando-se também a presença de grandes transatlânticos em viagens turísticas e de cruzeiro.

5.3. O Futuro de Gibraltar

Existem, em Gibraltar dois partidos principais, o Social Democrata (G.S.C.) e o Partido Trabalhista (G.S.L.P.), que são os dois mais votados e ambos estão contra qualquer transferência de soberania para a Espanha. Por seu lado, o Governo de Londres não pretende fazer qualquer alteração no regime, sem que o povo de Gibraltar dê o seu consentimento, ou que haja um pedido formal.

Em 2002 a Espanha procurou negociar com o Governo inglês uma soberania conjunta, o que foi negado pelos dois partidos enunciados, que se opuseram com firmeza, aproveitando a ocasião para reclamar a sua autodeterminação, solicitando a realização de uma consulta popular, “... apesar da oposição dos dois partidos; o Governo organizou um referendo cuja questão única era , ‘Aprova o princípio de que o Reino Unido e a Espanha partilhem a soberania de Gibraltar?’, cuja resposta se limitava a ‘ um sim ou não’. Mas 88% da população inscrita respondeu ao senso e daqueles 99%, responderam ‘não’; não estavam de acordo em que se partilhasse a soberania. Apenas 187 cidadãos apoiavam a partilha...”⁴⁴

⁴⁴ - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gibraltar>

Em Gibraltar, realizou-se um referendo para aprovação de uma nova Constituição, em 2006, que foi aprovada por 60,24% dos votantes e 37,75% não estavam de acordo, os votos brancos e nulos foram apenas de 2%; o interesse desta nova constituição era importante, porque viria a permitir uma abertura ao desenvolvimento político e deixava aos gibraltinos a pensarem que em breve se podia dar a sua tão desejada autonomia.

A Espanha procura litigar, criando de certo modo processos que fazem enervar a Inglaterra, sobretudo aqueles políticos responsáveis pela situação atual de Gibraltar. A pedido da Espanha realizam-se anualmente conferências, para tratar desses problemas.

Há uma conclusão que podemos desde já retirar. Como são diferentes as políticas e os políticos destes dois países; em Portugal a única entidade que faz com que não esqueçamos que Olivença é portuguesa é o “Grupo dos Amigos de Olivença”, porque os políticos estão deveras afastados desta questão, porque assim o pretendem, ou porque existem cláusulas de contratos ou outros documentos, que têm pontos secretos, o que obriga a um silêncio completo sobre o assunto.

Os políticos mais ligados à questão de Olivença são os do Ministério dos Negócios Estrangeiros que sobre o “Grupo dos Amigos de Olivença” dizem ser uma associação marginal, sem grande projeção e que vive do pensamento de alguns dos seus associados, mas que nada de novo trazem para a solução da questão e, que por vezes atrapalham quando há uma reunião ou convenção Luso-espanhola, criando situações que podem embaraçar o próprio país.

Por seu lado a Espanha ofereceu o “Rochedo de Gibraltar” à Inglaterra, procura agora recuperar aquela Praça, apesar de, em devido tempo, ter recebido em troca a Ilha Minorca e das Antilhas. Tanto os políticos, como a população espanhola reclamam a devolução, mas fazem-no de um modo aberto, para darem a conhecer ao Mundo que a Inglaterra continua a ter possessões ultramarinas.

São os artigos nos jornais, nas revistas, são palestras na rádio e na televisão sobre o tema, são as reuniões periódicas com os responsáveis, pedindo que se faça justiça, isto é, que se entregue o Rochedo à coroa espanhola..

A Espanha procurou pelo emprego das armas resolver a Questão de Gibraltar. Durante a II Grande Guerra, Franco e os seus conselheiros prepararam uma invasão a Gibraltar e tomar o Rochedo de assalto e içar a bandeira espanhola; mas alguém, aconselhou o Caudilho a ponderar as consequências.

Era, nessa altura Primeiro Ministro inglês Sir Winston Churchill, que ao tomar conhecimento da iniciativa/projeto da Espanha procurou demover a ideia lembrando que seria de todo

conveniente que ela se mantivesse numa posição neutral. Se a Espanha queria atacar, era natural que a Inglaterra não permitisse e declarasse guerra à Espanha, o que provavelmente levaria a juntar-se aos países do Eixo, o que tornaria os tempos ainda mais difíceis e prolongaria a guerra que se vivia na Europa Central. Para evitar o pior, Winston Churchill recebeu uma delegação espanhola chefiada pelo Duque de Alba, que expôs as razões que levaram a Espanha a pretender o controlo de Gibraltar, salientando os maléficos do contrabando, que dali partia e chegava e que nas condições do momento eram bastante prejudiciais à Espanha. Churchill depois de ouvir, com a atenção, o que lhe era peculiar, começou por informar que Hitler tinha um plano para atacar a Península Ibérica e previa uma entrada rápida para controlar a capital e outras cidades importantes, bem como a península de Gibraltar. Era o plano “*Fénix*” dos Alemães. É provável que Churchill nessa altura, tenha prometido devolver Gibraltar, logo que a Guerra terminasse, e se tudo corresse como esperado.

Franco viu-se assim obrigado a guardar o seu plano de ataque a Gibraltar e ponderou a promessa de Winston Churchill; resolveu esperar pelo final da guerra, para reiniciar as conversações com Londres, mas sentiu desde logo, várias contradições. O Primeiro Ministro já não era o mesmo, e ele nada tinha agendado sobre o protectorado de Gibraltar, para ser tratado com o General Franco.

Um ataque a Gibraltar por parte da Espanha estava agora fora de questão: os tempos tinham mudado e os países sobretudo os europeus não queriam ouvir falar em mais guerras, tinha acabado uma que devastou o continente. Franco pensou que poderia rapidamente resolver a questão utilizando a diplomacia e para o efeito mandou reunir toda a documentação que confirmava as promessas feitas; foram anexados os documentos do Duque de Alba, embaixador espanhol em Londres que acompanhou as conversas com o Primeiro Ministro e ainda partes do livro de memórias de Winston Churchill, sobre o assunto, entretanto publicado..

Cria-se um mal estar entre a Inglaterra e a Espanha, por um lado Franco manda fechar a fronteira terrestre, isolando assim os gibraltinos, que só podem entrar e sair do Rochedo, por barco ou por avião.

Para que a Espanha soubesse que a Inglaterra não estava disposta a perder Gibraltar, organizou uma viagem de Sua Majestade, a Rainha e família real aquela província ultramarina. A viagem de Isabel II foi relatada em vários órgãos de notícias, sobretudo europeus. Para os ingleses aquela viagem foi um êxito; por outro lado os médias em Espanha não relataram qualquer notícia ou indicação, estavam proibidos noticiar fosse o que fosse sobre a estadia da Rainha, em Gibraltar.

Nos últimos anos tem havido abertura por parte da Inglaterra, que com a Espanha e o representante político de Gibraltar têm mantido reuniões em países alternativos, isto é, ora se realizam em Londres, ora numa qualquer cidade turística espanhola. O interesse destas reuniões é que todos os espanhóis tem conhecimento não só das reuniões, mas também de tudo o que se passa, através de comunicações oficiais produzidas pelo próprio Ministério de Asuntos Exteriores. Como exemplo, o comunicado 51-2009 da reunião ministerial sobre Gibraltar.⁴⁵

⁴⁵ **Ministerio de Asuntos Exterior y Cooperación/Gobierno de España**

51-2009 – Comunicado General de la Reunión Ministerial del foro de Diálogo de Gibraltar

Madrid, 21 de Julio de 2009 – La Dirección General de Comunicación Exterior del Ministerio de Asuntos y de Cooperación hace público el siguiente comunicado.

1. El Ministro de Asuntos Exteriores y Cooperación del Reino, Sr. Miguel Ángel Moratinos, el Secretario de Estado para Asuntos Exteriores y de la Commonwealth de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, Sr. Davis Miliband, Sr. Peter Caruana, (los participantes) han celebrado hoy en Gibraltar la tercera reunión ministerial del Foro de Diálogo sobre Gibraltar con arreglo a lo dispuesto en el Comunicado conjunto de 16 de diciembre de 2004. La reunión tuvo lugar en una atmósfera cordial y constructiva.
2. Desde la última reunión en Londres el 2 de julio de 2008 ha habido dos rondas más de discusión en el Foro. Estas reuniones han revisado la aplicación de los alcances en Córdoba y también han considerado y desarrollado un marco detallado que establece los parámetros de las próximas negociaciones en las seis áreas que acordamos en Londres para la futura cooperación.
3. Revisamos el progreso de la aplicación de los Acuerdos de Córdoba y discutimos algunos asuntos en la Declaración del Aeropuerto que siguen pendientes. Confirmamos nuestro compromiso para seguir mejorando la fluidez en la verja/frontera. Los Participantes seguirán comprometiéndose recíprocamente para alcanzando. En lo relativo al Instituto Cervantes esperamos con interés el inicio de las actividades en las instalaciones de Marquet Lana antes de que finalice el año. Confirmamos nuestro compromiso de concluir todos los aspectos relevantes de la puesta en práctica de los Acuerdos de Córdoba.
4. Como se anticipó en Londres en el mes de julio del año pasado, confirmamos de nuevo nuestro compromiso con la creación de una atmósfera constructiva de confianza mutua y cooperación para el beneficio y prosperidad de Gibraltar y de toda la región, en particular del Campo de Gibraltar y apoyamos la idea de que la cooperación y la confianza mutua deberían convertirse en la norma.
5. Hoy hemos acordado el marco detallado, para las próximas negociaciones en relación con los nuevos temas de la agenda, lo que se establece en el Anexo a este Comunicado. Esto irá avanzar nuestra agenda en los seis temas para la segunda fase de los trabajos del Foro que acordamos el año pasado en Londres, el medio ambiente, los servicios financieros y de fiscalidad, cooperación judicial, aduanera y policial.
6. Este documento que contiene un marco detallado el resumen y los objetivos de los parámetros para las negociaciones en relación con cada una de las seis áreas, así como los procedimientos y mecanismos que habrán de ser tenidos en cuenta para alcanzar los entendimientos para avanzar en las áreas de cooperación. Hemos buscado asegurar un elevado nivel de protección medioambiente en Gibraltar y en toda la región especialmente en el Campop de Gibraltar, proponiendo la cooperación en ámbitos como la contaminación derivada de la actividad y el tráfico marítimo, las operaciones de bunkering, las emisiones y vertidos como objetivos materializar-se en enlaces, establecimiento de puntos y de contacto y medios de comunicación urgentes, cooperación para realizar ejercicios de respuesta coordinada a incidentes y otros medios.

Nuestro marco relativo a los servicios financiero y fiscalidad resalta nuestro deseo de establecer líneas y métodos de cooperación normales, incluyendo el intercambio de información fiscal, contactos regulares, enlaces e intercambios entre las autoridades regulatorias, la fiscalidad y los temas y políticas a la lucha contra el blanqueo de dinero.

Hemos acordado que deberá haber plena cooperación en el objetivo común de combatir el crimen ya sea local internacional y abordar el reto particular del crimen organizado. El marco detallado que hemos aprobado hoy enumera por tanto una serie de áreas en las que buscamos acuerdos para garantizar que

Esta abertura dos dois países parece salutar e pode trazer a solução para a integração de Gibraltar na coroa espanhola, bem como dar a Gibraltar uma total independência política, ou ainda aprovar uma administração conjunta – Espanha/Inglaterra. Todo o processo será longo, mas com tempo encontrar-se-á a solução.

Voltando à situação de Olivença sente-se o efeito do impasse. Para quando os dois países Ibéricos se reúnem e oficialmente tratam da “Questão de Olivença”? Deve ser urgente a reunião dos dois países Ibéricos através dos seus respectivos Ministérios. Se isso vier a acontecer teremos também meio caminho andado.

5.4. Ceuta, Melilla e Sahara – territórios espanhóis em Africa

As relações hispano-marroquinas não têm sido cordiais como desejariam os respetivos governos, devido aos problemas que têm existido entre ambos, o que tem criado um mal estar constante que se transformou num volumoso contencioso.

O conflito hispânico-marroquino tem passado por várias fases, algumas foram resolvidas a favor do reino de Marrocos, como as situações da agricultura e pescas, relacionadas com as proibições da entrada em Espanha e na restante Europa do pescado e de produtos agrícolas de Marrocos. O contencioso reside fundamentalmente na posse pela Espanha das cidades de Ceuta. Melilla e do deserto de Sahara.

O reino de Marrocos não tem deixado permanentemente de reivindicar a posse daqueles territórios e fá-lo com determinação bastante ofensiva e conflituosa, facto que tem vindo a criar um distanciamento cada vez maior entre os dois reinos.

esto suceda, incluyendo el intercambio de información, las canales de comunicación simplificados y claros y los procedimientos.

Estamos de acuerdo en la importancia y el valor de la promoción del entendimiento educativo y cultural y el fomento del bilingüismo y los intercambios educativos y las oportunidades en Gibraltar y la región. Y, por ello, hemos identificado áreas concretas para la negociación con el objeto de enriquecer esta agenda.

Hemos acordado una serie de áreas para llevar adelante nuestro deseo de cooperación en les asuntos de comunicaciones y de seguridad marítimas. Estas incluyen fomentar y habilitar los enlaces comerciales directos y medidas para elevar la seguridad de la navegación y de la actividad marítima, así como coordinar nuestras capacidades de respuesta ante los accidentes.

Y finalmente, hemos acordado buscar vías para facilitar a la comunidad marroquí en Gibraltar el paso en tránsito por España en su ruta desde Gibraltar y Marruecos para visitar a sus familias.

Nos comprometemos a alcanzar acuerdos en estas áreas tan pronto como sea posible. Preferiblemente antes del final

Antes del final de este año y en cualquier caso antes de la siguiente reunión ministerial el año próximo.

Hemos reafirmado que, como fue el caso de los Acuerdos de Córdoba, cualquier en estas áreas no tendrá ninguna repercusión en absoluto en lo que atañe a la soberanía y la jurisdicción.

A Espanha nunca esteve, não está e parece não vir a estar disposta a ceder aos desejos ou vontade dos marroquinos; contrapõe que a população daquelas duas cidades africanas são de origem espanhola apesar de nelas viverem muçulmanos marroquinos e de outras nacionalidades africanas ou mesmo da Ásia, completando que aquelas cidades são espanholas à vários séculos antes da formação recente do reino de Marrocos.

Mesmo assim a Espanha realizou vários acordos e tratados que resultaram num período de acalmia e que durou pouco mais que nove anos. De entre esses acordos é de referenciar o Acordo Tripartido em que foi cedida a administração do deserto do Sahara a Marrocos e à Mauritânia.

A principal reivindicação de Marrocos continua a ser a posse de Ceuta e Melilla, mas a resposta do governo espanhol continua a ser negativa, o que cria um contencioso mais duro e que se tem mantido apesar dos encontros periódicos entre as mais altas figuras dos estados, como foi o realizado no aeroporto de Madrid entre o General Franco e o Rei Hassan II.

Com o encontro não se encontrou qualquer solução, apesar das esperanças do país africano. Da reunião não saiu qualquer notícia, o silêncio foi total e a reunião ficou registada nas histórias dos dois países como “*O espírito de Barajas*”.

Marrocos continuou a reclamar; os deputados da assembleia marroquina exigiam do governo a aplicação de medidas drásticas, aconselhando a utilização de meios militares. O Rei conseguiu acalmar os ânimos afirmando que havia instancias superiores a quem competia dar a solução, pois a força devia ser a última medida a utilizar.

De facto o governo marroquino levou este litigio às instancias internacionais superiores como à ONU, à Organização da Unidade Africana, ao Movimento dos não Alinhados e à Conferencia de Magreb, mas os resultados não lhes foram satisfatórios. Os argumentos espanhóis foram mais fortes e Marrocos não obteve o apoio que pretendia.

Em 1982 com a consolidação da democracia em Espanha, o governo Marroquino voltou à cena política com os argumentos – anexação daquelas cidades africanas – mas o governo espanhol passou o assunto para segundo plano na agenda do seu primeiro ministro.

Em 1985 e nos anos seguintes, para evitar abusos marroquinos o governo espanhol criou nova lei orgânica dos direitos e deveres dos estrangeiros que se aplicava sobretudo aos marroquinos, o que levou o governo de Marrocos a contestar tal procedimento.

Estas leis orgânicas permitiram um tratamento especial e facilidades de obterem autorização de residência e de nacionalidade aos espanhóis, aos ibero-americanos e aos cidadãos dos

países da Comunidade Europeia, mas não à população marroquina e a outros países africanos e asiáticos, mesmo que tenham nascido em Ceuta ou em Melilla.

Os protestos têm crescido, o que levou a Espanha a conceder algumas reivindicações. Com a entrada da Espanha na Comunidade Europeia foi-lhes solicitado ajuda económica que facilitasse a entrada de produtos marroquinos na Europa sem sobretaxas aduaneiras e outras fiscais a que normalmente estão sujeitos países não membros da União Europeia.

Pouco a pouco Marrocos tem conseguido realizar os seus intentos. Hoje Ceuta e Melilla são cidades com autonomia própria.

Ultimamente o rei de Marrocos procura criar um grupo de consenso, composto por personalidades dos dois reinos para que se faça uma reflexão sobre a entrega das suas cidades e acabar com o colonialismo espanhol.

Por seu lado a população de Ceuta e Melilla não estão de acordo com novas aberturas do governo espanhol. Nestas cidades a língua mãe é o castelhano e reagem mal a qualquer mudança de nacionalidade; o território tem que continuar a ser espanhol e por isso, para tirar as dúvidas que possa haver, solicitam que se faça um referendo para que assim se confirma o desejo da população daquelas duas cidades africanas.

O que se passa com estas duas cidades, para a Espanha, é precisamente o inverso de Gibraltar, em que tanto a população, como o governo inglês não estão de acordo com qualquer alteração ao “status quo”, a não ser que se dê uma maior autonomia ao “Rochedo”.

Tem-se conhecimento, não oficial de que o governo espanhol estaria de acordo em ceder ao pedido marroquino, desde que o Reino Unido entregasse Gibraltar à Espanha. Neste caso seria de todo o interesse questionar o governo português e/ou o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para saber qual seria o seu pensamento sobre a posse de Olivença. Seria o problema de Olivença levantado ou não haveria qualquer reação por parte dos responsáveis portugueses?

6. O Futuro de Olivença

A nova abordagem à situação de Olivença passa por observar o que se passa em Espanha a nível político-territorial; é um facto de que se poderá estar perto de uma desagregação territorial, o que leva a uma mutação, para um sistema confederado bastante descentralizado e com autonomia.

A nova abordagem à situação de Olivença proposta e desenvolvida por Paulo Estêvão assenta no princípio de que qualquer alteração, “...do *status territorial de Olivença*, terá de ser *impulsionada pelos próprios*, já que do Estado português só é *espectável uma atitude simples: não reconhece a soberania espanhola mas é passivo em todo o resto...*”⁴⁶

À questão : - Como seria financiada esta autonomia? É certo que do ponto de vista económico, esta autonomia teria que ser financiada, o que seria feito através das suas próprias receitas e de transferências a realizar pelos Estados português e espanhol e principalmente pelos Fundos Europeus, já que esta autonomia poderia ser de interesse da própria União Europeia. Olivença é hoje uma região de cultura mista, que poderia ser um bom exemplo para solução de outras situações similares.

Uma futura Região Autónoma de Olivença teria todas as condições para nos campos do Turismo, da Indústria e do Comércio ser um elo de ligação ao desenvolvimento.

Tal sistema daria a Olivença uma nova vida e seria a base do seu próprio desenvolvimento, porque hoje ela vive uma grave estagnação económica e social, apesar do seu desenvolvimento agrícola e de pecuária serem importantes, e dos seus produtos serem reconhecidos em toda a Extremadura, sendo Badajoz o seu principal consumidor. Contudo, nota-se que o desemprego é crescente, o que faz com que os oliventinos procurem cada vez mais a cidade de Badajoz, para aí encontrarem emprego; por outro lado, Olivença conhece um envelhecimento demográfico. Os tempos modernos exigem um contínuo crescimento, desenvolvimento e um acompanhamento das “coisas” modernas, o que também não acontece em Olivença a nível económico. O Estado espanhol, devido à sua actual situação financeira e económica também não pode, como fazia anteriormente, manter os níveis de apoio, que eram concedidos a esta e a outras comunidades, que são fortemente dependentes.

O General José Loureiro dos Santos concorda que não houve devolução de Olivença, por não ter havido um momento oportuno e que a definição de momento oportuno está ligado às condições próprias para se resolver; o momento oportuno podia ter aparecido se as

⁴⁶ - Estêvão, Paulo - *A realidade espanhola e Olivença*. – Cfr. Artigo publicado no *Boletim “Olivença Portugal”* de Março de 2007, nº. 7 – III Série, pp.4

potências extra-peninsulares tivessem atuado, e na altura própria definido de uma vez por todas a quem pertencia Olivença; assim a proposta teria (tem) de ser feita por Portugal e pela Espanha, da qual, naturalmente nunca partirá a iniciativa. Para Portugal, esse momento oportuno teria de coincidir com uma oportunidade estratégica favorável. No momento do regime da ditadura foi também dito não ser o momento oportuno para levantar a questão.

“... A percepção dos responsáveis políticos portugueses ao longo dos séculos XIX e XX foi sempre a de que tudo deveria ser feito para evitar uma crise aberta com a Espanha, pois tinham consciência de que a lógica do conflito existe entre os dois países, se poderia transformar num confronto aberto, muito desfavorável a Portugal; confronto aberto que até poderia ser convenientemente provocado pelos governantes espanhóis para fazerem esquecer os graves problemas internos, que os seus súbditos sentiam como efeitos deletérios dos traumas causados pelos enormes abalos nacionais que afetaram a Espanha. Dentro desta lógica de confronto, tornava-se quase impossível alterar as relações de forças de modo a surgir uma oportunidade estratégica que nos permitisse procurar resolver a Questão de Olivença junto dos espanhóis ...”.⁴⁷

Para o General, tendo em conta os acontecimentos, alguns mundiais, parece que a solução para a Questão está mais longe; porque segundo a lógica do confronto, tudo foi alterado pela natureza dos regimes vigentes; não terminou na guerra fria e só se deram modificações profundas com a democratização dos dois vizinhos ibéricos, com a queda do Muro de Berlim, com a globalização e sobretudo com o mercado comum europeu e o estabelecimento do espaço Shengen, que deram como resultado uma alteração profunda no contexto estratégico do relacionamento entre Portugal e Espanha.

Todas estas alterações, permitiram que hoje haja maior liberdade do movimentos, de bens, de pessoas e de ideias entre os dois países, e fez com que regiões naturais de um e do outro lado das fronteiras se tivessem aproximado, deixando até de haver uma certa rivalidade que anteriormente existia.

Hoje, nas relações Portugal Espanha existe uma cooperação/competição, sem dúvida, bastante saudável e salutar, permitindo o aparecimento de novas oportunidades conjuntas que poderão contribuir para uma solução que se procura para a Questão.

Também como já o afirmamos e o General Loureiro dos Santos está de acordo, com a conveniência de pôr fim a este contencioso, que pode, num futuro próximo ser um foco de atritos e/ou de conflitos; de facto, a História daquela região não acabou e o futuro é de facto incerto e pode ser perigoso. Há que acautelar.

⁴⁷ - General Santos, José Loureiro dos – parte do artigo publicado no Jornal O Publico em 14 de Março de 2008.

Ao terminar o seu artigo o General José Lourenço diz, que “ ... *Um futuro incerto é provavelmente muito perigoso. É bom acautelarmo-nos. Olivença é um problema que se pode agravar, mas podemos fazer dele um polo de atenuação de tensões entre os estados peninsulares. Não deve ser ignorada a realidade atual de Olivença, criada nos últimos dois séculos, pela administração espanhola (...) Olivença é, hoje, uma microrregião e com características distintas em relação aos portugueses como aos espanhóis. É como se a zona raiana tivesse aparecido como um elo de ligação entre os dois povos semelhantes a ambos, mas deles diferenciados (...) Para a solução desta questão são de afastar posições radicais, sem recuo e sem condições, antes recorrer-se a uma abordagem gradual e “soft”, com a tónica na cultura. Há que considerar a hipótese que permita aos oliventinos escolherem a dupla nacionalidade. Admitir mesmo a hipótese de se chegar a uma soberania partilhada sobre Olivença, como região especial de amizade e cooperação entre os dois países que, numa fase inicial, poderia considerar a hipótese de permitir que os oliventinos escolham a dupla nacionalidade e assumir vínculos políticos mais fortes com a Espanha do que com Portugal ...*”⁴⁸.

É sabido que a realização de um referendo à população de Olivença daria uma esmagadora maioria, à continuidade linguística – o castelhano – e continuarem a ser espanhóis. Esta verdade não pode desanimar aqueles que pensam que Olivença está irremediavelmente perdida, porque como sentimos há várias soluções para Olivença, o que não se pode pensar é que se obterá Olivença como se pensava noutros tempos, hoje a solução terá que ser tripartida.

No final da última década o Grupo Parlamentar do Bloco Nacionalista Galego impediu a aprovação de um Estatuto Regional da Estremadura, por não concordarem com o facto, de se deixarem de fora línguas próprias de certas regiões. Estes princípios podem ser o início de uma solução para Olivença e ir ao encontro de alguns desejos que o G.A.O. preconiza para aquela cidade.

⁴⁸ Idem.

Interior de igreja St^a Madalena



Fotografia 1

Praça Lisboa em Olivença



Fotografia 2

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>

Porta lateral da igreja Stª Madalena, séc. XVII



Fotografia 3

Porta da igreja Stª Maria do Castelo, séc. XIII e reconstruída séc. XVII



Fotografia 4

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Santa_Maria_Madalena

Conclusão

Para poder dissertar e compreender a situação de Olivença é necessário conhecer a sua História, conhecer como se deu o seu aparecimento e as lutas que os primeiros reis de Portugal travaram para consolidar a sua posse e a desenvolverem. Olivença dispõe de uma ótima situação geo-militar que lhe permitiu durante longos anos ser considerado um posto avançado de defesa e de ataque. Infelizmente num momento crucial deixou-se vencer, sem bravura e sem honra, por um exército espanhol, que entrou no seu castelo e invadiu as suas terras, sem que os militares disparassem um só tiro, sem serem molestados pelos militares portugueses, que sem discussão baixaram as armas. (vide Anexo II, parte A).

Referenciamos o seu desenvolvimento e relatámos os factos mais relevantes durante vários séculos e procurámos desenvolver com precisão os momentos que antecedem a sua conquista em 1801, pelo Generalíssimo Manuel Godoy. Deu-se atenção às manobras dos responsáveis portugueses durante mais de um século, que procuraram obter a retorno para Portugal de Olivença e do seu termo, mas infelizmente foi um trabalho sem sucesso e inglório, porque os responsáveis espanhóis, sempre souberam contrariar as intenções legais e justas dos portugueses.

A Espanha esteve prestes a entregar a Portugal aquela cidade, mas acontecimentos imprevistos e decisões da última hora levaram a Espanha a negar a retorno. Hoje, é difícil, senão impossível, recuperar Olivença, porque não está, no pensamento dos oliventinos alterar a sua nacionalidade. Também está hoje posta de lado a pratica da sua conquista pelas armas. (vide Anexo II, parte B).

O “Grupo dos Amigos de Olivença”, que é uma entidade privada, tem sido bastante ativo na luta pela recuperação e sabe que as hipótese são reduzidas, mas não deixa de apresentar soluções possíveis ligadas à independência de Olivença, como permitir que os seus habitantes, os ali nascidos possam obter a dupla nacionalidade.

O processo histórico, que a partir do século XII, conduziu à reconquista e consolidação por parte dos portugueses e a posterior anexação da vila e território de Olivença, em 1801, pela Espanha, podemos concluir que, a partir dos últimos acontecimentos houve sempre da parte espanhola uma determinação sistemática, ao mais alto nível, de manter o território sob a sua administração.

Esta determinação estratégica de unidade territorial tem sido uma constante da política, não se prevendo alterações de rumo, no atual quadro institucional. Este caminho traçado pela política externa espanhola não deixa de se apresentar ambíguo, e isto porque, por um lado

deseja resgatar Gibraltar para a soberania espanhola (rejeitando a validade do Tratado de Utrecht) e por outro, não permiti que sejam discutidas as questões de soberania de Olivença, Ceuta e Melila, impedindo que estas sejam abordadas em agendas diplomáticas bilaterais e multilaterais. A exceção a estas condicionantes da estratégia espanhola – ainda herdada do franquismo – ocorreu em 1975, com a *Marcha Verde*, no Saara ocidental, por pressão da Europa e dos E.U.A. Impedir a descolonização daquela parcela territorial, enfrentando um conjunto de países magrebinos podia desencadear um conflito regional, de consequências imprevisíveis, em contexto da Guerra Fria.

Olivença, Ceuta, Melila e Gibraltar constituem pequenos territórios com influência restrita que não colocam em conflito direto as relações bilaterais e multilaterais da Espanha com os países em disputa e da mesma forma como a Inglaterra desvaloriza a questão, a mesma atitude é seguida pela Espanha relativamente a Marrocos e Portugal, porque o tempo parece contar a seu favor; porém, *atrás de tempos, vêm outros tempos*.

Diga-se, em abono da verdade, que esta posição estratégica espanhola é relativamente ao processo, bastante recente. Com efeito, podemos mesmo referir, que o século XIX, até ao primeiro terço do século XX, os países tiveram outras preocupações, bem mais prementes do que tratem da questão da soberania do território de Olivença e neste sentido nem o mérito e desmérito de quem tentou resolver o assunto pode constituir um exemplo a seguir ... foram somente factos históricos ... com vantagem passiva para os anexadores.

Pelas informações disponíveis, podemos concluir que a questão de Olivença parece para os portugueses um assunto distante e apático, tanto ao nível político, como da opinião pública. Olivença tem sido para os portugueses um assunto da História do passado, que não se deseja lembrar, tanto mais que, no plano político e diplomático português, Olivença tem sido sistematicamente relegada para assunto secundarizado e, quando vem a lume a soberania do território, o tema é sistematicamente colocado a valores ultrapassados, de grande fogacho nacionalista.

È pena que hoje em dia se sinta nos portugueses um patriotismo despreocupado, porque, depois do Duque de Palmela, não se voltou a ouvir referenciar a usurpação espanhola de Olivença, nem tão pouco referenciar uma medida de atuação, pedindo justiça.

Por falta de preparação e visão política, por ausência de estratégia diplomática ou mesmo por cinismo político, a questão da soberania de Olivença parece ser assunto assente sem agitação, e se por um lado a posição espanhola aparenta ser cómoda, no caso de Olivença ela é igualmente frágil e limitada relativamente a Gibraltar e às cidades do norte de África. Com efeito, tudo parece apontar para que estas questões de soberania, embora à partida

distantes, estejam de facto interligadas e no caso da resolução de Gibraltar o resto se resolva por “efeito dominó”.

As reivindicações de soberania por parte da Espanha, relativamente à Inglaterra, acabam por ser idênticas às de Portugal relativamente à Espanha, não estando contudo esquecidas as marroquinas.

A atual situação irá continuar, o Ministério dos Negócios Estrangeiros continuará a afirmar que Olivença e o seu termo são portugueses, mas que, presentemente se encontra sob administração espanhola. Por sua vez, o Ministério dos Assuntos Exteriores dirá que Olivença é tão espanhola como o é a cidade de Badajoz. Para Portugal o Tratado de Badajoz está anulado, não tem qualquer valor jurídico; mas para a Espanha, o Tratado de 1801 é válido, está em vigor e dá total cobertura à posse de Olivença.

É nossa convicção de que tudo se irá manter na situação atual, na expectativa de que o tempo resolva definitivamente aquilo que os homens não foram capazes. Tudo se passará calmo e tranquilamente, a não ser que o futuro, mais ou menos próximo, se sirva de Olivença para criar uma situação de conflito, cujas consequências podem causar graves desentendimentos de dimensões não esperadas entre as duas nações Ibéricas.

O que demonstra a experiência é que não será certamente, da parte dos portugueses, que a política de “espalhafato mediático”, que um dia, poderá alterar a atual soberania de Olivença. Neste capítulo, o assunto aparenta contornos mais profundos, que podem estar relacionados com a necessidade de serenar, *tanto os de cá, como os de lá*, de que Olivença tem no presente uma História comum aos dois países Ibéricos e é nesse âmbito que se avança nas conclusões deste trabalho.

É pois ponto assente que numa relação de forças, a preocupação dos responsáveis políticos portugueses é de evitar qualquer tipo de confronto. Considerando todos os dados referenciados ficamos com a certeza de que Olivença deixará, com o tempo, de ser uma questão e passará a ser um dado adquirido e os portugueses compreenderão que a perda definitiva foi um pagamento ou um ajuste de contas com a Espanha, como se de uma indemnização se tratasse, devido às perdas e gastos militares sofridos durante a guerra das Laranjas em 1801, já que Portugal estava pobre e não podia fazer um pagamento em dinheiro e/ou em joias.

Com o tempo o G.A.O. e outras organizações congéneres deixarão de se ouvir e acabarão por se diluir no tempo, ficando apenas no conhecimento de alguns historiadores e de alguns curiosos da história particular da cidade de Olivença. O tempo tudo resolve e leva ao esquecimento, por mais dramática que tenha sido a luta.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- AZEVEDO, Pinheiro de (Almirante) - *“Olivença está cativa pela Espanha – Por culpa de quem ?”*, Edição do Autor, Impresso por: Tipave/Aveiro, 1982;
 - BESSA, António Marques, *“O olhar de Leviathan”*, Edição do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001;
 - CAJAL, Máximo, - *“Ceuta, Melilla, Olivenza y Gibraltar – Donde acaba España?”* – Edición Siglo Veintiuno, de España Editores, Madrid 2003;
 - CASTRO, José Ferreira Borges de, *“Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e demais potencias, desde 1640 até ao presente”*, - Tomo V – Lisboa, Imprensa Nacional- 1857;
 - CERVO, Amado Luiz- *“Inserção Internacional – Formação dos Conceitos Brasileiros.”*, Editora Saraiva, São Paulo 2008;
 - FERREIRA, José Medeiros, - *“Cinco Regimes na Política Internacional”*, Edição Fundamentos da Editorial Presença, Lisboa 2006;
 - GALLEGO, Gregório Torres, *“História de Olivenza”*, Edição do Autor, 3ª. Edição, Badajoz, 2007;
 - GARCIA, Rosa Maria Sánchez e LIMPO, Luís Alfonso, - *“El enclave de Olivenza”*, Edition Universidad de Extremadura, Caçares, 1994;
 - G.A.O, - *“Estatutos do Grupo dos Amigos de Olivença”* – Edição da G.A.O., Lisboa, 1980;
 - LARA, António de Sousa, *“O interesse Nacional, A política Externa Portuguesa e as Ideologias”* Edição Dislivro, Data (?);
 - LIMPO, Luis Alfonso, - *OLIVENÇA – Antologia Esencial (elementos para a sua historia)*, Edita Junta de Extremadura – Badajoz – ERE Editora Regional de Estremadura – 1994;
 - LIMPO, Luis Alfonso – *“Olivenza, Ciudad Abierta a dos Culturas”*, Cuadernos Populares nº. 4, - Edición de Consejería de Educación y Cultura. – Edición Regional de Extremadura, Badajoz, 1985;
 - LIMPO, Luis Alfonso, - *“Olivenza – “Las razones de España”* , Edición: Universitos Editorial – Ramón y Cajel 11 –Badajoz, Imprime Artes Gráficas - Prologo de Juan García Gutiérrez – 2005;
- MATIAS, Maria de Fátima Resende, *“Um lugar onde a língua portuguesa está em agonia – o declínio do português em Olivença”*, Edição da autora, 2007;
- PARRA, Victoriano, *“Ensaio sobre a tipografia e história de la Plaza de Olivenza”*, Badajoz, Edicion Archivo Extremeno, 1909;

- MARTINEZ, Pedro Soares, *“Historia Diplomática de Portugal”*, Edição Almedina, 3ª.edição, Setembro 2010;
- MOREIRA, Prof. Adriano *“Teoria das Relações Internacionais”*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996;
- OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de, - *“O Coronel Rodrigo Botelho e a Questão de Olivença”*, - Edição do Autor, em Lisboa, -Agosto de 2000;
- OLIVEIRA, Flóreo José, - *“A Questão de Olivença – Sempre viva e actual”*, Edição do Estudo Pórtico, Lisboa 1948, 125 páginas;
- PANA, Victoriano C. – *“Ensayo sobre la Topografía e Historia de la plaza de Olivenza “*, Archive Extremeño, Badajoz, 1909;
- PEREIRA, António Manuel, - *“ A Terra de Olivença, Como a Obtivemos e a Perdemos”*, Edição do Autor, Lisboa 1964, 26 paginas;
- PEREIRA, António Manuel, - *“ A Terra Portuguesa de Olivença”*, Edição do Autor, Lisboa 1971, 40 paginas;
- PIRES, Amadeu Rodrigues, - *“Crónicas Oliventinas – Sórora Maria da Cruz da Ordem Terceira”*, Edição do Autor, Lisboa, 1961;
- PIRES, Amadeu Rodrigues, - *“Crónicas Oliventinas – A Rainha D. Leonor de Portugal e a Santa Casa da Misericórdia”*, - Edição do Autor, 1963;
- SAMPAIO, Teixeira Sampaio, (Embaixador), - *“Relato e compilação de Elementos de Estudo sobre a Questão de Olivença”*, disponível no Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção de Limites;
- SAMPAIO, Luís Teixeira, - *“Estudo da Questão de Olivença (Perda desta Praça e Diligencias para a Reaver)”*, - Edição da Associação dos Amigos do Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa 2001;
- SANTOS, Victor Marques dos, - *“Reflexões sobre a problemática da avaliação de resultados em análise de política externa” in Discursos*, 3ª serie, Estudos em Memoria do Prof. Doutor Luís de Sá, - Universidade Aberta Estrangeiros. Lisboa 2000;
- SILVA. Alfonso Franco, *“ La villa de Olivenza, 1291-1801”*, Edição do Autor, 1981;
- VELOSO, Queirós, (Professor da Universidade de Lisboa,) - *“Como perdemos Olivença”*, Edição da Casa Ventura Abrantes, -Lisboa, 1939, 160 páginas;
- VENTURA, António, - *“ O combate da flor da Rosa / Conflito Luso-espanhol”*. Edições Colibri, 1996;
- VENTURA, António. – *“A guerra das Laranjas 1796-1801” – Edições Colibri, 1997;*
- Vários aurores, *“ Políticas Externas do Brasil e Portugal – Visões comparadas, sessões realizadas dias 12 e 13 de Maio de 2003”*, Edição do Instituto Superior de ciências Socias e Politicas, 2003;

CAPITULOS DE LIVROS

- GRANDE ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA – Editorial Enciclopédia, Lda./Resumira – Edições de Livros e Publicações, Lda. – Volume XIX paginas 418 a 425 (Olivença) ano2000;
- PALMELA, Duque de , “Discursos Parlamentares”, Vol. 1, pp. 186, Vol. II, pagina 27, 51 e 52”, Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Publicação da “Biblioteca El Mundo” – Produção do grupo Unidad Editorial,SA, documentado por Miguel Rozas Pasly. Volume 14º. – “Um grito unânime. “Gibraltar español”!

REVISTAS

- CAMPOS, Octávio Rodrigues – “ A Última Sessão Camarária da Vila de Olivença” – Separata do Semanário “Vila Ribatejana”, Outubro 1939, 17 paginas;

ESTEVÃO, Paulo – *A realidade espanhola e Olivença. – Artigo publicado no Boletim “Olivença Portugal” Janeiro/1975, nº. 7, III Serie*

PALESTRAS/CONFERÊNCIAS

- ALBERT, Ricardo Rosa y. – *A Questão de Olivença*” – Conferencia proferida em Macau. Edição do Centro de Informação e Turismo de Macau, em 20 de Março de 1969;
- ABRANTES, Ventura Ledesma, - *“A defesa da porta do Calvário da Vila de Olivença”* – palestra proferida no Circulo Gomes Sá, Edição do Autor, Lisboa 1994, 16 paginas;
- ABRANTES, Ventura Ledesma, - *“Olivença, A sombra da saudade”* – Tese apresentada no II Congresso do Ribatejo. Edição do Autor, Outubro 1949, 15 paginas;
- FERRÃO, António, *“A corte de D. Fernando VII de Espanha”* – Separata do Boletem da Sociedade de Geografia, nº.42;
- PIRES, Amadeu Rodrigues – *“Crónicas Oliventinas, Duque de Palmela, o Paladino da Restauração de Olivença”*, - Separata da Revista Portugal d`aquém e d`alem mar, Lisboa, 1951;

WEB

(http://pt.wikipedia.org/wiki/guerras_fernandinasa). – 02.05.2010.

(http://wikipedia.org/wiki.org/wiki/tratado_de_lisboa-1668). – 02.05.2010.

([http://www.olivença.org/história do grupo htm](http://www.olivença.org/história_do_grupo.htm)). - 07.07.2010.

(<http://www.igeoe.pt>).- 15.12.2010.

(<http://comunidade.sol.pt>). – 30.01.2011.

(<http://pt.wikipedia.org/wiki/Gibraltar>). - 15.01.2011.

ANEXOS

ANEXO I

Referente ao Anexo

Na comparação de relatos relacionados com Olivença, notam-se certas diferenças entre o que escrevem certos historiadores portugueses e espanhóis. Para que o presente trabalho tenha a fiabilidade que se pretende tomou-se a decisão de contactar o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Embaixada de Espanha, em Lisboa.

A carta escrita ao M.N.E. – Direção Geral dos Assuntos Europeus, era acompanhada de um questionário com 16 questões, sobre Olivença.

Da Direção Geral dos Assuntos Europeus recebemos um ofício, não com as respostas às perguntas formuladas, mas apenas uma informação sucinta. Anexamos cópia do referido ofício, mas sobre o qual não se fará qualquer comentário.

Pela mesma razão escrevemos à Embaixada de Espanha em Lisboa, uma carta que capeava um questionário de 11 questões. De imediato foi dito que em lugar de responder às questões, seria enviado um livro de um historiador espanhol, que responde não só às questões formuladas, mas também a outras que por ventura possam vir a ser a colocas sobre Olivença, sendo ainda referido, que o livro responde ao contencioso que Portugal diz existir sobre Olivença.

Passado que são mais de dez meses não foi recebido qualquer livro ou respostas as questões.

Em anexo: cópia do ofício nº. 03417/2011 do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direção Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

OF/INS/N.º S 03417/2011
Autor: HP
Proc.º: ES 3.4
Data: 15-06-2011

Exmo. Senhor
Dr. Eduardo Pereira Antunes
Rua Maria Pia n.º 500 r/c Frente
1350-203 Lisboa

C/c: Exma. Senhora
Prof.ª Doutora Raquel Patrício
Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas

ASSUNTO: Pedido de informações para elaboração de tese de mestrado

Em referência à carta de V. Exa., do passado dia 2 de Junho de 2011, e em resposta ao questionário que, a coberto da mesma, nos foi remetido, seguidamente se transmitem os comentários que, do ponto de vista das relações bilaterais políticas com Espanha, se consideram pertinentes.

À luz do Direito Internacional Público, Portugal mantém soberania *de jure* portuguesa sobre Olivença, com base jurídica numa série de tratados internacionais, desde o *Tratado de Alcanizes* de 1297 e incluindo o *Tratado de Paz entre Portugal e França* de 1814 e o *Acta Final do Congresso de Viena* de 1815. Apesar de a fronteira luso-espanhola se achar definida pelo Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, assinado em Lisboa, a 29 de Setembro de 1864, e pelo Convénio de Limites entre Portugal e Espanha, assinado em Lisboa, a 29 de Junho de 1926, a fronteira na zona de Olivença permanece por demarcar. Do ponto de vista do ordenamento jurídico interno, a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 5.º, número



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

1, estabelece que *"Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu"*.

Historicamente, Portugal levou a cabo diversas iniciativas junto das autoridades espanholas com vista a afirmar a sua posição quanto ao território de Olivença, tendo submetido a questão várias vezes à Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha. Portugal mantém a sua posição de não reconhecimento, explícito ou implícito, da soberania de Espanha sobre Olivença. Nenhum acto público do Estado Português implica o reconhecimento da soberania espanhola sobre aquele território.

Quanto às iniciativas de organizações da sociedade civil, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem dado resposta a todas as solicitações efectuadas sobre esta questão.

Com os melhores cumprimentos,


O Director-Geral
Nuno Matias
Director de Serviços

ANEXO II

A. OLIVENÇA – Origem e desenvolvimento de Olivença

A.1. De D. Afonso Henriques ao Tratado de Alcanizes

Bem cedo, D. Afonso Henriques empreendeu a conquista de novas terras, vilas e castelos aos árabes, que chegaram a ser senhores de quase toda a Península Ibérica. A Geraldo Galdes, um dos seus mais prestigiado e destemido militar, que ficou conhecido pelo “Sem Pavor”, foi-lhe dada a incumbência de continuar a luta contra os árabes e vencê-los, tendo então ele conquistado Trupillo, Montaches, Lobon, Badajoz, Alconchel e os campos de Olivença, ficando Portugal senhor de toda a margem esquerda do rio Guadiana até ao Oceano.

A povoação de Olivença não existia ainda, compreendia apenas vastas e verdejantes planícies, ótimos para a agricultura e pastorícia, o que levou os Almohades, tribos árabes, a reaver o que tinham perdido. Estas tribos eram de facto bastante ferozes e os seus ataques levavam tudo de vencida, o que obrigou os portugueses a retirar para norte, formando entre a Guarda e Ciudad Rodrigo uma linha de defesa

Perante este revés, D. Afonso Henriques não desarma nem desanima e ordena, desta vez ao seu filho, o Príncipe Sancho,⁴⁹ que recupere o que foi perdido, mas, o futuro rei, não se limita a defender os territórios já conquistados. Passa o Rio Tejo para Sul e ataca os árabes, e de vitória em vitória, chega às Portas de Sevilha e nos terrenos de Triana derrota mais uma vez os árabes Almohades.

D. Sancho é o segundo rei de Portugal, que continuou a luta contra os árabes doando o Castelo de Juromenha a um outro também celebre Mestre de Cavalaria que entre outras conquistas se apoderou dos campos de Olivença, que assim, pela segunda vez, entravam na posse do reino português, o que os árabes não aceitaram de bom grado e no ano seguinte recuperaram aquele território, fazendo os cristãos voltar às margens superiores do Rio Tejo.

Com a morte do rei D. Afonso II, sobe ao trono seu filho D. Sancho II que inicia uma nova campanha militar no Alentejo e de novo conquista Elvas, Moura, Serpa e Juromenha, que doou aos Cavaleiros do Templo⁵⁰, em paga dos relevantes serviços que eles haviam prestado no demorado cerco de Elvas.

⁴⁹ Mais tarde, Rei de Portugal, D. Sancho I – O Povoador

⁵⁰ Cavaleiros do Templo – Templários – Cavaleiros da Ordem Militar e Religiosa instituída nas vizinhanças - do antigo templo de Salomão e extinta pelo Papa em 1312. Cfr. *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*. Texto Editora. 6ª. edição. 2000.

Os Templários continuaram assim a campanha do Alentejo e aventuraram-se para lá do Guadiana, apoderando-se definitivamente dos campos de Olivença, de Alconchel, Bacarota e outras praças, designando a vila de Gerez de Cavaleiros, como sua principal sede.

Os campos de Olivença ficaram, assim, definitivamente livres dos árabes, o que foi aproveitado pelos pastores e agricultores, devido à fertilidade dos terrenos e à quantidade de água que chegava das encostas e das planícies circundantes.

Nestes campos, os Templários, para defesa daqueles alentejanos, que chegavam com certa periodicidade e para satisfazer as necessidades espirituais construíram a Igreja de Santa Maria do Castelo, um dos principais monumentos históricos e muito visitada pelos naturais e sobretudo por estrangeiros (portugueses). Fundou-se assim a Olivença de hoje.

No tempo do rei D. Afonso III, fixaram-se as linhas de fronteira. Mas, a chegada dos castelhanos significou, a conquista das terras que tanto custaram em vidas e em dinheiro aos Portugueses.

O rei de Castela, D. Afonso X, o Sábio, que tinha ligado o seu reino ao de Leão, viu as terras estenderem-se do Mar Cantábrico ao Sul da Península e como tinha riquezas e um forte exército, voltou-se para Portugal e iniciou a conquista das praças que ficavam para lá do Guadiana, inclusive a vila de Olivença.

Mais uma vez se notam as tendências dos Estados que com alguma riqueza e um poderio militar procuram limitar a acção dos países vizinhos, que não possuem tais rendimentos e se vêem por vezes obrigados a capitular e aceitar as condições injustas que lhe são impostas pelo usurpador. Aqui, D. Afonso X obriga D. Afonso III de Portugal a assinar o Tratado de Badajoz em 1267, ficando assim com todos os territórios que se situam entre os rios Guadalquivir e o Rio Guadiana, que passou a ser a nova fronteira entre os dois reinos.

Para minimizar estas perdas, D. Afonso III casou com D. Beatriz, filha do usurpador Afonso X, que como dote entregou parte do que tinha conquistado, desistindo assim e definitivamente da posse do Algarve e de cidades, terras e castelos, como Serpa, Moura, Olivença e outras, por se ter dado como certos que estavam injustamente em poder do rei de Castela e Leão.

Para a história espanhola o estabelecimento e o desenvolvimento de Olivença não se deu com o mesmo pormenor e certeza; historiadores como Jesus Ricon e E. Rodrigues Amaya ⁵¹ afirmam que o território aonde mais tarde surgiria a vila de Olivença foi conquistado aos árabes pelos Templários sim, mas ao serviço do então rei de Castela, Afonso X, que lhes

⁵¹ SILVA, Alfonso Franco, na sua obra “*La villa de Olivenza 1291-1801*”; Edição do Autor, 1981. Refere aqueles historiadores espanhóis. pp. 21.

doou as terras precisamente para desenvolverem as potencialidades do lugar, tendo sido edificado um castelo, muralhas e uma igreja que o tempo destruiu.

Por outro lado, o historiador Luís Alfonso Límbo, no seu trabalho sobre Olivença,⁵² diz apenas que foram os Templários portugueses ou castelhanos que fundaram um núcleo primitivo populacional, chamando a atenção que, tais factos, de quem criou Olivença, são irrelevantes, porque o importante foi o que aconteceu em 1297 – Tratado de Alcanices; Olivença passou a ser território português, tendo, recebido apoio em remodelações e ordens para construção de novas muralhas, castelo e a igreja de Santa Maria do Castelo.

Apesar de estar à disposição imensa literatura sobre o assunto, em arquivos e bibliotecas nacionais espanholas e portuguesas e de fácil consulta, não entendemos a razão, pela qual os espanhóis não dão relevo, aos acontecimentos anteriores ao Tratado de Alcanices.

Os portugueses e os Templários portugueses, já lutavam pela sobrevivência e desenvolvimento de Olivença quando no princípio não passava de uma povoação. Provavelmente os historiadores espanhóis não acham relevante o facto de os portugueses terem sido os primeiros a chegar aos campos de Olivença, duas vezes conquistada aos árabes e que foi mais tarde usurpada pelas tropas castelhanas. Ser o primeiro a chegar, lutar, perder homens e ter custos com as operações militares são grandes investimentos, mesmo para a época. Tudo isto dá uma determinada força e autoridade para afirmar, que mais uma vez, Portugal foi usurpado daquilo que lhe custou a adquirir, e a consolidar.

Na realidade, as relações que D. Afonso III tinha com D. Afonso X de Castela e também rei de Leão, não eram amistosas; só com o casamento de Afonso III com D. Beatriz, filha do rei de Castela, se criou uma certa paz e estabilidade, já que Afonso X entregou a Portugal alguns castelos, que havia usurpado, devolvendo agora a título de dote⁵³.

Com a morte de D. Afonso X, rei de Castela, subiu ao trono o seu filho bastardo D. Sancho IV, uma pessoa de maus instintos. que mandava matar e assassinava todos aqueles que não o apoiavam..

D. Beatriz procurou ajudar o seu pai Afonso X, mas com a morte deste, D. Sancho cujo mau carácter era notório e cheio de ambição, mostrou-se ofendido com a ajuda da sua irmã, e por isso, embargou todas as doações que seu pai tinha realizado a favor de Portugal e apoderou-se inclusive do Algarve, do qual se intitulou rei.

⁵² LÍMBO, Luiz Alfonso, “*Cuadernos Populares*”, nº. 4 – *Olivenza: Ciudad Abierta a dos culturas* – , pp. 44

⁵³ GALLEGÓ, Gregório Torres, *História de Olivenza*. 3º. Edição do Autor, 2007. pp. 25 e seguintes.

As lutas que D. Sancho IV continuou a manter com outros reis católicos da península e com os árabes enfraqueceu o seu poder militar e económico e D. Dinis, filho de D. Afonso III, achou que o momento tinha chegado, já que não conseguia recuperar as terras e castelos perdidos usando a boa vontade e até dando auxílio militar nas lutas com os árabes. Por duas vezes o rei castelhano prometeu devolver as terras que haviam conquistado, mas por duas vezes negou tais promessas.

Quando D. Sancho IV fez o seu testamento, ordenou à sua rainha e ao seu cunhado, o Infante D. Henrique, tutor de seu filho D. Fernando, que “ *...fossem devolvidas as vilas, as terras e castelos injustamente usurpadas à Coroa de Portugal, sem qualquer direito de voltarem a ser retiradas por Castela, e bem assim a realização dos casamentos dos Infantes das duas casas reinantes...*”⁵⁴.

Passado meio ano da morte de D. Sancho IV, o rei D. Dinis, conhecedor do testamento mandou um embaixador para reclamar o legado, o que lhe foi negado, trazendo para Portugal a notícia de que D. Fernando IV, rei de Castela e Leão era também rei do Algarve e senhor de todas as cidades, vilas e castelos que tinham sido anteriormente conquistados pelos reis portugueses.

Apesar de ter ficado muito sentido, D. Dinis enviou outro embaixador para que informasse D. Fernando e os seus tutores de que deviam preparar-se para a guerra com a intenção de conquistar o que por direito era de Portugal.

Mas, mais uma vez o rei D. Fernando IV mandou dizer que concordava em entregar as terras, os castelos e as vilas, promessa que não cumpriu, enveredando por um caminho de retaliações, que no domínio do direito vigente ao tempo se poderia já referenciar como burla, usurpação ou logro, ficando assim as fronteiras por demarcar.

D. Dinis fez com o rei de Aragão, D. Jaime, seu cunhado, uma aliança à qual associou D. Afonso de Lacerda, irmão do rei de Castela.

Em Agosto de 1296, com o acordo destes aliados, D. Dinis informou mais uma vez o rei de Castela que não tolerava tanta pérfida e tanta falta de respeito, e por isso começou por invadir o reino de Leão, passando por Ciudad Rodrigo, Salamanca e Tordesilhas, levando tudo e todos a ferro e fogo, queimando, matando e de regresso a Portugal, conquistou ainda Riba-Coa, Campo Maior, Ouquela, Alvalade e Olivença; tudo o que tinha sido português voltou ao reino.

⁵⁴ Albery, Ricardo Rosa y, - *A Questão de Olivença*, pp. 9, – Edição do Centro de Informação e Turismo de Macau (1969).

Na Primavera do ano seguinte, D. Dinis e os seus Aliados prepararam novas conquistas, quando, o rei D. Fernando IV propõe a paz e promete mais uma vez, satisfazer as pretensões do rei português e para tornar a sua promessa efectiva e real, propõe que se realize o seu casamento com D. Constância, filha de D. Dinis e o de sua irmã com o Infante português, D. Afonso⁵⁵.

D. Dinis obrigava assim os castelhanos a reunir as Cortes de Zamora e o embaixador D. Afonso Gusmão foi enviado à Corte Portuguesa, comunicando que a resolução era a de que cumpriria integralmente o testamento de D. Sancho IV.

Realiza-se então, a 12 de Setembro de 1297, o célebre Tratado de Alcanices, no qual ficam para sempre incorporadas, a Portugal, as terras de Riba-Coa e as vilas de Juromenha, Ouguela, Campo Maior e Olivença, isto é, Castela reconhece a Portugal a posse definitiva das terras e castelos conquistadas por D. Sancho IV e por seu lado os portugueses devolvem a Castela as vilas de Arroche Aracena, que D. Dinis considerava serem portuguesas, mas como terá dito “...*nos tratados temos, por vezes que perder algo, se quisermos ganhar o que pretendemos...*”⁵⁶.

A.2. Do rei D. Dinis ao rei D. Manuel I

De imediato, inicia-se a valorização de Olivença, criando-se melhores condições de vida para todos os portugueses que tinham fugido para outras cidades alentejanas, onde se sentiam mais protegidos dos assaltos castelhanos. Uma outra razão, que levou o Rei a valorizar Olivença, deve-se à sua posição geográfica, porta de acesso a Portugal em caso de novas investidas castelhanas.

D. Dinis tomou várias medidas que permitiram que a população crescesse e assim se consolidasse Olivença, como um importante bastião, dando-lhe o título de vila e os mesmos privilégios que dera à cidade de Évora e a outras povoações singularmente importantes, devido ao seu real interesse estratégico. Daí a necessidade de fortalecer esta região fronteiriça tão importante.

Assim, em 1306 inicia-se a construção do castelo e da muralha, cimentada na primitiva cerca dos tempos dos Templários, que se encontrava bastante arruinada, pelo tempo e por falta de obras de conservação. Esta nova muralha compreendia catorze torres e nove portas, que tiveram como arquitectos os cavaleiros da Ordem dos Templários.

⁵⁵ - Infante D. Afonso, futuro Rei de Portugal – D. Afonso IV – “O Bravo”.

⁵⁶ Gallego, Gregorio Torres – “*História de Olivenza*”. Edição 2007

Destes factos existe no Museu Etnográfico de Olivença uma pedra mármore que relata ...
*“...A primeira pedra de este castelo foi posta em dia de San Migvel e colocou aqui Pero Lorenzo do Rego en tempo do rei D. Dinis era de mil tresentos e quarenta e quatro anos...”*⁵⁷.

D. Dinis procura enriquecer, desenvolver e valorizar Olivença, dando o mesmo impulso que tinha sido dado às cidades alentejanas, recebendo os seus usos e costumes, desenvolvendo uma indústria que dependia da sua agricultura, feita com alma, com espiritualidade, passando a usar um dialecto próprio e característico. Com D. Dinis, a vila de Olivença deixou de ser uma insignificante povoação; desenvolveu-se, com uma vida agitada, tornando-se com o tempo, numa povoação trabalhadora crescente, com muralhas de difícil acesso e ruas direitas espaçosas, com belas igrejas, conventos, hospitais, residências tipicamente alentejanas e portanto portuguesas.

Afonso IV, em 1335, numa das esquinas das muralhas, mandou levantar o palácio e a torre principal, que devido à falta de pedras, impôs que derrubassem várias casas e com elas terminassem os trabalhos em 1337.

Segundo Gregório Torres Gallego⁵⁸, na sua obra *História de Olivenza*, “... em 1337, sem que houvesse uma razão aparente, a guerra entre portugueses e castelhanos deu-se de novo. No verão 1337, as hostes castelhanas, com o seu soberano Afonso XI à frente, fizeram cerco a Olivença; sendo referido por alguns historiadores que devido a doença do Rei, este teve que regressar a Badajoz e as tropas retiraram-se...”⁵⁹.

Diz ainda o referido autor que há outros historiadores, e entre eles o português Ventura Ledesma Abrantes, que afirma que as tropas de Castela conquistaram a vila na data atrás referida e que permaneceu em poder de Castela até 1371. Diz ainda o referido Gregório Torres Gallego que há autores portugueses, e nomeia apenas Carlos Luna, em “Nos caminhos de Olivença”, que afirma “ ... Olivença pudo pasar de nuevo a domínio português en 1340...”⁶⁰.

⁵⁷ Gallego, Gregorio Torres – Descrição de Victoriano Parra e recolhida por Jesus Ricon. – O acontecimento deu-se de facto no ano de 1306, mais concretamente a 29 de Setembro desse ano – Cfr. “História de Olivenza” - Edição do autor – 3ª. Edição de 2009 – pp. 32

⁵⁸ Idem pp. 33

⁵⁹ Gregório Torres Gallego – *História de Olivença*. – Autoedition, Estremoz, 1994 pp. 33.

⁶⁰ dem, pp. 35.



Fotografia 5

Igreja de Nossa Senhora Do Castelo



Fotografia 6

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_Santa_Maria_Madalena

Quanto a Ventura Ledesma Abrantes, nada encontramos nos escritos a que tivemos acesso que falasse deste episódio de guerra. O mesmo se nota nos trabalhos de Ricardo Rosa e também, J. M. de Queiroz Velloso, professor da Universidade de Lisboa escreveu “ ... *Direi apenas que desde 1297, pelo Tratado de Alcanices, celebrado entre D. Dinis e D. Fernando IV, de Castela se fixou definitivamente a linha de fronteira e Olivença ficou pertencendo a Portugal, que durante cinco séculos⁶¹, nunca a Espanha reclamou esse território, nem tão pouco contestou a legitimidade de posse...*”⁶².

Gregório Torres Gallego escreve ainda “... *Otros historiadores, como Ventura Ledesma Abrantes afirman que las tropas de Castilla acabarían tomando la villa antes que acabase 1337, Olivenza permaneció en poder de este reino español, durante treinta y cuatro anos, hasta que volvió a Portugal por el Tratado de Alcoutim de 1371...*”⁶³.

Ora, o Tratado de Alcoutim, celebrado em 31 de Março de 1371, entre os reis D. Fernando I, de Portugal e D. Henrique II, de Castela, tinha como assunto principal o compromisso em manter boas relações com o Rei de França.

Este tratado está incluído nos três períodos de guerra que as fontes referem como as “Guerras Fernandinas”⁶⁴, tendo cada período terminado com a assinatura de um tratado de paz. O primeiro período ou fase deu-se entre 1369-1370 e terminou precisamente com o Tratado de Alcoutim, no qual também foi considerado e legalizado o casamento entre D. Fernando e Leonor de Castela, filha de Henrique II. O rei português, entretanto, apaixonou-se por D. Leonor Teles de Menezes, mulher de um fidalgo da corte, o que criou alguma insurreição interna, mas não qualquer conflito com o rei castelhano, já que ele casou, de seguida, a sua filha Leonor com D. Carlos III, rei de Navarra, não tendo por isso, sido criado qualquer contencioso entre os reinos de Portugal e Castela⁶⁵.

Parece, pois que o referido Tratado de Alcoutim não referencia Olivença, como tendo sido doada ou entregue de novo a Portugal. Somos assim levados a acreditar que, com a divulgação, se pretende tirar a Portugal o que, principalmente, os reis portugueses realizaram naquela vila, já que, como ficou dito, D. Dinis investiu fortemente no seu desenvolvimento e nas terras circundantes e que a ela lhe pertenciam.

⁶¹ Na realidade Castela/ Espanha sempre procuraram recuperar Olivença, principalmente no interregno da História de Portugal e no conflito da independência de Portugal em 1640 e anos seguintes.

⁶² Velloso, J.M. Queiroz, *Como se perdeu Olivença*, Edição Casa Ventura Abrantes, Lisboa, 1932, pp. 8.

⁶³ Gregório Torres Gallego – *História de Olivença*. pp. 36.

⁶⁴ As chamadas “Guerras Fernandinas” podem ser divididas em três períodos: 1ª. 1369-1370; 2ª. entre 1372-1373 e por último a de 1381-1382. Cada um destes períodos acabou com um tratado de Paz, respectivamente, Tratado de Alcoutim (1371), Tratado de Santarém (1373) e Tratado de Elvas (1382), Cfr. http://pt.wikipedia.org/wiki/guerras_fernandinas., em 02.05.2010.

⁶⁵ Idem.

Depois de D. Dinis, Olivença continuou a crescer. Todos os reis, ou quase todos, que lhe sucederam mostraram preocupações quanto ao crescimento da vila, como foram as acções de D. João I, D. Afonso V e D. Manuel I, que confirmaram alguns importantes privilégios.

D. João I concedeu benefícios a várias personalidades de Olivença, sobretudo a fidalgos da sua confiança e que aprovaram a sua candidatura ao trono. D. Duarte, apesar de um curto mandato (1433-1438), também concedeu privilégios mandando construir um bairro para os judeus. O rei D. João II (1481-1495) fez erguer no recinto, junto ao Palácio a Torre de Menagem ou Torre do Rei a mais elevada da Península Ibérica, dotando-a de um fosso inundável, visando dificultar os trabalhos de sapa, em caso de assédio. Esta Torre tinha 35 metros de altura, e a ela se acedia por rampas que permitiam o acesso de peças de artilharia; do alto desta Torre pode observar-se a cidade de Badajoz.

D. Afonso V, O Africano (1438-1481), devido às suas conquistas no norte de África, mandou realizar obras de conservação e melhoramentos nos diversos monumentos existentes e por outro lado distribuiu terras pelos heróis que cometeram grandes feitos naquelas batalhas.

Mais obras, mas de carácter defensivo, realizaram-se no tempo do rei D. Manuel I (1495-1521), como melhoramentos na antiga cerca fernandina, e obras militares como a Ponte da Ajuda, sobre o Rio Guadiana, que se destinava a assegurar a ligação de Olivença às cidades portuguesas do Alentejo e permitir um fácil acesso de tropas que viessem em defesa da vila.

Esta importante ponte com trezentos e oitenta metros de comprimento e cerca de cinco e meio de largura apoiava-se em dezanove arcos, com uma torre ao centro, que foi destruída, durante a Guerra da Sucessão Espanhola, em 1709, tornando-se assim inacessível.⁶⁶

As razões destes trabalhos e preocupações dos reis portugueses estavam, sem dúvida, ligadas à importância militar, devido à situação geográfica, para a qual se tornava necessário ter uma estratégia que evitasse qualquer intenção de usurpação por parte dos espanhóis.

Mas a importância dada a Olivença não foi apenas militar, teve grande relevo o facto de a vila ter sido elevada a sede episcopal do Bispado de Ceuta e por ser ali a residência oficial de Frei Henrique de Coimbra, religioso importante, por ter sido quem celebrou, no Brasil, a primeira missa.⁶⁷

⁶⁶ LIMPO, Luis Alfonso. *Olivença: Ciudad Abierta a dos Culturas*, pp. 9

⁶⁷ Idem, pp. 12

Devido à permanência de Frei Henrique, foi construída uma residência própria a que se chamou o “Cerco do Bispo”, cujas obras se iniciaram no ano de 1513, da qual hoje existe apenas a estrutura exterior, que os oliventinos procuram conservar.

Na época, outros importantes edifícios foram levantados, como a Igreja de Santa Maria Madalena, o Convento de São Francisco e a Santa Casa da Misericórdia, todos construídos dentro do estilo manuelino, que dão ainda hoje, a Olivença, um certo esplendor e grandeza.

Em 1510, D. Manuel I, necessitando de reorganizar as finanças, devido à falta de dinheiro para investir na construção de naus e nos encargos relacionados com as viagens marítimas pelo Oceano e em particular pela costa Africana, aprovou, em Santarém, novas regras a seguir no futuro, respeitantes a impostos, principalmente sobre mercadorias, o que teve grande efeito em Olivença. A prová-lo, existe um documento conservado no arquivo municipal da cidade, o qual começa por indicar que Olivença era considerado um dos “dez portos secos”, que se encontravam ao longo da fronteira terrestre com o reino de Castela, cujo o objectivo era precisamente o de colectar todos os produtos que entrassem ou saíssem do reino português.

Em 1520, com um novo floral, criaram-se listas de produtos e os respectivos impostos a pagar dentro de cada município, revertendo os valores cobrados a favor do Soberano e dos respectivos senhores feudais, que por sua vez também contribuía para as despesas do Reino, sobretudo para a manutenção das tropas necessárias à defesa e aos trabalhos marítimos.

Outro aspeto do referido documento dava relevo à forma e à responsabilidade da cobrança de impostos e de taxas pela passagem do Rio Guadiana, aos negócios e outras transacções que se faziam com a cidade de Elvas, sobretudo com os escravos, animais vivos e de carga ou não, havendo a obrigatoriedade de registo, como se tratasse de um porto aduaneiro.

Nestas ordenações não constavam apenas listas de produtos e impostos a colectar, elas continham também medidas de protecção às populações e princípios que procuravam proteger a vida municipal de forma a desenvolver a agricultura, o comércio e a melhorar a vida em Olivença.

A.3. A perda da Independência – 1580

Em 1580, morre o Cardeal D. Henrique, que seria o último rei da dinastia de Avis, e desde então, por herança, passa a governar Filipe II de Espanha, que será Filipe I de Portugal, que não trouxe nada de novo para Olivença até porque uma parte da população aceita, em princípio com agrado, a junção dos dois países.

O espanhol D. Pedro Velasco, ao tomar posse de Olivença como governador, em nome de Filipe II de Espanha, encontrou uma povoação rica, bem fortificada e procurou dar-lhe algumas regalias para aliciamento dos mais renitentes em aceitar esta união ibérica. Com a revolta do Duque de Bragança, Olivença de imediato e a uma só voz, proclamou-o como o novo Rei de Portugal.

De imediato, as tropas espanholas avançam sobre Olivença para obrigarem os oliventinos a respeitarem o rei de Espanha, na altura Filipe IV, mas de pouco valeu o incentivo. D. Matias de Albuquerque, governador do Alentejo, entrou na cidade e expulsou os espanhóis e ordenou a reparação das fortificações, modernizando-as, adaptando-as às novas técnicas de guerra, já praticadas pelos espanhóis, que realizaram várias tentativas que foram rechaçadas, apesar das inúmeras perdas.

É de referenciar o caso da famosa “Porta do Calvário”, hoje monumento municipal e ponto de visita obrigatório de todo o turista que vá a Olivença. A “Porta do Calvário” está relacionada com a heróica defesa dos oliventinos – homens e mulheres – aquando do ataque do espanhol Conde Monterry, na noite de 16 para 17 de Setembro de 1641, em que lhe foi infligida uma terrível e vergonhosa derrota, sendo obrigado a retirar, deixando no campo de batalha mais de 800 homens, entre mortos e gravemente feridos.

Em consequência deste grande feito, as autoridades decretaram que a partir daquela data, o dia 17 de Setembro seria dia feriado, com saída de uma procissão da famosa Igreja de Nossa Senhora de Madalena até às “Portas do Calvário”.

Apesar daquela derrota, os espanhóis não desistiram de conquistar Olivença e assim em dezoito de Junho de 1645, mais uma vez se encontravam às portas de Olivença, com um numeroso e poderoso exército comandado pelo famoso Marques de Leganés.

Também este ataque espanhol está cheio de acontecimentos importantes, um dos quais não queremos deixar de referenciar. Uns anos antes, em Olivença construiu-se uma nova cintura de muralhas mais eficientes, cujos planos e obra estiveram a cargo de um excelente engenheiro militar jesuíta e holandês, de nome, Juan Pascasso Cosmander, que por sua fatalidade caiu nas mãos dos espiões do Marquês de Leganés, que o prenderam e torturaram até que facilitasse os planos das fortificações e os pontos mais fracos, e ainda assim e apesar de toda a violência e força do assalto espanhol estes foram vencidos e obrigados, mais uma vez, a retirar; o engenheiro holandês não foi afortunado pois, ao ser posto em liberdade e ao entrar em contacto com os oliventinos, foi de imediato fuzilado por estes.

A derrota enfureceu o Marquês de Leganés, que ao retirar mandou destruir a Ponte da Ajuda, de que ainda hoje se vêem as ruínas.

Para compreender não só o poderio das tropas portuguesas e a força dos habitantes de Olivença, estes perseguiram os espanhóis, atacaram a vila espanhola de Valverde de Leganés, destruindo casa a casa, seguindo-se a destruição de outras vilas, queimando-as e tudo arrasando, como as importantes vilas de Alconchel e Cheles.

A Espanha achou que tal fim era, para si, vergonhoso e preparou uma nova investida sobre Olivença. Em 1657, com um novo exército de mais de 40000 infantas e 4000 cavaleiros, sob o comando do Duque de San Germán colocaram cerco à cidade e bombardearam-na, dia e noite, destruindo muralhas, portas e casas. Como Olivença não dispunha de mais de 1300 homens e 1200 soldados chegados de Évora, a 30 de Maio de 1657, rendeu-se, mas os oliventinos – excepto uma trintena de indivíduos simpatizantes dos espanhóis – abandonaram a cidade e emigraram para o Alentejo, apesar das garantias do Duque de San German para ficarem, pois nada lhes aconteceria.

Olivença regressa de novo à posse de Portugal, quando a Espanha e Portugal realizam um Tratado de Paz que teve lugar em Lisboa em 1668 ⁶⁸, o que permitiu o regresso da população emigrada em 1657, mas das 1500 casas que compunham Olivença, apenas 400 voltaram a ser habitadas pelos oliventinos que tinham partido.

Olivença esteve assim sobre o poder da Espanha durante onze anos, durante os quais não foram realizadas obras de melhoramentos, pelo contrário a vila ficou mais pobre, devastada devido aos roubos realizados pelos militares espanhóis durante a ocupação e a sua retirada.

⁶⁸ Tratado de Lisboa, que foi assinado em 13 de Fevereiro de 1668 entre Portugal (Príncipe Regente D. Pedro em nome do incapacitado D. Afonso VI) e a Espanha (Mariana de Áustria em nome de Carlos II - menor), que viria a pôr fim à Guerra da Restauração. Por este tratado a Espanha reconheceu a independência de Portugal e devolvem-se prisioneiros e conquistas incluindo Olivença, com excepção da cidade de Ceuta, que ficará na posse de Espanha. ([http://wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_\(1668\)](http://wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_(1668))) em, 05.02.2010.

A Ponte da Ajuda



Fotografia 7



Fotografia 8



Fotografia 9

Fonte: <http://www.portalalentejano.com>
<http://farm2.staticflickr.com>
<http://www.imensosul.pt/site/images>

Depois do Tratado de Lisboa, os responsáveis portugueses procuraram reconstruir Olivença, mas devido à situação económica do país, foi um processo demorado e disso se queixou o príncipe regente português D. Pedro, que por diversas vezes, diretamente ou por carta ao Governador do Alentejo, D. Dinis de Melo e Castro, o chamou à atenção para os trabalhos de reconstrução a realizar com urgência.

Olivença foi assim um ponto de discórdia de fronteira entre os dois países e várias foram as causas que levaram a que na cidade, durante 500 anos, se dessem conflitos, o que motivou alternativas de nacionalidade à sua população. Para Castela e depois para Espanha, Olivença era portuguesa, mas sempre foi um espinho cravado no que ela considerava ser seu território natural pela simples razão de Olivença ficar junto do Rio Guadiana. Castelhanos e depois espanhóis sempre consideraram que naquela região, as fronteiras naturais deviam ser as dos rios Guadalquivir e Guadiana.

Olivença sendo portuguesa incomodava, como era o caso da alta Torre de Menagem ou Torre do Rei, que permitia avistar a cidade de Badajoz, bem como os terrenos que ligavam as duas cidades; mesmo em tempo de paz, quando ali havia obras de melhoramentos, várias vezes despertou natural desconfiança e receio aos Reis Católicos, que se dirigiram aos Reis portugueses, solicitando que tais obras não se fizessem, porque, faziam pensar, que os portugueses se preparavam para futuras guerras e consequentes ataques.

Na realidade, os portugueses sempre demonstraram o desejo de transformar Olivença num verdadeiro baluarte, num forte centro militar, capaz de resistir a todas as investidas do vizinho, sabendo quão grande era a importância de Olivença para os espanhóis.

Além das razões expostas, Olivença era igualmente um ponto estratégico no domínio de Badajoz. Para os espanhóis a posse de Olivença pelos portugueses fazia com que Badajoz se encontrasse entre duas colheres de uma tenaz – a sul Olivença e poente, Elvas. Tal situação colocava Badajoz numa posição insustentável em caso de guerra, pois que Badajoz era a “ponta da Estremadura espanhola”.

Cardeal Rei D. Henrique e Felipe II de Espanha



Figura 6



Magnífico grabado de 1597 que nos muestra al gran rey Felipe II en los últimos años de su vida. Este monarca consiguió realizar el viejo sueño de unir a toda la Península Ibérica bajo un solo cetro, aunque para ello tuvo que aplastar la resistencia de algunos nobles portugueses apoyados por Francia e Inglaterra. En 1580 el rey llegó a Badajoz y envió desde allí sus heraldos a Olivença, donde recibieron el homenaje de las autoridades locales.

Figura 7

Fonte: <http://dquixote.no.sapo.pt/images/>
Oferta da biblioteca de Olivença

Se Portugal conquistasse Badajoz, a Estremadura ficava exposta e com facilidade se conquistaria Jerez de la Frontera, o que os espanhóis não queriam. Olivença em poder dos Portugueses era ainda a “ponta de lança” que protegia Elvas e todo o Alentejo.

Esta problemática geoestratégica foi uma constante, aliás, a tomada de Badajoz, por D. Afonso Henriques, teve como pressuposto a tomada de Elvas, os terrenos da futura Olivença e Cáceres, que eram as fortalezas que asseguravam a defesa da cidade, capital do reino árabe de Taiga.

B. Preocupações com a perda de Olivença

B.1. O que dizem os espanhóis sobre Olivença

Referenciámos no início que a História do aparecimento, do nascimento e do desenvolvimento de Olivença não é contada da mesma modo em Portugal e em Espanha; há factos retirados e outros acrescentados, há alterações assim como hipóteses lançadas que podem ou não terem razão de existirem.

À pergunta, porque o território português não faz parte de um só país da península, obtêm-se várias respostas e entre elas a geografia física ajuda a compreender como foi forjada a sua identidade e a sua independência. A fronteira terrestre é de 1209 kms., e cerca de 800, corresponde a dois terços de rios e ribeiros que fixaram os limites políticos. As curvas do rio Douro colocam a jusante a cidade espanhola de Zamora, como as do Guadiana a cidade de Badajoz; daí a influência dos rios para Portugal. Notar quando eles deixam de correr em planícies ou planaltos e se metem por fundas gargantas facilitam não só a criação dessas linhas de fronteira, como também facilitam a defesa ou complicam os ataques.

Desde a formação de Portugal que se tornou necessário definir as fronteiras com os outros reinos, e os rios Minho e Douro tiveram uma influência importante e para os locais onde não havia rios para demarcar, as divisões eclesiásticas pertencentes às dioceses de Braga e de Orense foram importantes para o efeito.

Os reinos, principalmente o de Castela e Leão aceitaram o aparecimento de Portugal, com um certa escusa, esperando que uma nova situação aparecesse para o subjugar. Como essa oportunidade não se deu com naturalidade, em 1158 Fernando II de Leão e seu irmão Sancho III, de Castella – filhos do Imperador Alfonso VII -, tomaram a decisão de conquistar o território, já então português. Este projecto, também, fazia parte a conquista de todo o território ainda muçulmano.

A morte prematura e imprevista de Sancho III, no final daquele ano e não vendo D. Fernando II a possibilidade de dar continuidade ao projecto com os sucessores do reino de Castella, voltou-se para D. Afonso Henriques, com quem fez um novo acordo, que assentava, na partilha do Sul da Península, servindo o rio Guadiana de futura fronteira desde Badajoz até à foz; assim Portugal obrigava-se a vencer e a expulsar os muçulmanos até ao Algarve inclusive, sempre na margem direita do rio; ele, Fernando II preocupar-se-ia com o território da margem esquerda do referido rio. Tal contrato evitaria no futuro lutas entre os dois e seus sucessores.

Com D. Sancho II, rei de Portugal e dentro do que ficou combinado com seu pai, expulsa os mouros em Elvas e Juromenha do lado direito do Guadiana. Com a morte de D. Alfonso IX,

Castela e Leão unem-se de novo e agora definitivamente numa só coroa, a de D. Fernando III, o cognominado “O Santo”, que procurou fazer novas conquistas no território muçulmano, mas como tinha problemas com os outros reinos cristãos da Península, a primeira preocupação foi descorada em favor da segunda, o que levou D. Sancho II a criar alternativas. O rei de Portugal sentia-se limitado à franja de terra situada entre o Oceano Atlântico e o Rio Guadiana, correndo grandes perigos porque do outro lado do rio os muçulmanos ameaçavam constantemente reconquistar o que recentemente haviam perdido a favor de Portugal.

Para resolver esta situação embaraçosa, só havia um caminho, combater os muçulmanos do outro lado do rio, e foi o que D. Sancho II fez, vencendo e conquistando novas terras e fortalezas como Moura e Serpa e mais tarde Arroche e Aracena.

D. Fernando II, entretanto continuava com graves problemas militares com os outros reinos cristãos da península, por isso tomou a decisão de pedir auxílio às Ordens Militares o encargo de conquistarem terras e fortalezas aos muçulmanos para Sul e tornarem essas terras produtivas; mas, a sua derrota ao tentar conquistar Sevilha, marca o seu reinado, e Portugal, por seu lado continua a combater na parte esquerda do rio Guadiana e conquista mais as fortalezas de Mértola, Aiamonte, bem como do lado direito Tavira e grande parte do Algarve. Os Reis de Portugal procuravam com estas conquistas ao Sul ficarem mais perto do Mar Mediterrâneo, pólo estratégico de grandes transacções comerciais.

Em 1250, Portugal conquista Faro, Albufeira, Loulé, Silves e Aljezur, dando assim por fim à conquista definitiva de todo o Algarve.

As conquistas portuguesas no Alentejo, na Estremadura e do Algarve impacientaram o rei D. Fernando II o que o levou a criar litígios que só terminaram com a intervenção do Papa , promovendo o casamento da filha do Rei de Castella, com o rei de Portugal Afonso III, que levou à realização do Tratado de Ciudad Rodrigo, em 5 de Junho de 1264, sendo ratificado pelo Tratado de Badajoz em 16 de Fevereiro de 1267, que promoveram as soluções para todos os pontos de litigio existentes.

Apesar da realização dos tratados referenciados, D. Sancho IV não devolveu as terras, castelos ou praças que havia indevidamente conquistado a Portugal. D. Sancho IV faleceu em Abril de 1295 e o trono ficou em poder da Rainha D^a. Maria Molina, que como regente, enquanto o Infante D. Fernando não atingisse a maioridade, também não entregou o que devia ao Rei de Portugal, D. Dinis, que entretanto fez alianças com os inimigos de Maria Molina e alegando incumprimento dos tratados reconquistou as terras que lhe pertenciam e outras, até que recebeu emissários de Castella, com propostas de paz e com o desejo de

repor a verdade dos factos, sendo também devolvida a Praça de Olivença, que era um praça bem fortificada⁶⁹.

Nota-se mais uma vez que os historiadores e cronistas espanhóis tem outra versão da origem e crescimento de Olivença; mas, ainda hoje quando a visitamos, sente-se em tudo a presença portuguesa na praça, nos monumentos, nas igrejas, nas casas senhoriais, nas muralhas e nas ruas.

Estas deturpações da História de Olivença servem sobretudo para demonstrar que aquela praça já foi espanhola e que eles é que a conquistaram aos muçulmanos e iniciaram as primeiras construções e determinaram o seu crescimento e na base destes factos forjados vêm os pareceres jurídicos e históricos mais ou menos embelezados por doutos intelectuais, que acrescentam aqui e ali factos a favor da sua História.

Máximo Cajal⁷⁰, confirma que a Paz entre Portugal e Espanha regressou a 6 de Junho de 1801 e pela primeira vez Olivença passou a ser território permanente da Coroa espanhola. As restantes localidades conquistadas foram devolvidas a Portugal, e em virtude daquela anexação a linha de fronteira entre os dois países Ibéricos foi fixada no curso do rio Guadiana, ficando assim a divisão numa fronteira natural.

O autor acima referenciado, ainda hoje não entende porque é que Portugal continua a reclamar a posse de Olivença, para ele, Portugal pode-se dar por satisfeito, porque se fosse concretizada a vontade da Coroa espanhola poderiam ter perdido o espaço conhecido pelo triângulo “Mértola-Serpa-Mourão”, que como é sabido é parte do território português, que fica na parte esquerda do Rio Guadiana, então sim, seria uma verdadeira fronteira natural. O autor refere, o General Castános, pessoa bem conceituada na Corte que lamentava não se ter conquistado aquela parte do território português, concluindo que houve falta de visão e de provisão de quem dirigiu as propostas do lado espanhol. O General Castános escreveu uma carta ao governo espanhol, a 10 de Agosto de 1814, dizendo que não compreendia as razões porque Portugal estava continuamente a reclamar a posse de Olivença, quando aquela região era um centro de contrabandistas, perigoso e violento e que Portugal apesar de conhecer a grave situação nunca tomou qualquer providência.

⁶⁹ Parra, Victoriano C., - *Ensayo sobre la Topografía e História de la Placa Olivença*, Badajoz, Archivo Extremeno, 1909, pp. 42

⁷⁰ Máximo Capal – *Ceuta, Melille, Olivenza y Gibraltar. Dónde acaba España?*, pp. 87 e seguintes.

Vistas de Olivença

Muralhas do castelo e casa Senhorial sec.XVIII



Fotografia10



Fotografia11

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php>

Vistas de Olivença

Muralhas e interior da igreja de St^a Madalena



Fotografia12



Fotografia13

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php>

O mesmo historiador espanhol não critica a saída de Manuel Godoy do governo, mas censura fortemente Carlos IV, pela cedência da coroa ao Imperador dos franceses, afirmando que naquela época, o que foi feito não foi nobre, nem a Espanha tem razões para se vangloriar; não houve razões para heroísmos nos acontecimentos e referencia ainda que não compreendia a declaração de guerra feita a Portugal, quando o Príncipe Regente era um familiar chegado ao Rei de Espanha, não devendo portanto ter qualquer ambição territorial.

Estas afirmações conduzem a algumas confusões, já que é sabido que o Primeiro Cônsul francês tinha sobre o Rei de Espanha uma autoridade despótica, indicando sempre o que se devia fazer. Napoleão sentia-se senhor dos territórios onde tinha militares e era para ele bastante natural ditar e mandar fazer, como exemplo podemos citar o que se passou com os Tratados de Badajoz e de Madrid de 1801, entre Portugal e a França, tendo o Generalíssimo Godoy e D. Carlos IV seguido as instruções. Numa altura em que o Rei de Espanha terá dito não, foi feito prisioneiro em França.

Juan Garcia Gutiérrez, no prologo do livro de Luís Alfonso Limpo Piriz ⁷¹, afirma compreender certos sectores de Portugal e as suas reclamações e o desejo de recuperar Olivença. Esta Praça foi portuguesa durante cinco séculos e devem sentir o seu orgulho ferido, mas não se devem esquecer que antes do tratado de Alcañizes – 1297 – Olivença e o seu território não lhe pertenciam e isso só aconteceu, porque na época o reino de Portugal tinha um exército mais aguerrido e naqueles tempos, os territórios mudavam de reino com alguma facilidade, como servindo de presente num casamento real.

No século XIX, Olivença foi recuperada pela Espanha e é preciso não esquecer que o Tratado de Badajoz foi devidamente ratificado; e até ao momento não houve um novo tratado que alterasse aquele de 1801 e confirmasse a sua entrega a Portugal.

É pois a falta de um novo Tratado que inviabiliza a entrega de Olivença; e diz o autor que o Tratado de Viena, no seu artigo 105º., apenas chama a atenção para o facto de que a Espanha devia entregar a Praça e o seu território para evitar futuras quezílias ou confrontos; portanto esta passagem do artigo 105º., não é mais que um conselho, sugerido à Espanha. Sem um novo tratado a Espanha não deverá entregar Olivença.

Não é negado o trabalho feito pelos portugueses ao longo de cinco séculos, que de facto, deram aos oliventinos de hoje, uma certa vaidade ao afirmarem que “Olivença é uma cidade aberta com duas culturas”, e acham que têm algo em comum com o “Grupo de Amigos Olivença”, quando dizem, “Olivença é nossa, é espanhola”.

⁷¹ Piriz, Luis Alfonso Limpo; – *Olivenza, las razones de España*; Edición Universitas, Badajoz, - prologo

Sente-se entre os oliventinos e seus representantes políticos, como ao nível de certos historiadores, uma sensação de mau estar pelo facto de alguns portugueses, como o grupo português dos Amigos de Olivença afirmarem continuamente que “Olivença é nossa”, ou o facto de terem sido recebidas cartas por mais de 3.000 oliventinos, escritas por um denominado grupo, “Comité Olivença Portuguesa”, que informavam ser Olivença, legalmente uma cidade portuguesa e por isso propunham um “Plano de reintegração de Olivença no território português”.

Luís Alfonso Limpo acrescenta que esta reivindicação não era nova, a novidade é que agora é mais progressiva nas propostas, mas no fundo as ideias dão continuidade ao que o “Grupo dos Amigos de Olivença” tinham dito e feito ao longo dos anos 1944 a 1982, sendo de salientar que os oliventinos que receberam as cartas, nada fizeram, nada comentaram e os políticos da região tiveram o cuidado de informar a população de que os membros do referido “Comité Olivença Portuguesa”, era constituído por um pequeno grupo de loucos e hipoteticamente iluminados, que escrevem com base no que leram ou estudaram nos seus livros de História e de alguns cronistas que “acreditam” que Olivença é um a possessão ilegal espanhola, cuja soberania continua, por direito, a ser portuguesa.

O historiador continua dizendo que há que juntar a este denominado “Comité Olivença Portuguesa” e ao “Grupo de Amigos de Olivença”, o nome do Almirante Pinheiro de Azevedo, cujas teses são assimiladas da historiografia portuguesa; que não são de agora, mas permanecem vivas desde o momento em que as guerras com a França, contra o Imperador Napoleão Bonaparte terminaram e desde que a Monarquia portuguesa não insistiu com veemência no retorno da Praça⁷².

Luís Alfonso Limpo confirma ainda, que esta situação se deve, porque, os historiadores portugueses são os primeiros a reclamar Olivença e a defender a sua recuperação, fazem-no com patriotismo, concluindo que foi um roubo que se fez e que os portugueses devem lutar pela sua recuperação; por outro lado, ele culpa os juristas espanhóis que não souberam, repor a verdade sobre Olivença, sobre os espanhóis e sobre a Espanha; seria de todo o interesse, que de uma vez por todas, refutar e tirar os portugueses do erro, no qual vivem à mais de duzentos anos. E conclui afirmando que se torna necessário dizer aos portugueses que:

- Olivença foi fundada pelos Templários a pedido do rei de Castella;
- Olivença sempre foi dependente de Badajoz;

⁷² Piriz, Luís Alfonso Limpo, *Olivença – Antologia essencial*, pp. 165 e seguintes.

- Devido à impetuosidade do Rei português D. Dinis e a relação das forças a seu favor, impôs ao Rei de Castela o Tratado de Alcanices, a posse de Olivença, Campo Maior e Ouguela entre outras terras e fortalezas castelhanas, compensando o Rei espanhol D. Fernando IV com a entrega de Arroche e Aracena; e,

- Durante a dinastia dos Filipes em Portugal, Olivença voltou a pertencer à Espanha.⁷³

Sobre o que se passou no final do século XVIII e segundo uma estratégia napoleónica, Portugal devia ter encerrado os seus portos marítimos aos navios da armada inglesa e por não ter feito, a Espanha declarou guerra a Portugal com a colaboração dos militares franceses.

Nesta época o exército português não estava à altura de períodos passados e das suas gloriosas tradições e Godoy venceu sem grande resistência, ou praticamente nenhuma e impôs a assinatura do Tratado de Paz, devolvendo generosamente todas as conquistas feitas no Alentejo, retendo Olivença e o seu termo, como paga parcial das despesas da guerra e principalmente para a unir perpetuamente aos domínios de Sua Majestade Católica.

Quanto ao artigo 105º. da acta do Congresso de Viena, o autor afirma ser um compromisso de mediação política, não uma obrigação jurídica de Espanha para com Portugal, para que a devolução se efectuasse no mais curto espaço de tempo; assim esta obrigação só podia ter validade se se realizasse uma Convenção hispano-portuguesa e o respetivo tratado semelhante aos anteriores, como o Tratado de Alcanices ou de Badajoz; Olivença continua a ser, por direito uma possessão espanhola, valendo a ratificação do Príncipe Regente D. João fez ao Tratado de Badajoz de 1801.

„Ao terminar esta parte dos seus escritos, o autor dirige-se aos oliventinos dizendo: - “... *Los oliventinos, portante, no deben prestar la mínima atención a las generosas ofertas de reintegración en Portugal, propuestas por el “Comité Olivenza Portuguesa” ya que parten todas ellas de un supuesto falso: el que Olivenza no es uña posesión legalmente española* ...”⁷⁴.

Num outro livro, Luís Alfonso Limpo volta a referenciar as teses dos portugueses, que para poderem afirmar que Olivença e o seu termo são portugueses e que momentaneamente

⁷³ O que seria natural, os Filipes reis de Espanha foram-no também de Portugal e portanto também reis de Olivença porque ela era portuguesa. A guerra iniciada em 1640 teve fim em 1668, tendo-se realizado o Tratado de Lisboa no qual ficou assente que Portugal voltava a ter as fronteiras que tinha antes das invasões espanholas e do reinado de Filipe II de Espanha (Filipe I de Portugal).

⁷⁴ Píriz, Luís Alfonso Limpo, - *Olivenza – Antología esencial*. Edicion Regional de Extremadura, Badajoz 1994, - pps. 165 a 167.

estão sobre administração espanhola, sendo pois uma questão forjada pela historiografia portuguesa e que apoia essencialmente novas alegações que servem para demonstrar que o Tratado de Badajoz é um título jurídico nulo, estando portanto a Espanha errada ao não aceitar a entrega da cidade a Portugal⁷⁵.

Então o autor propõe-se realizar um estudo, um exame objectivo das nove alegações e demonstrar que não há razão para os portugueses forçarem algo sem qualquer valor, quando não têm na realidade qualquer vantagem ou direito.

1.Os portugueses, dizem que o Tratado de Badajoz de 1801, foi assinado e ratificado debaixo de coação e por isso considerado nulo e sem qualquer efeito ou valor:

- Alfonso Limpo rebate esta afirmação dizendo que o Direito só admite a nulidade de um Tratado, como o de Badajoz, caso a coação tenha sido exercida directamente sobre o Chefe de Estado vencido. Na verdade todos os tratados de paz, nestes casos, têm sempre algo de coação, porque há que ressarcir o vencedor de algumas despesas tidas com a guerra;

2.Os portugueses dizem que a anexação de Olivença foi uma usurpação, e não, uma conquista:

- Todas as conquistas que se deram durante uma guerra, que foi declarada previamente e sancionada mais tarde por um Tratado de Paz, devem ser ou são consideradas legais; ora, a Espanha declarou guerra a Portugal a 27 de Fevereiro de 1801, portanto três meses antes do inicio das hostilidades;

- Um contrato de Paz, como o Tratado de Badajoz só é considerado um título com força jurídica a partir do momento em que ele é ratificado pelas partes, ora, a assinatura do Infante Regente deu-se passadas mais de duas semanas em Queluz, sem que se tenha realizado qualquer pressão militar ou outra;

3. O Tratado de Badajoz de 1801, foi ratificado pelo Príncipe Regente sob coação:

- Um contrato de Paz, como o Tratado de Badajoz só é considerado um título com força jurídica a partir do momento em que ele é ratificado pelas partes, ora, a assinatura do Infante Regente deu-se passadas mais de duas semanas em Queluz, sem que se tenha realizado qualquer pressão militar ou outra;

4. O Tratado de Badajoz foi, realizado entre Portugal e Espanha, e o outro realizado ao mesmo tempo e no mesmo local entre Portugal e a França, esse sim foi anulado

⁷⁵ Piriz, Luís Alfonso Limpo *Olivença – Cuidad Aberta a dos culturas*, - Cadernos Populares, número 4, Edicion Editora Regional de Estremadura, 1985, pp. 39

- Alfonso Limpo recorda que em 1801 se fizeram dois Tratados, um entre Portugal e a Espanha, que foi ratificado e outro entre Portugal e a França, este sim, não foi ratificado pelo Primeiro Cônsul francês, este tratado foi substituído, em Setembro do mesmo ano pelo Tratado de Madrid, sendo ele completamente independente do Tratado de Badajoz, que ficou, ele sim anulado, porque não estava de acordo com as directrizes de Napoleão Bonaparte, que não o ratificou e mandou elaborar outro, que estava de acordo com as suas indicações e vontades;

5. Segundo os juízes portugueses, os estados de guerra anulam os Tratados de Paz anteriormente concluídos:

- Os historiadores e os portugueses em geral argumentam que o “Tratado de Fontainebleau” e a invasão franco-espanhola a Portugal em 1807 anulava o tratado de 1801. Segundo o Direito Internacional Público, no seu artigo 62º. da Convenção de Viena, sobre o real valor dos tratados, consagra a doutrina de que não se pode alegar como causa que anule parte ou todo de outro tratado, desde que tenha sido estabelecido uma fronteira, o que é o caso de Olivença, que ao entrar em poder da Espanha alterou a sua fronteira para o rio Guadiana;

6. O Tratado de Badajoz é anulado pelo Príncipe Regente através de um manifesto que editou no Brasil, em oito de Maio de 1811:

- A anulação unilateral de um Tratado que trate de alteração de fronteiras não pode ser realizado pela parte que se sente prejudicada. Se tal acontecer a anulação é inválida;

7. O artigo IV do Tratado de Cádiz de 1810, compromete a Espanha a devolver Olivença:

- Este tratado mostra apenas a boa vontade dos liberais espanhóis, que tinham excelentes relações com o Duque de Palmela. Este tratado nunca chegou a ser assinado, nem tão pouco ratificado, nem sancionado pela Inglaterra, que tinha a obrigação de garantir o seu cumprimento;

8. O Tratado de Badajoz foi anulado durante a Convenção de Paris em 1814, pelo artigo adicional 3º., subscritos pela França e Portugal:

- Na realidade o dito artigo declara que são anulados e sem qualquer efeito os tratados assinados em Badajoz e Madrid em 1801; o que não se pode esquecer é que em Badajoz, em 1801, foram assinados dois Tratados um entre Portugal e a Espanha e outro entre Portugal e a França, por sua vez, em Madrid e no mesmo ano foi assinado um novo contrato entre Portugal e a França. Na verdade o referido artigo 3º. adicional só anula os tratados realizados entre Portugal e a França e não o de Portugal com a Espanha, que continuou e continua válido e em vigor;

9. A Espanha está obrigada a devolver Olivença a Portugal, com base no artigo 105º. do Congresso de Viena.

- O artigo 105º. da Acta do Congresso de Viena não obriga a Espanha a entregar a Portugal a Praça de Olivença, as potencias vencedoras se obrigaram formalmente a empregar os seus bons ofícios para a retrocessão de Olivença, por ser uma causa justa e a efectua-la num prazo mais breve possível. Mas do ponto de vista jurídico o referido artigo 105º. não representa mais do que um simples compromisso de mediação, sendo assim, um puro procedimento e não um mandato obrigatório.

Os responsáveis espanhóis nesta questão acrescentam que para as teses portuguesas sobre Olivença, pudessem ser aceites, era necessário que estivessem de acordo com o Direito Internacional, para que todos devessem aceitar; ora, é precisamente o que não acontece. O Direito é uma ciência formalista e o caso de Olivença é uma situação legítima que assiste ao governo de Portugal, que pode exigir a sua devolução; mas é também um direito legítimo de Espanha querer guardar o que ganhou com honra, e que foi adquirido com justiça e verdade. O Tratado de 1801, alterou as fronteiras e como já se referiu só um outro tratado o poderá alterar

Os grupos portugueses, como o Grupo dos Amigo de Olivença não têm qualquer força para alterar seja o que for nesta situação; só a historiografia nacional e o governo português poderão definir a nova fronteira da região em conjugação com os responsáveis espanhóis e recorda-se que esse trabalho esteve para ser realizado, tendo os respectivos serviços portugueses boicotado os trabalhos, precisamente quando se pretendeu reconstruir a famosa ponte da Ajuda.

Olivença, pedra de calçada



Fotografia 14



Fotografia 15



Fotografia 16

Fonte: <http://gambozino-alentejano.blogspot.pt/>

Olivença, pedra de calçada



Fotografia 17

Fonte: <http://gambozino-alentejano.blogspot.pt/>

Quem trata a Questão de Olivença?

Comissão Internacional de Limites

O **Estado Português** tem, ao longo de quase dois séculos, tomado iniciativas com vista à devolução do **Território de Olivença**. Vários tratados internacionais e contactos bilaterais realizados entre os estados peninsulares permitiram, por diversas vezes, avançar um processo de retrocessão da superfície em disputa, sem que, até ao momento, a transferência de soberania se tenha concretizado.

A **Comissão Internacional de Limites**, espaço em que se resolvem problemas concretos de demarcação da fronteira, tem sido o local privilegiado para, no nosso século, Portugal exigir o cumprimento dos acordos celebrados, aos quais a Espanha sempre se eximiu.



Para evitar que a Espanha se servisse de um possível reconhecimento tácito da fronteira do Guadiana, o **Ministério dos Negócios Estrangeiros** tem reiterado as nossas reivindicações territoriais sobre o termo oliventino, fazendo-o prioritariamente nesta instituição. Assim sucedeu por várias vezes, como em 1952, em 1958, em 1959 e em 1968. Em 1974, estando reunida em Madrid a Comissão Internacional de Limites, ao ser abordado o **Problema de Olivença**, os delegados espanhóis propuseram que o assunto fosse entregue para estudo a um jurisconsulto deste organismo. Mesmo sendo espanhol, este jurisconsulto reconheceu os direitos que Portugal legitimamente possui para reclamar **Olivença**, facto de primordial importância para as nossas pretensões, tanto mais que ficou em acta registado o seu parecer.

Por duas vezes, neste século, as reivindicações portuguesas estiveram para ser levantadas em organismos internacionais. Uma primeira vez aquando da **Conferência de Paz de 1919**, reunida no desfecho da 1ª Guerra Mundial. Uma segunda vez, durante o governo de Salazar, ao tempo em que o **Embaixador Franco Nogueira** dirigia o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Sempre as razões de ordem política se sobrepuseram ao problema jurídico, impondo a conveniência conjuntural de adiar a solução do conflito e sujeitando o Povo Português à injúria de ver cativa uma parcela

• **Comité Olivença Portuguesa**

O primeiro comunicado público do **Comité Olivença Portuguesa** data de 12 de Agosto de 1988. A organização legalizou-se em 9 de Agosto de 1990, no cartório notarial de Estremoz, povoação onde tem a sua sede.

Defendendo os direitos portugueses sobre **Olivença**, esta associação tem operado essencialmente no território, divulgando a verdadeira história portuguesa da região, desconhecida dos seus habitantes devido às manipulações culturais e ideológicas de que as populações foram vítimas desde o período franquista até hoje.



O **Comité Olivença Portuguesa** distribui publicações em língua portuguesa pelas bibliotecas e pessoas particulares do **Território de Olivença** e fornece cassetes para aprendizagem da Língua Portuguesa, estabelecendo um contacto personalizado com muitas centenas de oliventinos mais próximos de Portugal.

Contacta frequentemente com as autoridades de Olivença, mantendo uma estreita colaboração com o Grupo dos Amigos de Olivença.

• **Grupo dos Amigos de Olivença**

O **Grupo dos Amigos de Olivença** constitui a mais antiga associação de defesa dos direitos portugueses sobre Olivença. Na sua origem encontra-se a Sociedade Pró-Olivença, fundada em 15 de Agosto de 1938. Em 1944 surge o Grupo dos Amigos de Olivença, sob o impulso de Francisco de Sousa Lamy, Amadeu Rodrigues Pires e Ventura Ledesma Abrantes, um oliventino "exilado" na capital do nosso país. A sua primeira junta directiva, eleita a 21 de Novembro de 1945 foi presidida pelo Dr. José Maria Cardoso.



Fonte <http://www.reocities.com/capitolhill/2382/tratques.htm>

Tal situação a manter-se fará com que Portugal e a Espanha continuem numa encruzilhada e tudo isto porque falácias históricas e jurídicas dos argumentos do Grupo dos Amigos de Olivença e de outros grupos semelhantes continuam travando o desenvolvimento e a ligação mais profunda de Olivença com Portugal. Foi criado um impasse à Comissão de Limites que poderá um dia terminar em contencioso, desde que os países ibéricos queiram que se regista a fronteira entre os rios Caia e Guadiana e se possa reconstruir a famosa ponte da Ajuda e com isso abrir uma nova etapa nas relações entre Olivença e Portugal, agora tão conturbada pelas sombras reivindicativas. É preciso não esquecer que na realidade, Olivença está apenas a cinquenta quilómetros da fronteira que esta por demarcar.

Convém notar que nenhum governo português esteve de acordo com a situação actual, mas sabe-se que não tomará qualquer decisão que vá contra as pretensões dos grupos a favor de uma Olivença portuguesa.

Luís Alfonso referencia ainda que em 1944, Franco e Salazar assinaram o conhecido pacto Ibérico, que sancionava a integridade dos respectivos territórios; por outro lado, o Tratado de Amizade e Cooperação Hispânico – Português, assinado em 1977, por Adolfo Suarez e Mário Soares pode-se ler: “...*Las partes contratantes, en el respeto a la igualdad soberana y a la identidad de cada una de ellas reafirman la inviolabilidad de sus fronteras y la integridad de sus territorios ...*”⁷⁶.

Um jornalista ao questionar o Dr. Mário Soares sobre o sentido daquela afirmação, e sabendo que ele não falava a título particular, disse: “... *As fronteiras entre os dois países são estáveis desde há muitos anos. Não seria realista, nem sensato pensar na sua alteração...*”⁷⁷.

Como conciliar ou compreender esta afirmação do Dr. Mário Soares, como Presidente? Por seu lado, o Presidente da Comissão de Limites ao ser questionado como deviam ser interpretadas as palavras do Dr. Mário Soares, disse apenas: ... *Olivença do ponto de vista legal, continua a ser portuguesa...*”.

Na presença destas duas respostas dadas por pessoas responsáveis, que conclusão tirar?

Voltando a Luís Alfonso Limpo, ele também se interroga: se Portugal tem direitos sobre Olivença, porque não dá ao assunto um curso diplomático, discutindo-o com o Governo de Madrid? Ou então, porque não o leva aos Tribunais Internacionais de Estrasburgo ou a Haia? Quando se tem direitos deve-se fazer os valer, ou então, definitivamente renunciar de

⁷⁶ - Píriz, Luis Alfonso, Limpo. – *Olivenza – las razones de España*, pp.44.

⁷⁷ - O jornal “A Capital” de 23 de Novembro de 1977, pp. 9.

uma vez por todas. Se a fronteira continua por demarcar deve-se à teimosia negativa portuguesa.

Por mais voltas que se dêem não se compreendem as contradições de todo o processo oliventino, o que leva a pensar que tal situação se trata de um mito, que serve para alimentar a hispanofobia portuguesa; um mito que cresceu pela mão do historiográfico luso, Professor Queiroz Veloso; um mito propagado por um mítico oliventino duro de nostalgia devido ao seu exílio, Ventura Ledesma; um mito oficializado pela negativa, pela Comissão de limites, em não querer oficializar a fronteira limitada pelos rios Caia e Guadiana; e ainda outro mito criado pelo Estado Novo, que viu aqui um argumento de exaltação patriótica.

Acredita o autor, que Olivença é fruto de uma sequela de um antagonismo luso-espanhol provocado na Península pela estratégia de Napoleão e agora vive-se uma disputa de vizinhos que se mantém deliberadamente em estado de hibernação desde 1811. Hoje, sendo Portugal e Espanha países democráticos e europeístas não se sabe, o que fazer com a Questão.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros português através da sua Comissão de Limites mantém uma postura conservadora, passiva mas orgulhosa que nada resolve. Por seu lado o Ministério da Educação já mantém uma postura mais generosa e activa, que dá mais frutos, desenvolvendo uma cooperação clara com as autoridades espanholas.

Quanto aos oliventinos que são profundamente cultos e sentem o nacionalismo espanhol sincero e com honra, são espanhóis mas tem grande prazer em saber que os seus avós eram portugueses, culpam que o mal estar se deve, aos “Grupo Amigos de Olivença”, bem como, ao Almirante Sem Medo, que fizeram e fazem crescer um receio e a preocupação, com as insinuações. Os oliventinos gostariam que tudo fosse esclarecido e resolvido; sentem-se bem sendo espanhóis e querem continuar a sê-lo, sentindo um bem estar ao saberem as suas origens e gostariam ainda que a Ponte da Ajuda se reconstruísse, que se tornasse um abraço de pedra e que permitisse às pessoas das duas margens do Guadiana um convívio profundo, tendo como pano de fundo as suas águas serenas.

Quem lê ou estuda a História de Olivença, deve concluir que Portugal vive uma situação confusa e ilusória criada pela historiografia nacional, passada para o subconsciente colectivo português. Sucessivos Governos portugueses, por mais de uma vez reconheceram a integridade do território espanhol, mas por outro lado, alguns departamentos impugnam a demarcação de uma pequena fronteira. Vive-se um impasse, e como exemplo, refira-se a Ponte da Ajuda que ligava as duas margens do Guadiana continua à mais de dois séculos destruída, sem qualquer obra de reconstrução ou de conservação o que não permite o intercambio entre as duas margens.

A Olivença de hoje vive com agrado e satisfação o seu passado e a sua origem portuguesa, mas as notícias que esporadicamente aparecem nos meios de comunicação local, dizendo que Olivença é portuguesa cria mau estar, aborrecimento para com os portugueses, e às perguntas: - Mas que querem os portugueses? Porque não estão sossegados de uma vez por todas? Repetem-se nas conversas entre oliventinos e mesmo entre a população de Badajoz; estas controvérsias podem criar situações que levem os povos a ficarem de costas voltadas. Estamos no século XXI e a fronteira Luso-espanhola é uma das mais antigas da Europa, mas tem agora uma pequena e simples questão, que os responsáveis não conseguem ou não podem resolver ou ainda porque, ligado à situação de Olivença há outras questões com a Espanha para as quais se tem que encontrar uma solução de conjunto.

O artigo 3º. do tratado de Badajoz tem fundamentalmente uma base jurídica. Qualquer estudante do primeiro ano de um Curso de Direito Internacional Público sabe que um compromisso multilateral de negociação política não pode ter valor superior a um tratado bilateral em que os Estados ratificaram formalmente a fronteira.

“...Portugal não se resigna e parece não querer compreender a voz da razão e tem no seu subconsciente nacional o mito historiográfico de “*Olivença é nossa*”, mas que obriga os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a sua Comissão de Limites a manter uma reivindicação passiva, sendo assim empurrados para uma situação que nem renunciam aos direitos históricos, nem reclamam oficialmente o território; estão pois num “ponto morto”, do qual não se avança para uma solução final e definitiva...”⁷⁸.

O autor destes princípios e ideias procura transcrever o pensamento dos espanhóis sobretudo dos oliventinos. Nos últimos quinze anos realizaram-se vários congressos e reuniões luso-espanholas, algumas das quais ao mais alto nível e foram tratados os mais variados assuntos e determinadas várias soluções, mas jamais houve a iniciativa de trazer para a mesa de trabalhos a “Questão de Olivença” e encontrar a solução adequada; “... *ao fim e ao cabo, trata-se de um pedaço ridículo de terra, que Portugal arrebatou cinco séculos antes e que à duzentos anos um espanhol, fez uma guerra ridícula e engrandeceu a sua Pátria com um pedaço de terra ridícula, pela qual se tem agora um conflito ridículo...*”.⁷⁹

Analisando o trabalho dos políticos de um lado e de outro, dá a impressão de que todos estão de mãos atadas e não sabem como superar a Questão, o que leva a presumir que a solução política não é viável.

⁷⁸ Píriz, Luis Alfonso Limpo, - *OLIVENÇA- Las Razones de España*, pps. 118 e seguintes; adaptado

⁷⁹ Idem, pp. 120

Acreditamos, ser possível haver outras soluções, e que são conhecidas de ambos os governos, mas que sejam, por agora inviáveis, ou até antagónicas, mas deverá haver soluções técnicas que devidamente estudadas poder-se-á retirar a solução ideal ou própria.

Torna-se imperativo que a Espanha e sobretudo Olivença possam comemorar dignamente os seus dias mais festivos e os seus centenários, com alegria e felicidade sem a preocupação de poder ferir sensibilidades ou que possam avolumar o contencioso existente.

Sabe-se que por vezes a História é um produto perigoso e sabe-se também que os historiadores apesar de beberem nas mesmas fontes, têm por vezes interpretações que divergem da realidade, mas a solução para Olivença parece viável, se os historiadores portugueses e espanhóis se reunissem e preparassem um trabalho para um “*Livro Branco*”, onde se confrontassem toda a documentação válida e controversa. Numa fase posterior, aquele documento e as suas conclusões deviam ser apreciadas pelo Direito Internacional que apresentaria as conclusões, as decisões a tomar e prenunciar-se quanto à forma e o meio de aplicar a solução encontrada.

Há um facto importante que não é possível esquecer e que terá, sem dúvida, uma influência maior; os oliventinos e todos os habitantes do seu termo, não querem e não aceitam grandes alterações que venham modificar as suas condições de vida; falam espanhol, são espanhóis, vivem como os espanhóis, e a Espanha sempre é um país maior e mais rico.

Em Portugal vive-se e discute-se mais a “Questão de Olivença”, do que em Espanha, onde os seus políticos não dão grande importância a uma hipotética perda da Praça para Portugal. Em tempos os seus advogados, mestres e juizes fizeram os seus estudos e os seus relatórios sobre Olivença e concluíram que esta Praça é espanhola, e quando surgem novas questões, são apresentados esses relatórios definitivos como resposta⁸⁰.

Esta parte do trabalho é resultado da leitura de várias obras de vários historiadores espanhóis, sobretudo de Luís Alfonso Limpo Píriz, que por ser oliventino tem vários livros escritos sobre o tema e escreve, por vezes, mais com o coração exaltando o amor que tem pela terra, que o viu nascer, o que o leva a enaltecer factos normais da vida de um povo.

A Espanha, os seus governantes, cronistas e historiadores sabem que as conquistas foram feitas numa altura conturbada, difícil para os países ibéricos. Em condições naturais a “Guerra das Laranjas”, não teria existido ou acontecido; naquela época a amizade entre as duas Coroas era uma realidade, havia cortesia, consideração, tranquilidade e fortes laços familiares, cuja preocupação maior estava ligada à vida e à gestão das suas colónias espalhadas pelo Mundo.

⁸⁰ - Idem, pp. 190

A razão desta alteração assenta na forte pressão que Napoleão Bonaparte, na altura Primeiro Cônsul francês, fez sobre o Reino espanhol que se viu “obrigado” a realizar uma *ridícula* guerra a Portugal, - a “Guerra das Laranjas”, - que levou à *ridícula* anexação de Olivença e do seu termo.

Para justificar a actual posse de Olivença, os espanhóis lembram-nos que também foi através de um tratado – Tratado de Alcañizes – que Portugal obteve para si Olivença.

Ora, comparando o Tratado de Alcanizes com o Tratado de Badajoz conclui-se que pode haver semelhanças, mas é, forjar pobres argumentos e contradições; todos sabemos que o território onde se encontra Olivença, foi sem dúvida conquistado por portugueses que entregaram a uma Ordem Militar para aí criarem uma Praça, como já referenciamos; o Rei de Castela conquistou-a a Portugal não aos muçulmanos. D. Dinis reconquistou-a e em Alcanizes ficou decidido a quem pertencia definitivamente Olivença. Neste tratado ficou ainda assente os casamentos reais entre as duas Coroas. No Tratado de Badajoz nada se passou que seja semelhante ao de Alcanizes; “A guerra das Laranjas” foi uma guerra sem motivos reais, sem razões, apenas se usou a força e a pressão sobre Portugal. Apesar de muito se escrever sobre o tema, a História real e verdadeira destes acontecimentos poderá ficar assim por escrever, ou ficaremos com duas histórias diferentes sobre o mesmo acontecimento.

B.2. O G.A.O - “Grupo de Amigos de Olivença

B.2.1. O aparecimento do G.A.O. e os seus objetivos

O “Grupo dos Amigos de Olivença” (G.A.O) é uma associação nacional apartidária de fins patrióticos, culturais, históricos, beneficentes e sem interesse lucrativo. Os seus objectivos constam dos seus estatutos e têm como princípios, a defesa da unidade nacional, a salvaguarda da integridade territorial e a afirmação da Soberania portuguesa.

Os seus objectivos principais são os seguintes⁸¹:

- Pugar, por meios não violentos, pela reintegração de Olivença em Portugal;
- Pressionar os órgãos de soberania a não alienarem esta parcela do território em obediência à Constituição da Republica⁸²;

⁸¹ Os estatutos da G.A.O. foram obtidos na sede da Associação.

⁸² Artigo 5º. (Território) da Constituição da República Portuguesa

1. Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

2. A lei define a extensão e o limite das águas territoriais, a zona económica exclusiva e os direitos de Portugal nos fundos marítimos contíguos.

- Conservar e alimentar o interesse nacional sobre a história, a cultura e o bem-estar das populações de Olivença;
- Colaborar com os órgãos de soberania na defesa dos direitos portugueses sobre Olivença, designadamente os resultados do Congresso de Viena de 1815;
- Promover o culto do amor pela Pátria portuguesa, o respeito e a admiração pelas grandes figuras da História de Portugal, especialmente as relacionadas com Olivença e todo o Alentejo;
- Defender activamente, o nosso património cultural enquanto matriz de identidade portuguesa;
- O “Grupo dos Amigos de Olivença” é uma associação nacional aberta a todos os que se interessam pela Questão de Olivença e por Portugal, independentemente das suas convicções ideológicas, políticas ou outras; incorpora pessoas de todas as profissões, condições sociais e culturais e vindas dos mais diversos quadrantes da vida nacional e não só.

O “Grupo dos Amigos de Olivença” foi fundado em Lisboa a 15 de Agosto do ano de 1938, tendo na altura tomado a designação de “Sociedade Pró-Olivença”. A iniciativa de criar esta associação apartidária, com fins patrióticos, deve-se a três alentejanos, inconformados, patriotas e insatisfeitos com o destino de Olivença.

São eles Ventura Ledesma Abrantes, livreiro e escritor oliventino, que pelas suas posições pro-portuguesas “foi obrigado”, a deixar Olivença e criar novas raízes em Lisboa onde continua a ser livreiro e a escrever principalmente sobre a sua cidade natal, procurando justificar, que de facto, aquela cidade devia ser portuguesa, porque ser espanhola deve-se a um erro histórico, assente numa usurpação.

Amadeu Rodrigues Pires e Francisco de Sousa Lamy eram, na altura, importantes comerciantes, com estabelecimentos em Lisboa e no Alentejo.

Em 26 de Novembro de 1945 a Associação dá o grande passo para oficializar a sua existência; realizam uma assembleia geral e na acta inaugural pode-se ler que a Associação toma a sua actual designação “Grupo dos Amigos de Olivença”, que compreende já na altura, com quarenta sócios fundadores e dentre eles convém referenciar os nomes do General Humberto Delgado, Prof. Dr. Queirós Velloso, General Ferreira

3. O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da rectificação de fronteiras.

Martins, General Raul Esteves, Dr. Paulo Caratão Soromenho, Dr. José Pontes e ainda os Srs. João Afonso Corte Real e Luís Lupi.

A primeira direcção também criada naquela data foi presidida pelo Dr. Maria Cardoso, um dos quarenta sócios fundadores, que tomaram como sede a “Casa do Alentejo”, em Lisboa, mas é o dinamismo, a vontade, o sentir e o idealismo de Ventura Ledesma Abrantes que atraia para a Associação personalidades da vida pública, cultural e intelectual portuguesa, que os levam a inscrever-se e a aderir ao Grupo e de entre estes “novos” associados, contam-se nomes bem conhecidos na época, como, Dr. Joaquim Cortesão, Padre Raul Machado, Hermano Neves, Gustavo de Matos Sequeira, Sidónio Muralha e Hipólito Raposo.

A Associação teve a honra de ter como presidentes doutas figuras como o Duque de Palmela (1954/55), Prof. Dr. Hermano Cidade (1971/774), Dr. Caratão Soromenho (1974/81): e como Presidente da Mesa da Assembleia o General Humberto Delgado (1958). Com o crescimento do “Grupo dos Amigos de Olivença”, outras individualidades foram inscritas nos seus ficheiros, como Gustavo de Matos Sequeira, Rocha Júnior, Tomaz Ribeiro Colaço, Dr. Cancela de Abreu, Almirante Henrique Tenreiro, Dr. Veiga Macedo, Copertino Miranda, Tomé Feteira, Dr. Torcato de Sousa Soares, Prof. Dr. Eduardo Lourenço, entre outros não menos conhecidos.

O “Grupo dos Amigos de Olivença” criou no Porto o seu primeiro núcleo sob o impulso do Prof. Eleutério Cerdeira e de Alves Moura, que trouxeram para a Associação novos sócios, realizando conferências que trazem novos amigos à causa de Olivença.

A Associação elabora novos estatutos em 1958, mas não serão aprovados pelo Estado Novo, com receio de que a Associação possa ter no seu interior o desenvolvimento de uma oposição ao governo e ao regime, e por outro lado, Salazar não pretendia ter equívocos com Franco, senhor de uma forte ditadura, que não queria ouvir qualquer comentário a respeito de Olivença, quanto mais entrega-la a Portugal; para ele, a cidade e o seu termo fazem parte da Espanha desde 1801.

No artigo 2º. dos Estatutos do G.A.O., são definidos os objectivos, cujo o principal é efectuar as diligências necessárias junto das autoridades portuguesas, com vista a restabelecer a soberania nacional no território de Olivença. De acordo com os princípios do Grupo, está o artigo 3º. – Actividades e na sua alínea b), diz que o Grupo procurará: “... *empreender, estimular e secundar estudos, conferências, visitas, romagens e toda a actividade de qualquer natureza, que visando o fim a alcançar torne conhecido, - quer dos nacionais, quer de estrangeiros – os factos e documentos existentes de natureza linguística, histórica e*

jurídica, que legitimam os direitos de Portugal, ao regresso à sua soberania do território oliventino ...”⁸³.

A existência do Grupo, as suas diligências e o seu trabalho têm uma importância nacional já que a partir da década de 1860 não se encontram documentos que possam garantir a contestação permanente do governo português. De facto, o Duque de Palmela fez um trabalho meritório e excelente, mas depois dele, pouco ou nada foi feito quanto à exigência. Os responsáveis por Portugal deviam continuar, já que é certo, que tem a razão do seu lado, mas parecem querer viver num alheamento, numa inércia incompreendida.

Se a questão de Olivença não está esquecida é porque existe este “Grupo de Amigos de Olivença”, que tudo têm feito para que a Questão seja conhecida pela população portuguesa, dando assim seguimento ao artigo 3º. do seu Estatuto, cujos objectivos são: “...*Robustecer na Alma Nacional o sentimento de Olivença como parte integrante do Território Nacional, e manter uma vigilância atenta e permanente sobre as relações diplomáticas, políticas e económicas entre Portugal e Espanha, de modo a intervir com pertinência e oportunidade em defesa dos interesses duradoiros da Nação Portuguesa e a contactar continuamente com as autoridades dos dois países afirmando com denodo e determinação os nossos direitos e reivindicando a satisfação de compromisso nunca cumprido por parte do Estado espanhol...*”⁸⁴.

Para que a questão de Olivença não acabe no esquecimento, o “Grupo dos Amigos de Olivença” procura ter iniciativas que sensibilizem não só os vários órgãos do Estado relacionados com este problema, mas também a população portuguesa, utilizando os vários meios de comunicação.

Anotam-se algumas das iniciativas tomadas ⁸⁵:

- *Sensibilizar os autarcas para a perpetuação na toponímia local da denominação de Olivença;*
- *Edição de opúsculos sobre a situação de Olivença;*
- *Publicação da Revista “Olivença”, órgão doutrinário do Grupo;*
- *Organização de conferências e sessões culturais, onde se debate a problemática oliventina, convidando para o efeito especialistas de várias áreas culturais;*
- *Contacto com órgãos de soberania;*

⁸³ Idem, Estatutos do G.A.O.

⁸⁴ Estatuto do G.A.O. – capítulo I – Disposições Gerais – artigo 3º.- Actividades

⁸⁵ Anexo ao Estatuto do G.A.O.

- *Constituição de núcleos de propaganda em Portugal e nos países de língua portuguesa;*
- *Participação nas cerimonia do 1º. De Dezembro.*

B.2.2. Os momentos difíceis no G.A.O. e os seus objectivos

B.2.2.1. O 25 de Abril de 1974

A vida do Grupo ao longo do tempo não tem sido fácil, como aconteceu com a revolução do 25 de Abril de 1974. Com uma nova orientação da política nacional o grupo entra numa fase de penumbra, procurando adaptar-se à nova situação que ocupa politicamente todos os que procuram encontrar o seu lugar na nova sociedade e pretendem alcançar o que lhes é prometido; por outro lado, a maioria dos seus membros actuates são já de certa idade e não possuem, por isso, a força e o vigor necessários para reactivar a Questão e a razão da existência da Associação. A juventude seduzida por outros desafios não adere, o que leva os membros da presidência em exercício a encarar seriamente a hipótese de extinção; o interesse pela regresso de Olivença parece ter morrido na opinião pública. Durante mais de seis anos, a Presidência e a Gerência tudo fizeram para manter a chama acesa.

Inopinadamente, em 1981, o Almirante Pinheiro de Azevedo encabeça uma lista candidata à Direcção do Grupo, sendo eleito Presidente, mas o seu espírito truculento provoca animosidade entre os sócios, o que faz com que alguns deixem o Grupo e outros sejam suspensos. O primeiro acto que pratica consiste em mudar o nome da Associação: a G.A.O. passaria a ser designada de “Movimento Patriótico Pró-Olivença.

B.2.2.2. O Almirante Pinheiro de Azevedo

É então, contra tudo e contra todos, que o Almirante Pinheiro de Azevedo apresenta uma estratégia de “conquista de Olivença”, que seria realizada através de uma “marcha verde” sobre Olivença. Este movimento lírico consegue, no entanto, alguns românticos que se entusiasma com a estratégia; o caso que mais admiração criou naqueles membros do Grupo foi o facto de alguns órgãos de comunicação social dispensarem ao Almirante uma cobertura ao que parecia ser sério e sensato.

O Almirante mantém-se à frente dos destinos do Grupo até à sua morte, que se deu em 1983, deixando a Associação do G.A.O. numa situação crítica e a questão de Olivença – a razão de ser da associação – completamente desacreditada, sem valor ou importância, e principalmente ridicularizada em alguma imprensa escrita. A vida da G.A.O. não estava fácil e pela segunda vez, os membros da Direcção pensaram em desactivá-la; ninguém parecia interessado ou preocupado se Olivença sendo portuguesa, continuava sobre a administração espanhola.

Luís Sousa Guedes e Jaime Ramos de Oliveira, dois sócios da G.A.O., preocupados com a situação, com labor, evitam o desmantelamento da Associação e tudo recomeça, como se fosse o princípio⁸⁶.

B.2.2.3. A nova geração de dirigentes – depois de 1994

Em 1994, um grupo de jovens, sem conotação partidária, decide levantar a questão de Olivença, juntando-se à organização e recebendo o testemunho dos anteriores dirigentes e ensaiam uma nova campanha, de agitação do tema, em artigos de opinião e outras intervenções em diversos jornais nacionais e regionais, na rádio e na própria televisão. Promovem debates e recorda-se aquele que se realizou no anfiteatro da Faculdade de Direito, na Universidade de Lisboa, que teve grande aceitação, que foi presidido e seu orador principal, o Professor Doutor Jorge Miranda.

Hoje, os dirigentes estão satisfeitos com a atuação do Grupo, que conta com mais de setenta anos de existência, mantém-se atuantes e sempre com os mesmos objetivos e propósitos dos quais a reintegração de Olivença e o seu território em Portugal é o principal.

Perguntar ao G.A.O. se valeu a pena tanta luta, tanta preocupação e desilusão por uma causa que já tem mais 210 anos e que até hoje não conseguiu a reintegração. A resposta é simples: - Enquanto houver esperança vamos continuar a exigir, porque temos a razão do nosso lado ... o que não temos é a força para impor essa razão.

O “Grupo dos Amigos de Olivença” não conseguiu, até agora, a satisfação da razão da sua existência. Não alcançaram a reintegração, mas consideram os dirigentes que têm obtido pequenas vitórias apesar do silêncio político e mediático a que muitos a tem submetido, apesar do alheamento que as autoridades nacionais concedem a esta Questão. A G.A.O. apresenta-se cada vez mais como um escolho irreduzível nas relações luso-espanholas, quando o que se pretendia que fosse um elo de ligação e de colaboração. Mas não são as contrariedades que vão fazer com que o G.A.O. deixe de dizer e afirmar que está presente, por isso aparecem nos meios de comunicação social, artigos escritos por diversas personalidades da vida política, económica, cultural e militar, que mostram que quem tem razão; por outro lado, nota-se que os oliventinos estão a redescobrir o valor e a presença portuguesa admitindo que a sua cultura é, para eles, importante.

A vida do G.A.O. não tem sido fácil, já o dissemos, mas continua a querer estar presente, fazendo propaganda, porque é notória a falta de informação do tema à sociedade portuguesa; é grande o desconhecimento da usurpação feita pela Espanha em 1801. As tentativas de informar são por vezes coarctadas, como foi o que aconteceu em 22 de

⁸⁶ Adaptado do, [http : www Olivença. org/história do grupo htm](http://www.Olivença.org/história%20do%20grupo.htm)

Janeiro de 2009, na XXIV Cimeira luso-espanhola, em que o “Grupo dos Amigos de Olivença” procurou distribuir comunicados aos jornalistas e aos populares, esclarecendo o diferendo, que se arrasta pelos tempos e procurando reflectir na hipotética inércia governamental e no silêncio da imprensa, um desrespeito acintoso pela História de Portugal. No caso particular da imprensa portuguesa que prefere transmitir assuntos de menor interesse e não referir as acções da G.A.O., que não deixou de ter da parte dos cidadãos presentes aceitação, que exprimem a sua admiração e respeito, procurando tomar conhecimento do tema e saber das razões das reivindicações.⁸⁷

Pela mão do Duque de Palmela, houve até á sua morte, várias iniciativas, junto de Madrid, depois dele passou-se para uma politica dúbia quase de aparente assentimento e conformação com a ocupação espanhola, pelo menos, admite-se esta interpretação.

B.3. O alheamento da população portuguesa

Hoje, a comunidade nacional e mesmo, a chamada “sociedade civil” estão alheadas e não sentem nem parecem sentir a perda do território e das suas gentes o que é inadmissível. Temos vindo a viver uma politica conformista e o alheamento contribuíram para minar a atenção sobre a perda de Olivença, o que fará criar nos oliventinos a ideia de que Portugal não está interessado em Olivença e que renega definitivamente o território e as suas gentes, o que os inibiu de tomarem posições públicas pro-portuguesas, o que tornou mais fácil a espanholização de Olivença, abrindo as portas a outros espanhóis, vindos de outras regiões e a quem foram dadas condições especiais para se estabelecerem em Olivença e nas suas terras, procurando assim substituir o português que continuava a ser falado, mesmo depois da recessão pelo castelhano, o que faz, com que hoje raramente se ouça falar português naquelas terras.

Hoje, há que reavaliar a situação porque se sabe que muito se pode e deve ser feito para inverter a aculturação em curso e passar a garantir a presença da cultura portuguesa e recuperar, fomentar e incrementar a portugalidade de Olivença.

Esta redescoberta de Portugal em Olivença no dizer do “Grupo dos Amigos de Olivença”, também não será fácil, mas para isso dizem que implica que as instituições públicas, o próprio Estado, a “sociedade civil” e cada um dos cidadãos portugueses e oliventinos queiram realmente se envolver⁸⁸.

⁸⁷ Cfr. Informação reconhecida de um artigo de Fernando Castanhinha, - publicado no *Boletim “Olivença Portugal”*- Maio de 2009. Nº 9 – III Série

⁸⁸ Cfr. Informação recolhida de um artigo de António Marques – Ponto de vista. – *Boletim “Olivença Portugal”* de Março 2006, nº. 6 – III Série pp. 2.

Num Congresso de Lusofonia realizado em Bragança a 5 de Outubro de 2007, membros do “Grupo dos Amigos de Olivença” da secção do Porto estiveram ali e procuraram, mais uma vez, chamar a atenção dos presentes para a questão de Olivença, expondo não só a situação territorial, mas também para o estado da língua portuguesa e perguntando aos responsáveis pelo Congresso o que é que a Lusofonia tem feito para que o português possa continuar a ser falado e escrito, como o foi antigamente; a cultura não são só os monumentos e a arquitectura, é também a língua que deve suportar essas e qualquer outro tipo de cultura.

A língua portuguesa tem em Olivença e no seu território sofrido ao longo de mais de 210 anos de governação espanhola fortes ataques, sendo referenciado o primeiro, em 1840, em que o português foi oficialmente proibido, inclusive nas Igrejas. Aqueles que continuavam a usar a língua eram classificados de retardados, de tontos e outros adjectivos, com a intenção de criar situações próprias de complexos de inferioridade. Estes ataques foram constantes durante décadas e fica-se admirado com os resultados de um estudo da União Europeia, que indica que, pelo menos, 35% da população da região entende e fala português⁸⁹.

Em tempos mais recentes, e durante as décadas dos anos de 1940, 1950 e 1960, em que na Espanha imperou a ditadura franquista, a situação piorou; não se encontrava em Olivença professores, polícias, funcionários públicos e outras profissões ligadas ou dependentes da governação, que fossem ocupadas por descendentes de portugueses; todas estas profissões eram desempenhadas por colonizadores e seus descendentes vindos de outras províncias espanholas.

Uma outra curiosidade do estudo do “Programa Mosaic”, é que hoje, não são aqueles colonizadores, mas sim e principalmente os seus descendentes oliventinos, que têm mais curiosidade pela cultura portuguesa e procuram aprender o português para melhor compreender aquele legado.

Felizmente, com a chegada da democracia e a entrada na União Europeia, os países ibéricos afastaram os fantasmas daqueles tempos, mostrando agora uma abertura propícia para recuperar o tempo perdido e esquecer o tempo da perseguição. O Governo português, timidamente toma algumas iniciativas e hoje no ensino, referenciado como primário, compreende ali o ensino do português; trabalho realizado e patrocinado pela Embaixada de Portugal em Madrid e pelo Instituto Camões.

⁸⁹ - Estudo “*Programa Mosaic*” da União Europeia.

As críticas continuam a fazer-se ao Estado português que tem a obrigação de tomar outras medidas dada a sua posição, pois não podemos esquecer que é ele que tem o Direito de Soberania.

O ensino da História – que não é feito em parte alguma de Olivença - e o ensino do português devia ser realmente dado até a níveis mais adiantados do ensino, mas é preciso fazê-lo, com dignidade revalorizando o português que sobrevive, o qual, por ser uma variante da região do Alentejo é criticado, o que não é abonatório. “... é preciso dizer aos jovens oliventinos que ao estudar o português é compreender a cultura de seus avós; pode ser realidade que aprender a língua lusa é muito diferente de aprender inglês, francês ou alemão, mas é preciso dizer-lhes que o português é imprescindível para que as novas gerações compreendam o que as anteriores gerações pretendem transmitir ...”⁹⁰.

Maria de Fátima Matias, num estudo recente sobre o “declínio do Português em Olivença” escreve: “... Estamos aqui a viver uma verdadeira tragédia, em pouco mais de duzentos anos e o português tem vindo a desaparecer em Olivença; a alma dos povos é a língua; a língua é a memória, e tudo em Olivença vão ficar somente as pedras das fachadas do que foi o seu passado português. Não há nada mais triste que conhecer que o fim vai chegar e ninguém faz (fez) nada para evitá-lo; ninguém compreende que a morte do último luso-falante vai ser a morte da alma portuguesa, o fim de gerações falando português nas ruas, nas moradias, no campo, ao longo de mais de sete séculos. É a agonia do português em Olivença. (...) Agora já não há ditadura. Devíamos ficar orgulhosos de ter esta riqueza linguística e procurar a defesa e o ensino do português, (...) e também o Estado português é responsável; com independência de questões de índole soberanista, deveria implicar-se na promoção do português em Olivença, e não somente, reconhecer a soberania espanhola ...”⁹¹

B.4.O G.A.O. e a situação presente de Olivença

Tem-se procurado dentro do “Grupo dos Amigos de Olivença” reconstruir a sua história, não só para que sejam recordados no futuro, principalmente, as suas acções, mas dar a conhecer a sua história, sobretudo as suas realizações públicas, embora com insuperáveis lacunas, mormente quanto à sua vida interna e ao substrato associativo⁹² do Grupo,

⁹⁰ - Carlos Luna – *Salvar o português em Olivença*, Boletim “Olivença Portugal” de Abril de 2008, nº. 8

III Série. pp. 6

⁹¹ Maria de Fátima Resende Matias – Professora na Universidade de Aveiro – Um lugar onde a língua portuguesa está em agonia. *O declínio do Português em Olivença*. 2007, Edição da Autora.

⁹² O desaparecimento de grande parte das suas actas e de correspondência não permitirá um conhecimento mais profundo da vida interna

contactos reservados e conferências tidas com entidades oficiais, bem como, problemas, discussões e reflexões das Direcções e das Assembleias Gerais, com apontamentos dos assuntos apresentados com pertinência, principalmente pelos sócios mais activos.

Mas nem toda a história do G.A.O. está por fazer. Em 1947 foi Presidente da Direcção, o célebre Professor Queirós Velloso, que dedicou parte do seu precioso tempo a sintetizar a história do Grupo. O professor manteve-se no cargo até à data do seu falecimento, em 1952. Durante a sua Presidência passaram pela Associação ilustres representantes das Letras, do Jornalismo e da Cultura portuguesas. Organizando comícios, colóquios que tinham fundamentalmente fazer conhecer, que Olivença era, sem qualquer dúvida portuguesa e criticar as dificuldades que se punham, algumas das quais do próprio Estado português que não queria que se levantasse a Questão para não criar situações que prejudicassem as “aparentes” boas relações entre Portugal e Espanha.

O Professor além da organização e realização dos vários eventos, trouxe a Lisboa importantes oliventinos, bem como, vários grupos de crianças oliventinas a passar grandes períodos de férias em Portugal. Em 1950 deslocou-se a Belém para apresentar em nome do G.A.O., os cumprimentos ao Presidente Carmona; esteve com outro elementos do Grupo presente na Presidência da República, e foram recebidos por S.Exc. o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, a quem apresentaram, não só os cumprimentos, mas referenciaram com algum desenvolvimento a Questão sempre actual de Olivença.

Durante os perto de nove anos que o Professor Queirós Velloso esteve à frente do G.A.O., muitos outros actos foram realizados, todos eles chamando a atenção de quem o escutava, de que havia que encontrar uma solução para a reintegração de Olivença no território português.

As relações pessoais do referido Presidente levaram-no várias vezes a Olivença, e numa delas deixou uma imagem de N. Sr.^a de Fátima, destinada à capela do Sagrado Coração de Jesus, tendo sido convidado posteriormente para a festa da bênção da imagem.

Viveu o Grupo um período áureo na presidência do Professor Queirós Velloso e o espólio desta época está completo e devidamente guardado⁹³.

Se durante muito tempo se pensou que Olivença se obteria pela força, devido às repetidas negações da Espanha, hoje, e depois das ideias e actuações do Almirante Pinheiro de Azevedo, sabe-se que qualquer que seja a solução encontrada, não passa por aquela via e hoje já são várias as opiniões que surgem mesmo entre os dirigentes actuais do G.A.O. Tem

⁹³ Baseado em documentos para a história do “*Grupo dos Amigos de Olivença*”, de Mário Rui Rodrigues in Boletim “*Olivença Portugal*”, de Março de 2006, nº. 6 – III Série, pps. 5 e seguintes.

que ser uma solução moderna que procure estar enquadrada nos tempos de hoje e nas suas realidades. Com as alterações políticas, com o aparecimento da União Europeia, o novo papel das fronteiras na Europa é agora outro, mais facilitado, mais aberto.

B.5. G.A.O. e o Almirante Pinheiro de Azevedo

B.5.1. O Presidente do G.A.O.

Na história do “Grupo dos Amigos de Olivença” houve dois momentos de crise que quase levaram à sua extinção; referimos os momentos após a revolução do vinte e cinco de Abril de 1974 e quando esteve à frente dos destinos da Associação, o Almirante Pinheiro de Azevedo. Na primeira situação houve grandes alterações na Sociedade o que levou à adaptação aos novos tempos e a novos desafios e optar pelo que era novidade, esquecendo-se assim a razão de ser, do existir da Associação. O Almirante Pinheiro de Azevedo, como seu Presidente procurou dar ao G.A.O. uma nova dinâmica, uma actividade mais efectiva, indo contra a corrente pacífica que provoca alterações de fundo e cria iniciativas consideradas românticas, mesmo líricas, que acabam por tirar toda a credibilidade que o G.A.O. vinha desfrutando, o que leva, grande parte dos seus membros a abandonar a Associação.

Após a morte do Almirante em 1981, alguns associados preocupados com a causa que levou à criação do G.A.O. recriam-na, levantando de novo “A Questão de Olivença”.

Sendo o Almirante Pinheiro de Azevedo um homem culto, que chegou a desempenhar as funções de Primeiro Ministro num dos Governos Transitórios de Portugal, como pode ser acusado pelos seus pares da G.A.O., de ser uma pessoa perturbada, transtornada e truculenta, provavelmente por pretender “conquistar Olivença; para o efeito redigiu um comunicado ou manifesto no qual se podia ler; “... *Cuando la integridad de una parcela del territorio nacional está en peligro de ser usurpado como sucede en Olivenza, es obligado movilizar a las Fuerzas Armadas portuguesas, que por juramento solemne están obligadas a defender por todos os medios incluyendo el sacrificio de la propia vida. Solo los órganos de soberanía pueden tomar decisión extreme. Nada se resiste a las Fuerzas Armadas. Quien está contra Olivenza es uno cobarde ...*”⁹⁴

Quais seriam as ideias e os princípios que levaram o Almirante a realizar profundas transformações na forma de actuar da G.A.O. e a pretender organizar uma forte

⁹⁴ Luis Alfonso Limpo, - *Olivenza: Ciudad Abierta a dos Culturas*, - Editora Regional de Extremadura. Cuadernos Populares nº. 4 de Maio 1985: pp. 4 – Fragmentos del manifesto al país, publicado em Junho 1981, pelo Almirante Pinheiro de Azevedo.

concentração de 300.000 portugueses, previamente juramentados para tomarem pacificamente posse de Olivença ?⁹⁵

Para dar a conhecer as razões das suas ideias, o Almirante Pinheiro de Azevedo escreveu um livro e nele procura desenhar o caminho que ele crê ser necessário seguir para obter o regresso de Olivença e o seu termo; justifica a sua actuação e refere também as razões da publicação de um Manifesto.

No prefácio do livro, o Almirante refere as razões da publicação, fazendo a sua apresentação pessoal dizendo que contribuiu para o 25 de Abril, mas que se fez homem, durante o regime Salazarista e que como tal, sofreu as consequências da ignorância sobre Olivença, como terra portuguesa, porque os mapas antipatrioticamente haviam deixado de trazer, como terra irredenta.⁹⁶ Mesmo tendo-se formado na Faculdade de Letras, em História, recorda que os seus livros não referenciavam a Questão de Olivença, e só depois do 25 de Abril de 1974, sendo então primeiro ministro do VI Governo Provisório, é que encontrou nos arquivos de S. Bento literatura que referenciava este assunto.

⁹⁵ Na altura, vários jornais da região da Estremadura dão notícias das intenções do Almirante Pinheiro de Azevedo. O Diário Regional “hoj” de dezasseis de Julho de 1981, por exemplo, em grandes letras anuncia “Um almirante português quer reconquistar Olivenza”, “Olivenza reta a Pinheiro de Azevedo”, “El pueblo, dispuesto a defenderse”, “Antes de perder Olivenza preferiria no haber nascido (José Caudino, 79)”; “ Que vengan cá los portugueses, que les erperamos”(jovens em torno a los dezoito anos de idade – duna escuela de Olivença).

⁹⁶ Irredento: Doutrina dos que entendem que devem pertencer ao País todas as regiões politicamente delas separadas, mas que lhe estão ligadas pela cultura e pela língua.

O senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, reafirmando a posição constitucional portuguesa, não reconhece a ocupação de Olivença:



007905

Lisboa, 12 de Novembro de 2007

Direcção do
Grupo de Amigos de Olivença

Encarrega-me S.Ex.^a o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de acusar recepção da carta de V.Ex.^a sobre a notícia publicada pelo jornal “Hoy” de Badajoz e de informar que foi decidido que a parte espanhola assumiria os encargos da reconstrução da ponte manuelina de Nossa Senhora da Ajuda na reunião da Comissão Técnica Mista entre Portugal e Espanha para as acessibilidades ao Sul do Douro, que ocorreu em 12 de Janeiro de 2000, sendo o lado português representado pelo Instituto de Estradas de Portugal (sob a tutela do então Ministério do Equipamento Social).

Esta Comissão Mista foi constituída na sequência de uma Convenção-Quadro entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa relativa à melhoria das acessibilidades entre os dois países, assinada em 30 de Novembro de 1998, em Albufeira, e que viria a ser aprovada pelo Governo Português em 10 de Fevereiro de 2000.

Ficou acordado nessa reunião que o Município de Elvas se encarregaria da construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Guadiana entre aquela cidade e Olivença. Por sua vez, a *Dirección-General de las Carreteras* de Espanha assumiu a incumbência de reconstruir a ponte pedonal manuelina atrás referida, “com fins culturais e de acesso pedonal, para o que serão desenvolvidas as diligências necessárias, submetidas à consulta dos respectivos Ministérios da Cultura”.



Aquele entendimento foi obido no pressuposto de que não constituiria qualquer precedente quanto à questão da delimitação fronteiriça. Portugal limitou-se a assumir que o acordo obtido tinha aspectos benéficos para a população, não representando um reconhecimento “de jure” da soberania. Permaneceram, assim, intactos os nossos direitos históricos.

2. O Estado português é rigoroso na prática de actos externos, quanto à delimitação constitucional do seu território, em observação do que estipula o artigo 5.^o da Constituição. (Território) “1. Portugal abrange o território historicamente definido no Continente europeu e os Arquipélagos dos Açores e da Madeira (...) 3. O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da rectificação de fronteiras”.

A política que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem seguido, e as orientações que tem dado a outros Departamentos do Estado quando solicitado, tem sido de que nenhum acto, acordo ou solução em torno desta questão deve implicar o reconhecimento por Portugal da soberania espanhola sobre Olivença.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Francisco A. de Menezes
Francisco Ribeiro de Menezes

C/GPM

Figura 9

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Ao pretender saber algo mais sobre Olivença, senti que os seus poderes estavam limitados, de facto : - *“... sucedeu para mal dos oliventinos e da dignidade de Portugal que o VI Governo Provisório, por decisão do Conselho da Revolução, não tinha competência sobre o departamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a quem competia a Questão de Olivença e não ao Governo. O ministro, Major Melo Antunes, dependia directamente do Presidente da Republica, na altura, General Costa Gomes. Eram eles e só eles que tinham competência sobre o diferendo, sobre a situação de Olivença (...) A circunstancia de ter sido primeiro ministro, sem competência legal, para fazer as necessárias reivindicações sobre Olivença, muito mais me interessou tudo quanto se referisse a Olivença, no desejo de conhecer a fundo a questão e ia, pouco a pouco enriquecendo os meus conhecimentos acerca do problema oliventino, ao mesmo tempo que ia verificando que a ignorância em que sobre ele, durante tanto tempo vivi; era comum à maioria dos portugueses. Havia de trazer, ao conhecimento da Questão, em grande numero de portugueses que dela andavam alheados ...”*⁹⁷.

Na realidade não se compreende a ignorância nacional, sobre um assunto que a todos interessa. Parece haver empenho que Olivença caia no esquecimento, não se percebendo as razões para que tal aconteça. De facto, ao longo das leituras e dos estudos que se têm feito, nota-se que aqui e ali, o assunto não continua a ser discutido, por falta de informação fidedigna.

Analiseemos o caso da reconquista de Olivença, em 1811. Tudo o que se apurou, segundo o Almirante Pinheiros de Azevedo, foi que o Marechal Beresford, comandante em chefe dos exércitos portugueses no Sul do País, atacou os franceses que na altura ocupavam Olivença e a sua Praça; a luta foi dura e renhida, mas a 15 de Abril de 1811, as forças Luso-britânicas venceram e expulsaram os franceses, tendo o referido Marechal mandado guarnecer a Praça por soldados portugueses e que ali se instalaram - um regimento de infantaria e um destacamento de artilharia. Assim aconteceu, mas passado pouco tempo, o mesmo Marechal deu ordens às tropas portuguesas para retirarem e mandou entregar a Praça de Olivença, a um destacamento espanhol. Tudo o que os oficiais portugueses conseguiram saber foi que o Marechal Beresford tinha recebido ordens, directamente de Lorde Wellington, o que parece estranho, e mesmo agora, passados que são, mais de 210 anos, não tenha havido um estudo acessível, que nos esclareça o que na realidade aconteceu, para aquela saída repentina dos soldados portugueses de Olivença. O que estará então por detrás de tudo isto? Recordamos que o poder da Inglaterra era naquela

⁹⁷ Azevedo, João Baptista Pinheiro de Oliveira: - *Olivença está Cativa pela Espanha*. Edição do Autor 1982, pp. 1 e 2.

altura poderosíssimo, o que lhe dava a possibilidade de tomar decisões unilaterais, quer elas prejudicassem ou não países terceiros. Mas que ganharia a Inglaterra com tal decisão de Lorde Wellington?

Se há sobre o Almirante Pinheiro de Azevedo algo de negativo a apontar, não é certamente a sua vontade em publicitar a situação de Olivença. Escreveu que : - *“... As minhas actividades públicas a favor de Olivença, conduziram á minha eleição para a Presidência da Direcção do “Grupo dos Amigos de Olivença”, o que aumentou a minha responsabilidade sobre a ignorância dos portugueses sobre o diferendo de Olivença, entre os Governos de Portugal e da Espanha. Tentei a comunicação social, mas pouco me foi dado a conhecer e de colaboração. Ficou de fora apenas a publicação de um livro para comunicar com os portugueses, mas a minha informação está incompleta, porque apesar de terem já passado 210 anos, continua a haver tratados, convenções e reuniões que tem artigos secretos e que continuam, apesar de terem passado, tanto tempo a serem a base do atual contencioso ...”*

⁹⁸.

O Almirante Pinheiro de Azevedo coloca algumas questões verdadeiramente pertinentes, que para quem pretende conhecer “ A Questão de Olivença”, com algum pormenor, fazem sentido. Vejamos alguns exemplos. É sabido que qualquer país para entrar na NATO, não o pode fazer se tiver problemas de fronteira com os países vizinhos, muito principalmente, se esses países vizinhos já pertencem à NATO. Quando a Espanha procurou entrar, Portugal já fazia parte dessa Organização, no entanto não colocou, nem criou qualquer dificuldade.

A Península Ibérica viveu durante largos anos em ditaduras e o entendimento entre Salazar e Franco foi perfeito. Porque não resolveram eles esta questão? Será que a continuação da situação de Olivença fazia (faz) parte de Pactos de não agressão ou um comprometimento de auxilio militar secreto a Portugal em caso de necessidade ?

São de facto questões para as quais não se obtêm facilmente uma resposta que esclareça a verdade dos reais acontecimentos.

Vivemos numa democracia, palavra que está ligada ao sentido de verdade; não se entende porque não foi devolvida a Praça e o seu termo, quando se tem a razão e as provas da verdade.

⁹⁸ Idem, pp. 5

Almirante Pinheiros de Azevedo

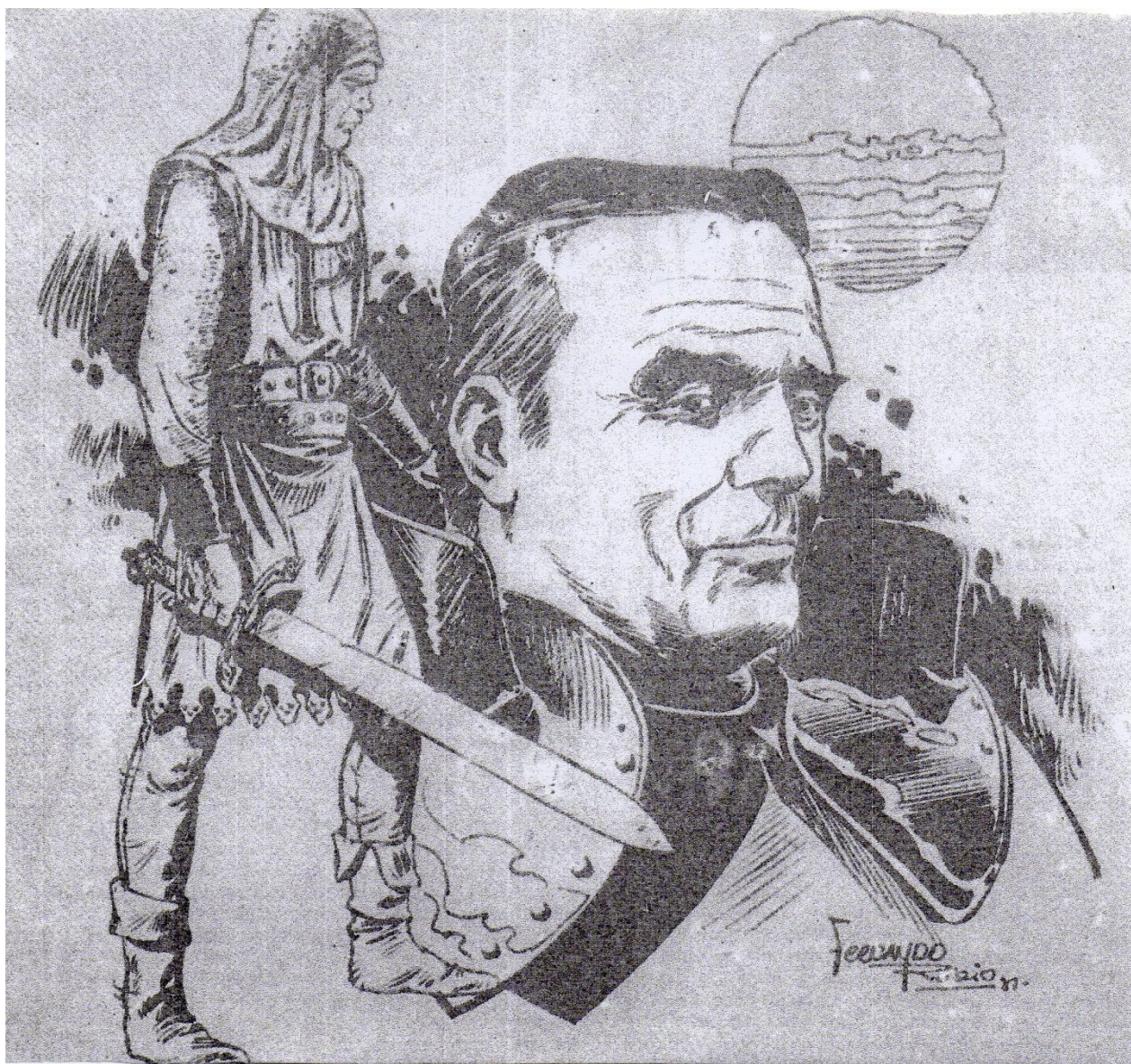


Figura 10

Fonte: Desenho de CAIO, Fernando – Publicado em “Olivenza, Cuidad Abierta a dos Culturas”, de LIMPO, Luis Alfonso, publicação Editora Regional Extremadura “ Cuadernos Populares” Referente ao comunicado do Almirante Pinheiro de Azevedo.

O Almirante é o primeiro a dizer que não compreende as contrariedades e as contradições da Espanha, quando até os Estados Unidos da América tem, voluntariamente restituído ao México, nos últimos tempos, parcelas do território, que durante décadas estiveram na posse daquela poderosa nação da América do Norte.

O facto dos responsáveis portugueses não reclamarem aquela parcela de território, não quer dizer que não afirmem que ela continua a ser portuguesa. O que é estranho é a forma simples e quase apagada como o afirmam.

O que se passa então com os governantes portugueses e com a população em geral. ?

B.5.2. O papel importante da Inglaterra no conflito de Olivença

Há cronistas e historiadores que afirmam que há certas semelhanças entre Olivença e Gibraltar, mas também há diferenças. O Almirante faz referencias quanto ao comportamento dos portugueses, por um lado e por outro aos espanhóis, tendo em conta aqueles territórios ocupados, afirma que : - “ ... Não é tarde para restituição de Olivença e seu termo a Portugal (...) Gibraltar está em poder da Inglaterra à mais tempo (mais de 407 anos), do que Olivença está em poder de Espanha, mas todavia a diferença de comportamento entre os dois povos ibéricos é notória. A maioria dos portugueses consideram a pretensão de Olivença uma questão ridícula, sem importância, uma situação e questão quixotesca. Os espanhóis, pelo contrario consideram que o diferendo de Gibraltar com um admirável entusiasmo, com veemente paixão e com persistente ardor e louvável patriotismo; os espanhóis reclamam em altissonante brado que ecoa pelo mundo inteiro a devolução daquela Praça militar (...) Se sucedesse, um dia, por quaisquer factores, Olivença regressasse á casa mãe pátria, o que aconteceria ? Provavelmente o “Grupo de Amigos de Olivença” festejariam timidamente o acontecimento ...”.⁹⁹

O Almirante Pinheiro de Azevedo procura analisar as causas que levaram à guerra com a Espanha em dois períodos distintos e lembra que tudo começou mal logo no principio, como foi a situação criada após a morte de Luís XVI em 21 de Janeiro de 1793. Os governos inglês, espanhol e português procuraram organizar uma tríplice Aliança, mas sem se saber bem por quê, essa aliança foi apenas realizada entre a Inglaterra e a Espanha, em 25 de Maio do mesmo ano, não tendo sido dada qualquer indicação ou explicação a Portugal.

Mais tarde, no mesmo ano, em Aranguez (Espanha), entre Portugal e Espanha foi assinado um Tratado de Mutua Cooperação e Apoio contra a França. Este Tratado parecia colocar Portugal numa situação de neutralidade, que deixava a guerra para as grandes potencias europeias. O que não se entende é que sendo do conhecimento dos principais responsáveis

⁹⁹ Idem , pp.5

militares portugueses, das fragilidades dos seus exércitos, que estavam mal preparados, com equipamento e fardamento desatualizados e antigos, pudesse entrar em guerra e perder a sua neutralidade; mas isso veio a acontecer quando com a Espanha, em 15 de Julho de 1793, se negociou em novo tratado em Madrid. Por este tratado, Portugal viu-se coagido a combater quando as tropas francesas assediaram as terras, vilas e cidades da Catalunha. Portugal envia um corpo de exército muito superior às suas possibilidades financeiras e militares, tendo-se batido com honra na celebre “Guerra do Rossilhão”, que mereceu dos oficiais ingleses, que comandavam as forças mistas, os melhores elogios.

Como se não existisse o tratado de Julho de 1793, e como se Portugal não tivesse corrido em auxílio, com um exército superior às suas possibilidades, a Espanha resolve mais uma vez atraiçoar; com a derrota á vista pactua com a França, convertendo-se de um dia para o outro, numa aliada da potência que acabava de invadir o seu território, conquistando terras, povoações e cidades. Para Portugal restou um exército desfeito, diminuído e desmoralizado, que não teve condições para mais tarde, enfrentar os exércitos franco-espanhol, que entraram facilmente em Portugal, precisamente por não terem militares que lhes fizessem frente.

São casos e situações como estas que prejudicam Portugal, que sempre fez questão em preservar com a Espanha e com a Inglaterra boas relações, respeitando convenções e tratados que já vinham do tempo de D. João I, mas sem ter tirado dessas amizades grandes proveitos, bem pelo contrário, quando se pede colaboração ou ajuda, normalmente não se é atendido ou a ajuda vem tarde, e vem a propósito o que se passou em Londres a 1 de Outubro de 1801, quando eram assinados os acordos preliminares da paz entre a França e a Inglaterra; no seu artigo V prescrevia que os territórios e possessões de Portugal seriam mantidos na sua integridade o que levou a pensar-se que a Inglaterra defendia os interesses de Portugal e que Olivença voltaria a fazer parte do território português.

Parece que os cronistas portugueses esqueceram-se ou não tiveram acesso, ou conhecimento, de que naqueles trabalhos preliminares de paz, havia artigos secretos que viriam a causar todas as desilusões a Portugal. *“... a Inglaterra já tinha assinado com Portugal um tratado em que dava a Portugal as mesmas garantias, mas acabou por nunca cumprir. Quando em 25 de Março de 1802, aqueles preliminares se transformaram no Tratado definitivo de Amiens, o seu artigo sétimo (ex quinto dos preliminares), manteve-se inteiramente secreto, sendo na sua redacção internacional extraordinariamente ambígua, não considerando a perda de Olivença, como um acto de guerra, para assim poder ficar com as mãos livres para negociar a Praça e o seu termo com a Espanha, (...) mas como um ajuste de fronteiras, entre as cortes de Madrid e Lisboa; desta forma, a Inglaterra não ficava*

presa ao direito de conquista,¹⁰⁰ invocado pela Espanha no Tratado de Badajoz de 1801; a Inglaterra nunca consentiu que a Espanha restituísse Olivença porque tinha para ela outros planos ...”.¹⁰¹ Quais planos ?

Também o Almirante Pinheiro de Azevedo diz que é ponto assente, e sem discussão que o Tratado de Badajoz de 1801, está anulado e sem qualquer efeito, não só porque a Espanha não cumpriu o que nele estava estipulado , mas porque foi anulado, pelos Tratados de Paris (1814) e de Viena em (1815) e fazendo fé em historiadores e cronistas, os espanhóis e franceses ao assinarem o Tratado de Fontainebleau de 27 de Setembro de 1807, estavam também a anular os efeitos do referido Tratado de 1801.

B.6. A reconquista de Olivença. e a intervenção inglesa

Nas primeiras linhas deste capítulo referenciamos os efeitos das Guerras Peninsulares em relação a Olivença, quanto às causas que não permitiram ter sido reintegrada no território nacional português. Relatámos que Olivença foi conquistada por tropas inglesas, mas com uma maioria de portugueses, que de imediato tomaram posse oficial da Praça. Este facto, passou-se a 15 de Abril de 1811, mas nesse mesmo dia Lorde Wellington deu ordem ao Marechal Beresford, comandante do Exército português no Sul do país, para mandar sair as tropas portuguesas e entregar às autoridades espanholas, que admirados com a oferta pensaram que os portugueses eram pessoas confiantes, ou acreditavam cegamente nos ingleses, ou então eram estúpidos.

Procuramos descobrir as causas reais deste acontecimento. Sentimos que havia um qualquer acordo secreto entre os ingleses e os espanhóis, porque é realmente muito estranho entregar-se um território ao verdadeiro dono e no mesmo dia retirá-lo para o entregar ao vizinho, que o tinha usurpado dez anos antes. O que diz esse acordo secreto ? Estará relacionado com Gibraltar ?

Procura-se em particular saber das razões daquela ordem de Lorde Wellington. Havia, sem dúvida um acordo secreto, definido ao mais alto nível. São passados duzentos anos e as explicações ainda não surgiram, nem tão pouco o acordo secreto foi tornado público. Será que esse acordo é ainda hoje válido ?

¹⁰⁰ Direito de Conquista – Todas as Nações reconhecem o Direito de Conquista, pelo menos era-o na época que estamos descrevendo; o Direito de Conquista, em tempo de guerra é a conquista de terras, povoações, vilas e cidades pela força das armas, precedida de uma declaração de guerra. De recordar que com as guerras napoleónicas apareceu um novo direito de guerra, a “Usurpação”, que pouco defere do Direito de Conquista, mas este termo interessava ao Primeiro Cônsul da França, porque a maior parte das conquistas que realizou, foram feitas com a força das armas, intimidação e hábitos que iam contra as leis vigentes, como sem aviso prévio e traição, desde que fosse para si mais um acto vitorioso; para Napoleão o que contava eram os factos e as vitórias; a moral da guerra é apenas mais uma disciplina académica e portanto teórica.

¹⁰¹ Pinheiro de Azevedo – *Olivença está cativa pela Espanha*, 1982, pp. 15.

Para o Almirante Pinheiro de Azevedo : -“...*Esta manobra de Lorde Wellington reforça a tese de que ingleses e espanhóis fizeram acordos secretos sobre a renúncia de Gibraltar a favor dos ingleses (...) e se não foi posteriormente Olivença devolvida a Portugal, foi porque os ingleses não deixaram ou não autorizaram (...) A verdade é que Olivença, por decisão unilateral dos ingleses, em pleno campo de batalha, sem que a Espanha tivesse contribuído sequer com um soldado para a reconquista da Praça, receberam como prenda aquele território ...*”¹⁰².

A confirmar a existência de acordo secreto há historiadores que estranham, como as tropas napoleónicas tinham conquistado em Janeiro de 1811 a Praça de Olivença e que ficou com mais de 4.000 militares franceses e com perto de vinte peças de artilharia, capitulou tão rapidamente, havendo apenas uma justificação para este facto - os ingleses estavam interessados que a Praça fosse tomada pelos franceses e prometeram aos espanhóis que ela seria reconquistada e de novo, ela lhes seria entregue. Assim aconteceu.

O Almirante refere que: - “... *A Inglaterra desde muito cedo se opôs à restituição de Olivença a Portugal, pelas vias da diplomacia; para obter aquela Praça só lhe resta pela força das armas e a ocasião militar deu-se em 1811, mas tudo estava contra, faltava precisamente que os militares tivessem sido comandados por apenas oficiais portugueses. Vê-se aqui que os ingleses ao oferecerem Olivença estavam a ganhar vantagens sobre a Espanha na questão de Gibraltar. Estas negociações, repetimos, foram secretas. Olivença serve assim, de moeda de troca (...) o objectivo estratégico da Inglaterra é que os espanhóis deixem de se interessar por Gibraltar e renunciem de uma vez todas daquela pequena península – O Rochedo de Gibraltar ...*”¹⁰³.

Referenciou-se, por várias vezes e foram apresentadas varias razões que justificavam a anulação do Tratado de 1801; faltou mencionar o Tratado de Cádiz que em 1810 a Espanha – Conselho de Regência de Espanha – pretendia assinar com Portugal e que estipulava no seu artigo 4º., que segundo o texto em castelhano dizia: - *A fin de borrar lá memoria de lás funestas desensines que existiam entre las dos monarquias contra los intereses de ambas, concorde el Gobierno Español en que la ciudad de Olivenza su territorio e dependencia sean reunidas de nuevo à la perpetuidades à la corone de Portugal ...*”¹⁰⁴.

Questionámos quanto às razões que não permitiram que o artigo IV e o respectivo Tratado preparado pela Junta Central Espanhola e pelo duque de Palmela não foram assinados.

¹⁰² Idem, pp. 62

¹⁰³ Idem, pp. 72 e seguinte

¹⁰⁴ Idem, pp.44 ,parte do artigo IV do Tratado de 1810.

Para o Almirante, se o Tratado não se tornou efectivo foi porque o Governo Inglês não deixou, não deu a sua aprovação e garantia; mais uma vez a Inglaterra mostrava o seu poder e não concordava com a restituição de Olivença. A Espanha teve outras ocasiões em que quis restituir Olivença, mas a Inglaterra nunca consentiu, portanto, conclui-se que Olivença e o seu termo estão na posse da Espanha, porque a Inglaterra assim o quis (e quer ?). Só que estes casos deram-se á mais de dois séculos e podemos compreender este “querer” da Inglaterra, porque na altura este país era a maior potencia económica, financeira e militar e possuía a maior frota mercante e de guerra, o que lhe dava o privilégio de decidir o que o Mundo podia e devia fazer; o que aconteceu com Portugal e Espanha, países que na altura tinham exércitos que deviam ser os mais fracos da Europa, e isto, devido às guerras que tinham vivido, e agora sem meios de fortuna para poderem sustentar exércitos, que pudessem salvaguardar os seus interesses.

Na procura das razões que levaram em 1811 a Inglaterra a entregar à Espanha a Praça de Olivença, não podemos esquecer que ela tinha sido conquistada aos espanhóis pelos soldados franceses ao serviço de Napoleão e por fim conquistada também pelo exército Luso-britânico, comandados por Beresford, o que faz com que Olivença depois de ser portuguesa, espanhola e francesa, passasse finalmente à coroa inglesa. Voltamos a questionar:

- Como se fez para que Olivença e o seu termo passasse para a soberania espanhola?
- É bem possível que os ingleses “tenham feito” um depósito da Praça à Espanha, que passou a ser a fiel depositária, não deixando Olivença de ser soberania britânica. Esta hipótese, talvez a mais favorável é dos britânicos terem feito um simples acordo secreto de depósito da Praça à Espanha.

“... Não há conhecimento de que os sucessivos governos portugueses que têm passado pelo poder político, tenham informado a opinião pública, com realismo e verdade, das sequências futuras da limpa conquista pelas armas, de Olivença pelos britânicos e portugueses durante a Guerra Peninsular. Nem ao menos explicaram o que significou a entrega pelos britânicos, naquele mesmo dia, da praça de Olivença às autoridades espanholas! Triste país que vive de empréstimos materiais e espirituais e que nada cria (...) Eu não desistirei e continuo a lutar a bem do nosso povo, que é a única entidade que me interessa ...” ¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Idem, pp. 74 e seguinte.

Há então uma necessidade premente. É preciso que Olivença seja portuguesa, é preciso trabalhar com afinco, porque não será possível que Portugal e os portugueses deixem de se preocupar; pelo contrário, é necessário que cada português conheça a realidade.

Portugal não pode perder qualquer parcela do seu território a favor de um país vizinho ou de outro, sejam eles mais fortes ou mais fracos; perder agora esta pequena parcela de Olivença é abrir uma porta, que pode permitir que outros espaços sejam perdidos ou usurpados.

O Almirante Pinheiro de Azevedo pode ter sido um homem com uma personalidade diferente da normalidade dos dirigentes que o País tem tido, com uma forma de estar na vida diferente e até um pouco truculento como afirmam os posteriores dirigentes do G.A.O.. O que podemos afirmar é que pretendeu dar a volta ao tema de Olivença, avivá-lo, para que fosse conhecido de todos os portugueses e que todos passassem a exigir dos sucessivos Governos uma maior preocupação com o regresso da cidade ao património nacional ¹⁰⁶.

Por mais que se procure as causas fundamentais desta usurpação chegamos à mesma conclusão: Olivença serve de moeda de troca para que os espanhóis renunciem Gibraltar a favor da Inglaterra. Os tratados com artigos secretos ou não são folhas de papel que se podem rasgar ou destruir no momento que estorvam os objectivos dos mais fortes, sobretudo militar e financeiramente, mesmo que tenham sido assinados e ratificados por quem de direito. Entre Portugal e a Espanha temos vários tratados de não agressão e vários convénios de paz e amizade, como a Convenção de 1793, mas que não impediu os espanhóis de invadirem Portugal, sem qualquer preocupação ou respeito pelos documentos oficiais que tinham anteriormente assinados.

O Almirante Pinheiro de Azevedo era pois um homem polémico, que procurou desfazer equívocos e defender a razão de direito e moral de Portugal e procura seguir a opinião de certos historiadores e cronistas conceituados.

O Almirante sabia que tinha a razão do seu lado, o seu manifesto e o seu plano de reconquista de Olivença através de uma marcha “marcha verde”, poderia ser considerado um projecto meio louco, mas é verdade, que naquele tempo, ninguém propôs uma solução

¹⁰⁶ A última causa em que Pinheiro de Azevedo se envolveu foi na “*Questão de Olivença*”. O Almirante tornou-se Presidente do Movimento Pró-Olivença (ex - o Grupo dos Amigos de Olivença). Para dar a conhecer as suas ideias escreveu um livro sobre o tema e planeia uma ocupação pacífica daquela localidade e para isso procura organizar uma marcha “marcha verde” de 500 000 civis. Para reforçar esta ideia escreve um manifesto, mas o projecto caiu na indiferença da opinião pública; acusa os “medias” do fracasso da marcha verde. Mais tarde visita Olivença o que provocou uma grande tensão e a mobilização de um grande contingente da Guarda Civil Espanhola.

Quando se deu a notícia da sua morte, o diário espanhol “El Pais” noticiou com consternação o seu falecimento, considerando-o um político “moderado”, que teve um papel importante e de relevo no Movimento Militar de Abril de 1974, que destituiu a ditadura salazarista.

melhor, pelo contrário o Governo e o seu Ministério dos Negócios Estrangeiros têm-se limitado a informar, num tom reconciliador, que Olivença e o seu termo continuam, a ser portugueses, mas que se encontram temporariamente sob administração espanhola. Até quando ?

Quase a finalizar o seu livro o Almirante Pinheiro de Azevedo, como o fizemos atrás, compara o papel dos meios de comunicação portugueses e espanhóis, afirmando que as reações destes últimos sobre a Praça de Gibraltar é com, “ ... *um ardor patriótico cristalino o que prova o espírito daquele povo que dá lições de orgulho, dignidade e verticalidade*; e o mesmo fazem sobre a Praça de Olivença, com uma imprensa espanhola a defender sempre a posse deste território (mesmo sabendo que não se baseiam em verdadeiros princípios jurídicos, nem tão pouco em Regras internacionais); enquanto os jornais e revistas portuguesas ignoram propositadamente o assunto, por vezes ridicularizando o diferendo nas suas colunas e ironizando os poucos defensores da retrocessão de Olivença, (...) o que é uma contradição, porque os portugueses nunca foram traidores, estúpidos, perjuros ou mesmo covardes, É urgente descobrir porque se vive esta apatia (...) há que libertar Olivença do seu cativeiro em Espanha (...) Não devemos favores à Espanha, pelo contrário, a Espanha é que nos deve muitos obséquios (...) Temos tudo a nosso favor, excepto a força das armas, por isso, torna-se necessário procurar apoios internacionais, sem os quais nada será feito ...”¹⁰⁷

B.7. O Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Estado Português através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros diz ter ao longo de dois séculos através da sua Comissão de Limites tomado iniciativas com vista à devolução do Território de Olivença. São vários os tratados internacionais, mas são mais os contactos bilaterais realizados entre Portugal e Espanha, e neles se considerou o caso de Olivença e a necessidade de a fazer regressar à soberania portuguesa.

B.7.1. A Comissão Internacional de Limites – Tratado de Limites

A Comissão Internacional de Limites¹⁰⁸, não trata hoje da “Questão de Olivença”; esta Comissão resolve os problemas concretos da demarcação de fronteira, isto é, zela para que

¹⁰⁷ - Idem – pp. 201 e seguinte

¹⁰⁸ **Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha** – O Tratado de Limites entre Portugal e Espanha foi assinado no Palácio da Ajuda, em Lisboa em 29 de Setembro de 1864, e ratificado a 19 de Maio de 1866. Em conformidade com as instruções do Governo datadas de 1855, a demarcação da fronteira entre os dois reinos foi realizada de Elvas para Norte, ficando a restante linha de fronteira por definir quando ambos os Governos acordassem nesse sentido.

Em 1904, o Governo espanhol propôs a criação de uma comissão bilateral para preparar a elaboração de um novo tratado de limites que fixasse a linha de fronteira desde o ponto de confluência do Rio Cuncos até à foz do Rio Guadiana. A constituição da Comissão Internacional de Limites (CIL) foi então decidida por troca de notas

se mantenham as actuais fronteiras, estando atenta a qualquer mudança de marcos, sejam eles portugueses ou espanhóis, para isso mantém um contacto oficial e permanente com todos os Municípios fronteiriços. Referindo um caso: - Num ponto fronteiriço, na região do Minho existia um marco em pedra trabalhada do século XV, com representação do escudo nacional e das armas do reino, numa das outras faces podiam-se ver, em relevo, apetrechos da marinha, relacionados com as descobertas. Cedo se deu pela falta deste marco, mandando-se colocar um novo. Passados pouco mais de três anos, um funcionário da Comissão Internacional de Limites ao visitar uma cidade espanhola, junto á fronteira, reparou que num jardim público, num local de destaque se encontrava o marco que tinha desaparecido. De imediato se deu conta do achado á Comissão de Limites portuguesa, que por sua vez contactou a Comissão de Limites espanhola, dando conta do achado e solicitando que o referido marco fosse repostado no local de onde tinha saído.

Este caso, é um exemplo do Trabalho da Comissão Internacional de Limites, - é um trabalho de coordenação com a congénere espanhola e ambas procuram fazer um trabalho sem falhas e que esteja de acordo com os tratados, convenções e acordos estabelecidos em devido tempo e que estejam ainda em vigor.

Para evitar que a Espanha se servisse de um possível reconhecimento tácito da fronteira, o M.N.E. tem reivindicado a posse territorial de Olivença, o que fez em 1952, 1958, 1968 e em 1974 aquando da reunião, em Madrid da Comissão Internacional de Limites, em que mais uma vez ao abordar a “Questão de Olivença”, os delegados espanhóis propuseram, que o assunto fosse dado a um jurisconsulto da Comissão Internacional de Limites. Feito o estudo e o trabalho, foi reconhecido o direito de Portugal, mas mesmo ficando registado em

com o Governo espanhol. O centenário da CIL foi assinalado na Sessão Plenária, realizada em Madrid, em 04 de Março de 2004.

Em 29 de Junho de 1926, foi assinado o Convénio de Limites entre Portugal e Espanha, demarcando a fronteira luso-espanhola desde a confluência do Rio Cuncos até à foz do Rio Guadiana.

A Delegação portuguesa á CIL é presidida por um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e incluiu representantes do Instituto Geográfico do Exército, do Instituto Hidrográfico da Marinha, da Direcção Geral de Pescas e Aquicultura do Instituto Português e dos Transportes Marítimos, do Instituto da Água da Capitania do Porto de Caminha e da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António.

Nos últimos anos a CIL tem assegurado uma cooperação mais intensa e regular dos dois países que se reflectiu nos trabalhos realizados na linha de fronteira, na melhoria das acessibilidades e impulsionou iniciativas, visando a resolução de problemas dos rios limítrofes através da nova regulamentação dos troços internacionais desses rios em diversas áreas. A sua atribuição primordial consiste em zelar pelo cumprimento dos Tratados de Limites, nomeadamente a elaboração anual das Actas de Reconhecimento da Fronteira pelos Municípios fronteiriços, a manutenção dos marcos de fronteira e o seu posicionamento correcto, e em apreciar e autorizar quaisquer trabalhos realizados na linha de fronteira ou fluvial.

Dado que existia uma vasta informação no Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) sobre os marcos fronteiriços, em 2009, esse Instituto e a CIL consideraram oportuno que fosse criada uma base de dados possibilitando um planeamento comum mais ajustado à realidade e um auxiliar precioso dos trabalhos das Campanhas de Manutenção dos Marcos e das Actas de Reconhecimento de Fronteira. Essa base de dados encontra-se disponível em :www.igeoe.pt (<http://igeoewservices.igeoe.pt/Fronteira/>), para visualizar requer o programa Google Earth.

Acta, esta decisão não teve qualquer efeito prático. Não houve nenhuma reacção por parte da Espanha.

Por duas vezes desde 1918/19, Portugal providenciou que se reivindicasse a pretensão em organismos internacionais, uma das vezes, aquando da Conferência de Paris em 1919, para tratar principalmente de assuntos relacionados com o fim da 1ª. Guerra Mundial e outros temas e casos, sem solução á vista; a segunda vez, durante o Governo de António Salazar, quando era Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Alberto Franco Nogueira; segundo os documentos das épocas a “Questão de Olivença” não teve qualquer solução, as razões de ordem política sobrepuseram-se ao problema jurídico, adiando-se assim a Questão.

O Estado português tem procurado, nos seus contactos bilaterais com a Espanha, talvez não com a assiduidade desejada, recuperar o Território de Olivença, mas, o silêncio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, relativo a este litígio faz crer á generalidade dos portugueses que a situação de Olivença se submergiu nas brumas do passado permanecendo irremediavelmente esquecido no sepulcro dos assuntos mal resolvidos da História. Contudo, o diferendo existe e a diplomacia portuguesa continua a reafirmar de uma forma triste e tímida, de quem parece não ter a razão do seu lado, e nem os direitos que lhe assistem sobre Olivença.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros responde sempre, apesar de utilizar um modo dissimulado que, Olivença está numa situação ilegal ocupada por um outro país. Há pouco tempo ainda, o responsável pelo Ministério referenciou que continua a considerar português o termo oliventino, mas fê-lo apenas para não comprometer os direitos portugueses face ao lapso de Secretaria do Estado do Planeamento Regional portuguesa, aquando da realização do projecto de reconstrução da famosa Ponte da Ajuda. Recorde-se que 1990, o Primeiro Ministro da altura assinou um convénio com a Espanha para reconstrução daquela ponte, ligando a cidade de Elvas a Olivença, como uma obra transfronteiriça, o que obrigou o Ministério dos Negócios Estrangeiros a suspender em 1994 o referido convénio, para não por em causa os direitos de soberania que Portugal reclamava sobre aquele território.

“... apesar de o Embaixador Pinto Soares então à frente da Comissão Internacional de Limites Luso-Espanhola, ter repetido perante as autoridades de Espanha, que do ponto de vista jurídico Olivença pertence a Portugal, não viu da parte do Governo uma atitude de confirmação, de firmeza na reivindicação do retorno daquele território alentejano ...”¹⁰⁹

¹⁰⁹ Rodrigues, Mario, - *Olivença esquecida*, - (http://comunidade.sol.pt./archive/2006/10/22/Para-n_E300_o

Passados que são mais de 211 anos sobre a invasão ridícula feita pelo militar espanhol Manuel Godoy, hoje as reivindicações dos nossos direitos continuam a ser levados a efeito quase exclusivamente por cidadãos a título individual. “... *Se Olivença é uma causa perdida, não é Olivença que esta perdida para Portugal; é muito provavelmente Portugal que se perdeu a si próprio, incapaz de defender os seus interesses, muito especialmente os seus direitos ...*”¹¹⁰

Cremos, com os dados que se possuem, que o M.N.E. não actua de uma forma firme, não actua como faz, por exemplo a própria Espanha. O Ministério dos Assuntos Exterior Espanhol, no que diz respeito a Gibraltar, tem apresentado uma força acertada e periodicamente põem em causa a presença inglesa, naquela pequena península, apesar da diferença que há com Olivença. Olivença foi usurpada em 1801, Gibraltar foi oferecida à Inglaterra e mais tarde trocada pela Ilha Minorca e Antilhas; não assiste portanto uma razão de justiça que a Espanha pretenda, mas isso não a impede de continuar a solicitar o retorno do “Rochedo”, para a coroa espanhola.

Olivença como sabemos foi usurpada e apesar da anulação do Tratado de Badajoz e a existência do que foi o Tratado de Fontainebleau, a Espanha não entregou, nem parece estar disposta a fazê-lo, provavelmente devido ao comportamento que o M.N.E. tem tido, pois não se ouve sequer uma ameaça de apresentar o assunto em Tribunais internacionais ou mesmo na ONU, que com certeza não deixariam de dar razão, obrigando a Espanha à entrega de Olivença e do seu termo a Portugal.

*“... por estas razões não foi demarcada a fronteira entre os dois países ibéricos na região Évora/Olivença. Continuam por colocar cem marcos fronteiriços, desde o nº. 801 ao 900. A Espanha persiste em não cumprir os acordos de retorno celebrados internacionalmente (Tratados de Paris e Viena) e Portugal, ou melhor, os seus políticos preferem optar pelo mais fácil e adiar a resolução do litígio. Os verdadeiros portugueses que sentem o país como a sua própria carne, esta situação afigura-se vergonhosa e verdadeiramente intolerável, fazendo das gerações presentes indignos sucessores de um povo que se fez a si próprio, pela conquista e pela afirmação do seu carácter e da sua tenacidade...”*¹¹¹.

B.8. O silêncio dos meios de comunicação

A par deste silêncio do M.N.E. é de salientar o silêncio deliberado da comunicação social portuguesa para com a “Questão de Olivença”, cuja a principal função é informar, mas nada dizem, o que o Governo de Madrid agradece e lhe permite manter aquela terra portuguesa

¹¹⁰ Idem

¹¹¹ Idem

como se fosse uma coutada e ali se vão perpetuando atrocidades contra a cultura e contra aqueles que querem continuar fieis a Portugal e á sua língua, bem como proibir a entrada a membros do Grupo de Amigos de Olivença e do Comité Olivença Portuguesa¹¹².

Há factos reais que se passam, em que portugueses procuram divulgar a usurpação espanhola, como foi o caso em que se pretendia divulgar publicações, em português, sobre a verdadeira história da perda (roubo) de que Portugal foi vítima em 1801, houve fortes ameaças e intervenção das autoridades de Badajoz, junto a Câmara Municipal de Olivença, proibindo a divulgação. O que mais custou aqueles portugueses foi o de não terem sentido qualquer apoio da parte do M.N.E. ou qualquer intervenção oficial; o mesmo se sentiu da parte da comunicação social, que também não deram cobertura aos iniciadores da distribuição da documentação que puseram em risco as suas vidas.

Mas também é de realçar o facto de o Ministério dos Negócios Estrangeiros mandarem suspender as obras da Ponte da Ajuda; que como retaliação os espanhóis encerraram grande parte do ensino da Língua Portuguesa, que se vinha realizando com enorme sucesso.

Tem o “Grupo dos Amigos de Olivença” procurado entender a verdadeira posição dos responsáveis portugueses no caso de Olivença, mas não têm recebido respostas satisfatórias o que os levou a contactar os grupos parlamentares da Assembleia da República a quem colocaram as suas dúvidas, e o seu pensamento sobre Olivença e a dificuldade em obter informações directamente do M.N.E., sobre aquele território ocupado. Estas rondas de contactos levaram os grupos parlamentares a notar que de facto, havia falta de uma tomada de posição do Estado português; foi então tomada e aprovada uma resolução da Assembleia da República que indicava a ida do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Parlamento para que afirmasse inequivocamente a posição do Estado neste contexto. Nenhum ministro, até hoje, se deslocou ao Hemiciclo para esclarecer a actual posição. Os partidos e o G.A.O. não ficaram a conhecer qual é ou será a estratégica que se vai seguir, ou mesmo sem saber se existe uma qualquer tática, para se conhecer o que será o futuro próximo de Olivença.

¹¹² Esta organização, Comité Olivença Portuguesa, legalizou-se em 09 de Agosto de 1990, no Cartório Notarial de Estremoz, onde fica a sua sede. Criou-se para defender os direitos portugueses sobre Olivença e opera, principalmente em Olivença e procura divulgar a História Portuguesa da Região, evitando que haja manipulações culturais e ideológicas, que as populações vítimas, desde o período franquista até hoje.

Esta organização distribui publicações em língua portuguesa, bem como CDs para aprendizagem do Português.



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA